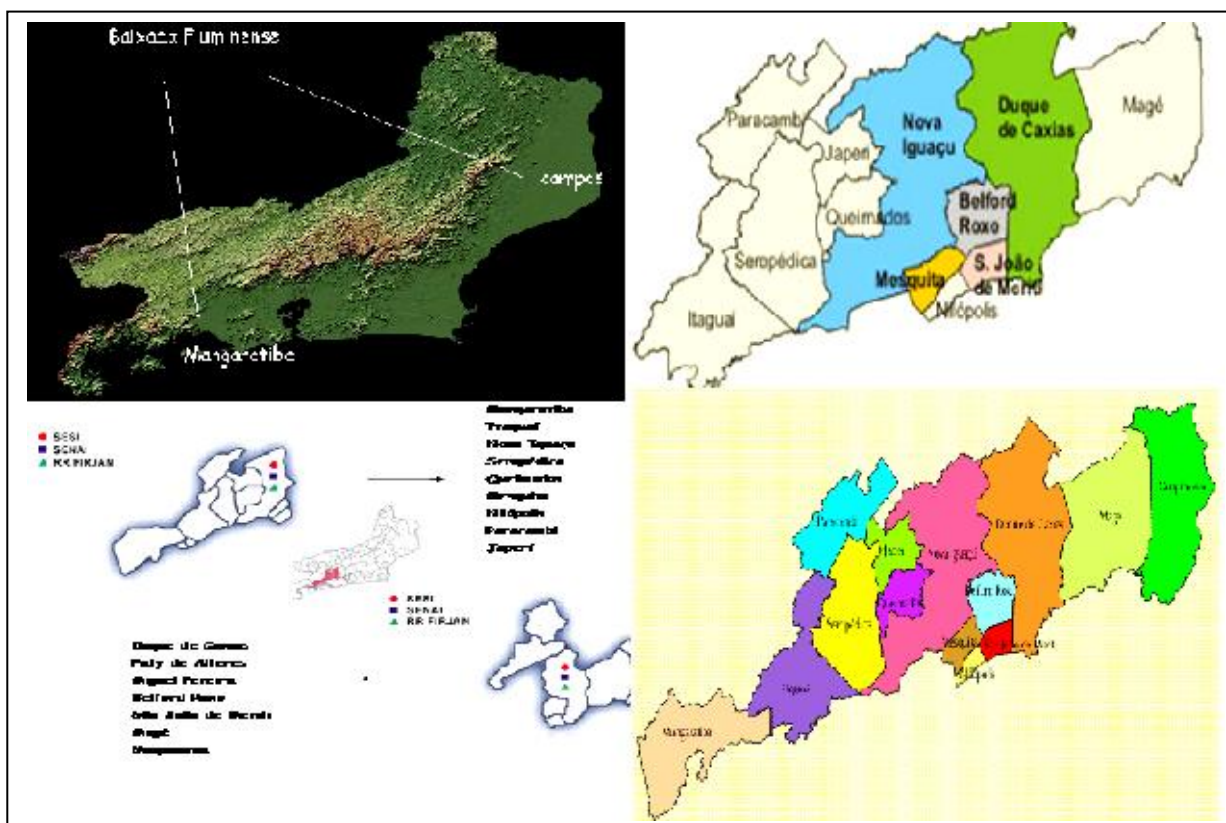




DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

*“BAIXADA FLUMINENSE: REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E
 DISPUTAS DE LEGITIMIDADES NA COMPOSIÇÃO TERRITORIAL
 MUNICIPAL”*



Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal

Dissertação apresentada como pré-requisito para a obtenção do grau de Mestre em Geografia do curso de Pós-graduação em Geografia (*stricto sensu*), área de concentração em Ordenamento Territorial, linha de pesquisa Urbano- Regional, oferecido pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).
Orientado pelo Prof. Dr. Ivaldo Gonçalves Lima.

Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidade na composição territorial municipal.

André Santos da Rocha

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Ordenamento Territorial, do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título Mestre em Geografia.

Prof^a Dr^a Ester Limonad

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Geografia

Aprovado pela comissão examinadora em:

Prof. Dr. Ivaldo Gonçalves Lima (orientador)

Prof. Dr. Rogério Haesbaert (PPGEO-UFF)

Prof. Dr. Miguel Ângelo Campos Ribeiro (PPGEO-UERJ)

Niterói/RJ

Agosto de 2009

R672

Rocha, André Santos

Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal / André Santos Rocha. – Niterói : [s.n.], 2009.
141 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2009.

1.Baixada Fluminense (RJ). 2.Representação espacial.
3.Geopolítica. 4.Territorialidade. I.Título.

CDD 304.23098153

Dedicatória:

Ao Deus Soberano, de onde vem a fonte de inspiração da “Geografia da Vida”, e a todos que vivem, trabalham ou estudam sobre e na Baixada Fluminense.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por possibilitar chegar até aqui com sabedoria e amor; ao meu pai, Noé; mãe, Maria do Carmo; e irmão, Cleber, que sempre estiveram ao meu lado de maneira incansável, dando apoio nos momentos de desânimo. Muito obrigado por estarem presentes, mesmo quando estive ausente. À minha companheira Jezieli, por sempre estar ao meu lado, compartilhando alegrias e frustrações em todos os momentos.

Ao Professor Ivaldo Gonçalves Lima que, sendo mais do que um orientador, tornou-se um amigo, recebendo-me de maneira acolhedora nesse Departamento e, é claro, orientando com maestria este trabalho.

Aos amigos professores e ex-professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias: Evandro Cyrillo, Nielson Bezerra, Marcelo Solé, Marlúcia de Souza, Antônio Augusto, Antônio Jorge, Alexandre, além de muitos outros, pelas dicas e idéias trocadas durante minha formação em Geografia. Agradeço, especialmente, a Kátia de Sousa Ramos, que me ensinou a pensar em Geografia e a prosseguir em minha trajetória acadêmica.

Agradecimento especial ao Sidney Cardoso, pelo apoio e incentivo aos estudos sobre a Baixada Fluminense, tema que durante muito tempo ocupou lugar em nossa agenda de pesquisa.

Gratidão, também, aos nossos professores e colegas do Curso de Mestrado, que com suas falas e indagações possibilitaram meu amadurecimento intelectual. Um agradecimento especial aos professores Jorge Luiz Barbosa e Rogério Haesbaert pelas contribuições no seminário de releitura crítica, e aos professores Nelson da Nóbrega e

José Cláudio que contribuíram bastante no seminário de qualificação, dando dicas preciosas para o andamento e finalização deste trabalho.

À Ingrid, pela belíssima revisão textual, aparando as arestas da escrita deste trabalho. E ao Dantas Filho, Danzinho, pela ajuda na escrita do Abstract.

Aos meus amigos de profissão, um muito obrigado, por reconhecerem a importância deste curso, ajudando-me em relação aos horários, cobrindo minhas ausências, para que eu pudesse participar de congressos e seminários, que muito enriqueceram minha caminhada acadêmica.

Agradeço também aos meus queridos alunos na FEUDUC, que fazem das minhas aulas uma verdadeira “geografia da vida”, compartilhando as emoções do cotidiano, discutindo “nosso espaço vivido”, a Baixada Fluminense. Esse trabalho em sala de aula foi importante para coleta de material para minhas pesquisas. Meus alunos, esse trabalho tem um pouco de vocês.

Enfim, desde já peço perdão se esqueci de alguém, mas deixo minha eterna gratidão a todos que direta e indiretamente fizeram parte dessa jornada.

“As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa”.
(Ítalo Calvino, 2003, p. 46).

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ABREVIATURAS

RESUMO	13
ABSTRACT.....	14
RÉSUMÉ.....	15
APRESENTAÇÃO.....	16

CAPÍTULO I – O QUE É A BAIXADA FLUMINENSE?22

1.1– Baixada Fluminense: problemáticas de uma representação.....	22
1.2 – Da Baixada da Guanabara à Baixada Fluminense: pensando a incorporação à lógica urbana.....	27
1.3 – Panorama atual da Baixada Fluminense e seu contexto metropolitano.....	34
1.4 – Baixada Fluminense: representações e legitimidades territoriais.....	41

CAPÍTULO II – DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ÀS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS.....49

2.1 – Algumas considerações sobre espaço e representação.....	49
2.2 – Sobre as representações e as representações coletivas.....	52
2.3 – Das representações coletivas às representações sociais.....	55
2.4 – Das representações sociais às representações espaciais.....	65

CAPÍTULO III – DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO, DO TERRITÓRIO ÀS SUAS REPRESENTAÇÕES.....74

3.1 – A construção do território no espaço: o território com representação.....74

3.2 – Jogos de representação e confrontos de legitimidade na composição do território.....85

3.2.1 *Composição pautada na história territorial.....88*

3.2.2 *Planos de ação e intervenções diversas.....89*

3.2.3 *Interesses locais de representação (trunfos de legitimidade territorial).....91*

CAPÍTULO IV – BAIXADA FLUMINENSE: REPRESENTAÇÕES E DISPUTAS DE LEGITIMIDADE NA COMPOSIÇÃO TERRITORIAL94

4.1 – Baixada – construção de sua representação hegemônica94

4.1.1 – *O legado territorial da representação hegemônica98*

4.2- A Baixada e a legitimação do poder - os regionalismos políticos e os planejamentos territoriais.....103

4.3 -Baixada: ser ou não ser? Eis a questão! : impasses e problemáticas da geopolítica da inclusão – exclusão.....110

CONSIDERAÇÕES FINAIS...PARA (NÃO) CONCLUIR.....130

REFERÊNCIAS135

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem do Estado do Rio de Janeiro com destaque para o domínio físico da Baixada Fluminense.

Figura 2 – Principais vias de integração na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Figura 3 – Localização da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Figura 4 - Traçado da RJ-109.

Figura 5 - Representação de uma proposta do programa Baixada Viva com destaque para ilustrar sua área de ação.

Figura 6 – Representação da composição territorial proposta pela FIRJAN.

Figura 7 – Representação da Baixada a partir da secretaria de Turismo de Guapimirim.

Figura 8 – Mapas das emancipações em Nova Iguaçu.

Figura 9 – Representação da composição territorial da Baixada Fluminense pelo IPAHB

Figura 10 – Representação do plano de ação territorial do programa Nova Baixada.

Figura 11 – Representação da Região do Vale do Café com destaque para a localização de Paracambi.

Figura 12 - Representação da Região do Vale do Café com destaque para a localização de Paracambi – Representação presente no folder do evento “Café, cachaça e chorinho” de 2009.

Figura 13 – Foto do monumento localizado em frente à prefeitura municipal de Itaguaí – referência à representação de “Cidade do Porto”.

Figura 14 – Logomarca da Prefeitura municipal de Itaguaí.

Figura 15 – Representação espacial da Região Turística da Serra Verde Imperial.

Figura 16 – Representação da Região Turística da Baixada proposta pela RioTUR.

Figura 17 - Mapa Síntese da geopolítica da inclusão-exclusão na composição territorial da Baixada Fluminense.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Relação entre PIB e IDH dos municípios da Região Metropolitana e Baixada Fluminense.

Quadro 2 - Síntese do Mapeamento de Representações Territoriais sobre a Baixada Fluminense - Grupo 1 (Os de Fora).

Quadro 3- Síntese do Mapeamento de Representações Territoriais sobre a Baixada Fluminense - Grupo 2 (Os de Dentro).

Quadro 4 – Comparativos dos municípios em seus trunfos na Geopolítica da Inclusão-exclusão na composição da Baixada Fluminense.

LISTA DE ABREVIATURAS

APPH-CLIO – Associação de Professores e Pesquisadores da História da Baixada Fluminense.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPHAB- Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense.

CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro.

ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública.

PIB – Produto Interno Bruto.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

FEUDUC – Faculdade de Filosofias, Ciências e Letras de Duque de Caxias.

FIRJAN – Federação das Indústrias no Estado do Rio de Janeiro.

FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz.

FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana.

REDUC – Refinaria de Duque de Caxias.

SEDEBREM – Secretaria de Desenvolvimento da Baixada Fluminense e Região Metropolitana.

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento.

TurisRio - Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro.

UUIO - Unidades Urbanas Integradas do Oeste.

RESUMO

Neste trabalho, o objetivo é apresentar a problemática da composição territorial da Baixada Fluminense, a partir das disputas de legitimidades que se estabelecem no jogo de representações. Essa área, localizada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, é conhecida por uma representação hegemônica de violência, miséria e descaso social fundamentados, entre outros fatores, nas práticas sociais estabelecidas neste espaço no decorrer da segunda metade de século XX. No entanto, existem inúmeras outras representações que entram em choque ou mesmo são assimiladas com esta, na perspectiva de legitimar interesses políticos, sociais, e culturais distintos, na medida em que tais representações se tornam projeções espaciais de poder, a fim de legitimar territórios. A Baixada Fluminense pode ser estudada como uma representação territorial de poder. A construção desse trabalho consiste no mapeamento dessas representações, tendo-a em vista de dois grupos: os de dentro e os de fora; identificando assim quatro categorias básicas: quem fala, como fala, que meio utiliza para falar e de onde fala. De modo geral, pode-se constatar que o problema de pensar o número de municípios da Baixada Fluminense reside, também, em interesses locais que culminam numa geopolítica da inclusão-exclusão, na qual alguns municípios podem fazer uso de trunfos de legitimidades territoriais para se inserir ou auto-excluir da representação territorial da Baixada, com a finalidade de consolidar seus interesses econômicos, sociais e políticos.

Palavras- Chave: Baixada Fluminense; Representação; Composição Territorial; Disputa de Legitimidade; Geopolítica da Inclusão-Exclusão.

ABSTRACT

The goal of this dissertation is to present the problem of Baixada Fluminense's territorial composition, from the legitimacy fights that are based on the game of representation. That space, located in the metropolitan region of Rio de Janeiro state, to hegemonic representation, is associated for violence, poverty and political social carelessness. This is reasoned, among other facts, in the social practices made in Baixada Fluminense during second half of 20th century. However, there are many other representations which enter into clash or even they are assimilated along this one, at the perspective of legitimizing political, social, and crop clear-cut interests. This dissertation construction is based on mapping out the representation of two groups: the inside group and the outside group; identifying four basic categories: who speaks, how speak, which way they use to communicate and where from they speak. We can find that the problem of thinking in the Baixada Fluminense's counties number is associated, also, in local interests that culminate in a geopolitical of inclusion- exclusion, where some counties can use assets of territorial legitimacy to put them in or out of Baixada Fluminense's representation of territorial composition, with the purpose of legitimizing economic, social and political interests. At this way, the Baixada Fluminense can be studied as a representation of territorial power

Key-Words: Baixada Fluminense; Representation; Legitimacy of fighters; Geopolitical of Inclusion-Exclusion.

RÉSUMÉ

Dans ce travail, l'objectif est présenter la problématique de la composition territoriale de la Baixada Fluminense, à partir des disputes de légitimités qui s'établissent dans le jeu des représentations. Cette aire, qui est localisé dans la région métropolitaine de l'État du Rio de Janeiro, est connue par une représentation hégémonique de violence, misère et de cas social fondées, entre d'autres facteurs, dans les pratiques sociaux établis en cet espace dans le découler du deuxième moyen XXe siècle. Pourtant, il y a plusieurs d'autres représentations qui entrent en choqe ou même sont assimilés avec celle-ci, dans la perspective légitimer des intérêts politiques, sociaux, et culturels distincts, à mesure que tels représentations se deviennent projections espacials de pouvoir, a fim de légitimer territoires. La Baixada Fluminense peut être étudiée comme une représentation territoriale de pouvoir. La construction de ce travail consiste dans le plan de ces représentations à tenir en vue deux groupes: les dedans et les dehors; identifié ainsi quatre catégories nécessaires: qui parle, de quelle manière parle, que moyen s'utilise pour parler et d'où parle. D'une manière générale, peut se constater que le problème de penser le numéro de municipalités de la Baixada Fluminense réside, aussi, en intérêts locaux qui culminent dans une geopolitique d'inclusion-exclusion, où quelques municipalités peuvent s'utiliser d'atout de légitimités territoriales pour s'insérer ou auto-exclure de la représentation territoriale de la Baixada avec la finalité de consolider ses intérêts économiques, sociaux et politiques.

Mots-clés: Baixada Fluminense; Représentation; Composition territoriale; dispute de légitimité; geopolitique d'inclusion-exclusion.

APRESENTAÇÃO

Em Ancara e Istambul, conversei com Alain Touraine [sociólogo] e perguntei o que ele achava da idéia de desfusão do Estado do Rio de Janeiro como maneira de encaminhar soluções para problemas como a violência. A primeira pergunta que fez foi: *“E a Baixada Fluminense fica com quem?”*

(Adaptado de PEREIRA, Merval. *O Globo*, 20/04/2005.)

Escolhemos essa epígrafe para apresentar a problemática que fomentou a elaboração desta dissertação de Mestrado. Para tanto, a construção da pesquisa reside, também, na trajetória de nossa vida pessoal, enquanto morador, trabalhador e pesquisador de uma área conhecida como Baixada Fluminense.

Durante toda infância presenciei inúmeros fatos que exemplificavam o problema apresentado na epígrafe, que associa, em primeira instância, a representação da Baixada Fluminense à idéia de violência. Entre eles podemos descrever um fato, que lembramos com clareza. Quando, ao tentar sair de casa, para mais uma “pelada”, fomos repelidos por minha mãe que dizia: “O bicho ‘tá’ solto, mataram mais um perto da barraca. Menino, ‘tá’ muito perigoso. Deu até no jornal que aqui (referente ao município de Belford Roxo) é o lugar mais violento do mundo, você vai brincar dentro de casa!”. O mais impressionante nesse fato, é que ele se repetiu inúmeras vezes e sempre no mesmo argumento, “‘tá’ violento de mais”. Assim, iniciava-se a construção de uma representação sobre a Baixada Fluminense, que a distinguia das demais áreas do estado do Rio de Janeiro.

Porém, outros olhares sobre a Baixada emergiam. Na escola, catávamos um hino do município de Belford Roxo que lembrava fatos históricos importantes, os quais valorizavam o cidadão e sua história... “Velho Brejo, velho brejo, onde o sol sempre nasceu sorrindo. Como invejo sua Gente, essa gente tão querida, tão sofrida e tão valente. Essa gente que progride, que trabalha e estuda. Essa gente que decide, o que é bom para o lugar”. Em nossa cabeça surgira mais uma representação social, da Baixada como um lugar de pessoas que lutam para uma vida melhor, lugar de pessoas solidárias, de uma história ímpar.

Mas as representações não param.....aliás, são dinâmicas!

Podemos afirmar que muitas representações, surgiram para moldar nossa concepção de Baixada Fluminense, que, em síntese, sempre se mostrava na dimensão de um “espaço diferente”. Fosse pelo motivo que fosse, a Baixada era um espaço, conhecido e reconhecido por nós, porém não precisamente delimitado. De fato, esse espaço já era moldado em sua representação e vice-versa.

Sem dúvida, a maior contribuição que tivemos em conhecer de maneira mais apurada a Baixada Fluminense foi durante os anos de 2002 e 2005 no curso de graduação em Geografia na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Duque de Caxias. Nessa instituição, concentram-se pesquisadores e grupos de estudos envolvidos na perspectiva de uma história e uma geografia regional/ local. Existe uma enorme quantidade de materiais produzidos entre livros, artigos e dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a Baixada Fluminense, que inclusive, serviram de base para a produção deste trabalho.

Ainda na graduação, iniciamos um trabalho com orientandos do NEG-BF, Núcleo de Estudos Geográficos sobre a Baixada Fluminense, que resultou na produção do livro “Baixada Fluminense: novos estudos e desafios”, organizado por Rafael Oliveira, hoje professor da UNIR (Universidade Federal de Roraima). Como produto desse grupo de pesquisa, fomos incentivados a escrever um artigo sobre o avanço pentecostal na Baixada Fluminense, apresentado no Congresso Internacional sobre Globalização e Marginalidade da UGI(União Geográfica Internacional), realizado na cidade de Natal/RN no ano de 2005. Na apresentação daquele trabalho no evento, fomos questionados por um dos professores da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), se não falaríamos da violência da Baixada, pois até então, isso não havia sido mencionado.

Além desse fato, como um geógrafo que se preocupa com as questões sobre o espaço, não tínhamos uma delimitação clara do que era espacialmente a Baixada Fluminense, ou seja, quantos municípios faziam parte de sua composição territorial. No entanto, esse questionamento permaneceu guardado, amadurecendo, para responder outros. Durante o ano de 2006 fomos cursar a especialização em Políticas Territoriais no Estado do Rio de Janeiro, oferecido pelo departamento de Geografia da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), culminando com uma monografia sobre a representação do poder local em Belford Roxo, e sobre a perspectiva da imagem de seu representante político, o Joca.

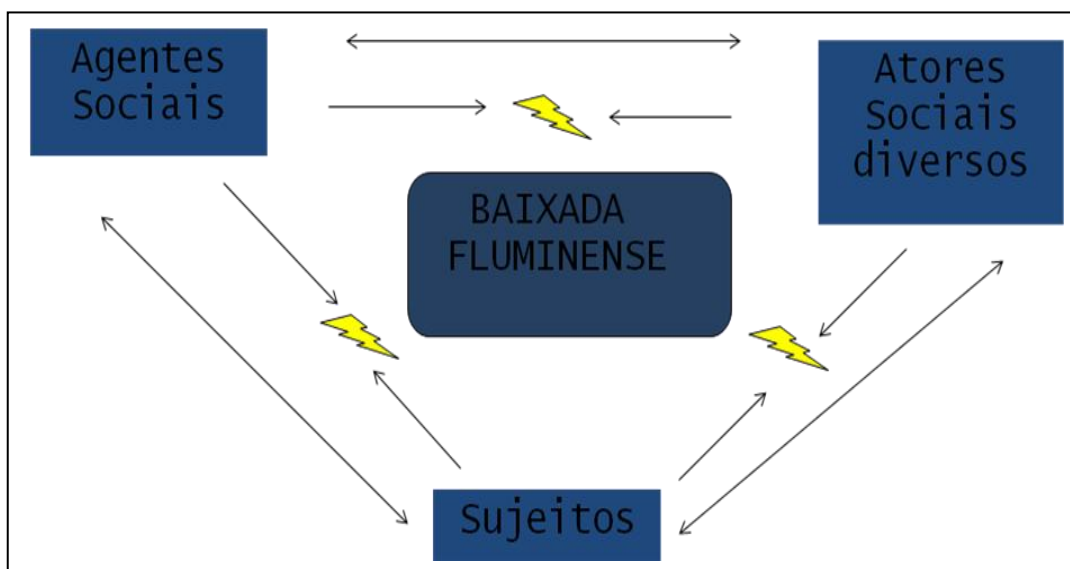
Numa discussão sobre a estruturação do espaço regional fluminense, muito nos surpreendeu o fato de não aparecer uma região da Baixada Fluminense, enquanto unidade administrativa proposta pelo IBGE e o CIDE. Tal informação nos impulsionou a pesquisar sobre a ambivalência que recai sobre “composição territorial da Baixada Fluminense”. Foi ainda no ano de 2006 que construímos o projeto, o qual culmina nessa Dissertação de Mestrado que, em síntese, tenta responder à pergunta e explicar o problema apresentado na epígrafe dessa introdução, sobre a idéia de quem fica com a Baixada. De fato essa epígrafe representa apenas um dos problemas da indefinição do que é e quem faz parte da Baixada Fluminense.

Entendemos a Baixada Fluminense a partir do binômio território-representação, no qual as representações traduzem projetos de poder sobre um espaço, delimitando territórios. Por sua vez, as práticas sociais estabelecidas na produção do espaço contribuem para alimentar representações. Essas práticas envolvem trajetórias de poder, que constroem territórios e suas representações, ou seja, existe uma interdependência entre território e representação, em que um se alimenta do outro. Assim, o que se constrói como objeto de investigação não é a Baixada Fluminense em si, mas as representações territoriais sobre a Baixada Fluminense. Como existem muitas representações, existem muitas “Baixadas”, até porque o espaço e suas representações são dinâmicos.

Como as representações são dinâmicas, assim como a produção do espaço, a nossa metodologia foi construída no movimento, ou, como diria Edgar Morin, num processo. Utilizamos a proposta de A. Baily relacionada à fundamentação teórica de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço e as representações espaciais, bem como a teoria das representações sociais de D. Jodelet e S. Moscovici. Entendemos, portanto, a construção das representações como um processo. O território, por sua vez, enquanto chave conceitual em nosso trabalho, deve também ser entendido como fruto de um processo de apropriação e uso, material e imaterial, do espaço. Para isso, leituras de autores como R. Haesbaert, C. Raffestin, M. Saquet e D. Sack foram importantes na composição teórica deste trabalho.

Elencamos um mapeamento das representações sobre a Baixada Fluminense produzidas no corte temporal dos anos de 1950 até os dias atuais, agrupando em dois conjuntos promotores de representações sobre a Baixada: os de fora e os de dentro. Privilegiamos aqui um comparativo entre essas representações, o que significa que a análise teórico-metodológica se estabelece de forma não linear, do ponto de vista

cronológico. Ainda resguardamos a idéia de que as representações exprimem, além das intencionalidades, espacialidades e temporalidades. Desse modo, uma análise sobre as representações construídas sobre a Baixada Fluminense prevê, também, um olhar sobre quem as profere, que meios utiliza e de onde elas são geradas. Assim, são inseridas nesse mapeamento agentes, atores e sujeitos sociais que participam da produção do espaço da Baixada Fluminense, que disputam esse espaço, buscando legitimá-lo através de suas práticas e representações. (ver esquema abaixo)



O esquema acima representa a ligação existente entre sujeito, atores e agentes sociais que têm a Baixada Fluminense como produto de suas representações, as quais estão em constante choque/tensão (setas separadas por um raio) ou em justaposição/assimilação (setas contínuas).

Esse mapeamento traduz uma maneira de entender estratégias utilizadas no processo de construção do território. Essas estratégias, em representações e em práticas territoriais, fazem da Baixada Fluminense uma representação territorial de poder em constante disputa de legitimidade. Em síntese, esse trabalho se estruturou em torno dos seguintes questionamentos: a) Como o choque/tensão e/ou justaposição/assimilação de diferentes representações pode proporcionar diferentes composições territoriais à Baixada Fluminense? b) Quais são os resultados de perdas e ganhos dessa indefinição de representação territorial

Dentro desta proposta, para tentar dar conta desses questionamentos, estruturamos a presente pesquisa em quatro capítulos, a saber: I – O que é a Baixada Fluminense; II – Das representações sociais às práticas e representações espaciais; III –

Do espaço ao território, do território às suas representações; IV – Baixada Fluminense: representações e disputas de legitimidade na composição territorial.

No capítulo I, apresentamos a problemática da indefinição da composição territorial da Baixada Fluminense. Busca-se, ainda, mostrar como ocorreu a construção de representação hegemônica atribuída à Baixada, a partir da produção e incorporação desta parcela do espaço à lógica urbana no estado fluminense, bem como analisar as atuais tendências de crescimento econômico e de seus papéis no interior da região metropolitana do Rio de Janeiro. Apresentamos, ainda nesse capítulo, o debate sobre a representação e a legitimidade, apontando o quadro comparativo do mapeamento das representações divididas em dois grupos: os de dentro e os de fora.

Esses grupos foram delimitados em torno da proposta de A. Bailly, que indica as representações sendo moldadas em via de mão dupla, interior-exterior. Entendemos essas propostas espacialmente concebidas no contexto da Baixada, delimitando, portanto, os agentes, sujeitos e atores promotores de representações que estão incluídos na Baixada (os de dentro) e que estão fora da Baixada(os de fora).

O segundo capítulo constitui-se como uma abordagem teórica onde se faz um esforço na associação entre a teoria das representações sociais e sua aplicabilidade na apreensão de fenômenos geográficos. Constrói-se a base conceitual sobre representações e os discursos de legitimidade territorial. Esse capítulo da dissertação possui como fundamentação o entendimento da produção do espaço a partir da obra de Henri Lefebvre. Esta base nos revelou uma relação próxima com a nossa proposta de dissertação, uma vez que a produção do espaço passa tanto pela dimensão material quanto pela imaterial. Neste sentido, procuraremos nos remeter, especificamente, às representações e suas imbricações na produção do espaço, num esforço de sistematizar a nossa base conceitual. Ainda nesse capítulo, apresentamos a teoria clássica sobre representações em Émile Durkheim, bem como o movimento renovador das representações sociais proposto por Serge Moscovici e Denise Jodelet. Por fim, associamos as leituras sobre as representações sociais à produção imaterial que constitui, também, a produção do espaço a partir das contribuições Henri Lefebvre. Buscamos nesse capítulo mostrar como as representações são utilizadas no processo da construção de uma “*legitimidade territorial*” ou “*Legitimidade Geográfica*”.

O terceiro capítulo segue a mesma perspectiva do segundo, porém aprofunda a proposta de entendimento do conceito de território como representação. Temos como objetivo principal apresentar referências teóricas sobre o conceito de território,

buscando demonstrar como a idéia de poder se imbrica na produção do espaço. Apresentaremos, também, a idéia de que a representação possibilita a construção do território e por ela é retro-alimentada. Concebemos o território como uma construção material e representacional (simbólica), de modo que sua composição revele uma imbricação de interesses que se formula ou se constrói através das diferentes representações. Tais relações são visíveis em diversos casos que colocam em evidência os usos de trunfos de legitimidades territoriais para se inserir ou auto-excluir da composição da Baixada Fluminense, o que se poderia denominar *geopolítica da inclusão e exclusão*. Pensar a questão do território e o jogo de representações possibilita entendermos o processo de composição territorial da Baixada Fluminense, que se desenha através de um jogo de representações sobre este espaço revelado na inclusão-exclusão de territórios, obedecendo a interesses diversos.

O quarto e último capítulo é resultado do esforço associativo dos estudos empíricos com o arcabouço teórico-conceitual levantado no decorrer deste trabalho. Consideramos este capítulo nossa maior contribuição para os estudos sobre a Baixada Fluminense, o qual se baseou em: a) *dados de órgãos de pesquisa e planejamento e gestão*, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o CIDE (Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro), FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), SEDEBREM (Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana e Baixada Fluminense); b) *Fontes de jornais de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro* – Jornal do Brasil, Jornal O Globo, Jornal O Dia e Jornal Extra; c) *Fontes Documentais* e d) *Entrevistas dirigidas*. O objetivo principal é apresentar as diferentes representações sobre composição territorial da Baixada Fluminense e, assim, sinalizar os choques/tensões e justaposição/assimilação entre as diferentes representações sobre a Baixada. Buscaremos, também, mostrar os impasses gerados pelo jogo de inclusão ou exclusão na composição territorial e como os diferentes grupos se beneficiam através de um *trunfo de legitimidade territorial* sobre a ambivalência de uma composição sobre a Baixada Fluminense.

Contudo, esperamos que esse trabalho não seja visto como produto final dos estudos sobre a composição territorial da Baixada Fluminense, mas sirva como um reinício na discussão, ou mesmo como mais um ponto de problematização, para futuros debates em torno da Baixada Fluminense e da geografia regional do Rio de Janeiro.

CAPÍTULO I – O QUE É A BAIXADA FLUMINENSE?

Este capítulo visa apresentar a problemática da ambivalência da composição territorial da Baixada Fluminense. Busca-se, ainda, mostrar como ocorreu a construção de representação hegemônica atribuída à Baixada, a partir da produção e incorporação desta parcela do espaço à lógica urbana no estado fluminense, bem como analisar as atuais tendências de crescimento econômico e de seu papel no interior da região metropolitana do Rio de Janeiro.

1.1– Baixada Fluminense: problemáticas de uma representação

“Qual é o Problema da Baixada?... é porque é Baixada?” (Sidney Cardoso Santos Filho)

Iniciamos o texto com a fala de um amigo, geógrafo e morador do município de Duque de Caxias, proferida em uma entrevista entre amigos numa mesa de bar, para um documentário sobre transportes públicos na “Baixada”¹. O que nos chamou atenção foi a verbalização da palavra “Baixada” como uma dimensão espacial da realidade, referente aos problemas enfrentados no acesso dos serviços. É fato que essa é apenas uma das tantas referências que cercam a denominação “Baixada Fluminense” que, de forma sucinta, revela como o senso comum forja uma forma de conhecimento pautado nas experiências vividas. A “Baixada” passa, neste sentido, a ser um conhecimento espacial capaz de compreender as singularidades daqueles que vivem numa dada parcela do espaço social da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense é conhecida interna e externamente por esse nome no âmbito do estado do Rio de Janeiro, do Brasil e quiçá do Mundo. No entanto, esta nomeação, atualmente, revela mais que uma simples nomenclatura, ou melhor, para ser

¹TV Angu – Transporte. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=OPRpWzyenlg> data do acesso: 21/01/2008. Esse documentário faz parte de uma série de mini-curtas elaboradas por um cine clube da localidade, que buscava, entre outras finalidades, mostrar a percepção da população local sobre os diversos serviços utilizados.

mais preciso, mais que um substantivo próprio que possui a função de nomear. Atribui-se a “Baixada” uma idéia “qualificadora”, quase que adjetivada, associada às noções de miséria, fome, violência, grupos de extermínio, periferia, lugar distante etc. Ou seja, explicita-se uma dimensão espacial distinta no Estado do Rio de Janeiro. O espaço socialmente produzido possui uma qualificação que o distingue dos demais espaços (DI MEÓ, 2001), e a Baixada Fluminense se diferencia das outras áreas do estado a ponto de se firmar como uma verdade (reconhecida no senso comum), como um espaço legítimo, no entanto, ainda não reconhecida como unidade “regional” no estado do Rio de Janeiro pelo IBGE. Por outro lado, a mesma vem ganhando um corpo de legitimidade nos discursos de políticos locais e ações governamentais das mais distintas esferas (municipal, estadual e federal), que acabam por legitimar a distinção entre o que é, e o que não é “Baixada”.

Essa legitimidade é dada pela presença de ações que sustentam uma materialidade, projetos sociais e políticos sobre o espaço. No entanto, esses projetos, essas representações, são desenvolvidos por grupos sociais que estabelecem seus critérios de ação, suas formas de saber, formas de poder e de hegemonia sobre o espaço. No caso da Baixada Fluminense, podemos afirmar que tais representações são promovidas por dois diferentes grupos (os de “dentro” e os de “fora”), os quais possuem diferentes *agentes, atores e sujeitos* que, através de suas ações, buscam legitimar espacialmente esta área no Estado Fluminense.

É importante ressaltar, em nossa pesquisa, a distinção entre agentes, atores e sujeitos. Consideramos agentes aqueles que possuem a legalidade jurídico-administrativa de intervenção, planejamento e execução de políticas territoriais no Estado do Rio de Janeiro, correspondendo à esfera governamental de nível federal, estadual e municipal, e suas respectivas secretarias; e os órgãos planejadores vinculados à esfera pública e privada, reconhecidos como o CIDE, o IBGE e a TurisRio. Por atores, entendemos as organizações sociais, políticas e institucionais que versem sobre práticas políticas no território, seja num plano ideológico ou funcional. São exemplos de atores que forjam suas representações sobre a Baixada: a APPH-CLIO, o IPAHB, a FIRJAM, Associações empresariais e as Associações de moradores. Os Sujeitos correspondem àqueles que estão diretamente associados às discussões sobre as idéias de Baixada Fluminense, e que de modo autônomo participam em arenas políticas, mas que produzem reflexões sobre as diferentes ações públicas e privadas na Baixada Fluminense.

Podemos aqui citar alguns dos mais significativos: Professor Genesis Torres, Professora Marlúcia dos Santos Souza, Professor José Claudio Alves e Professor Manoel Ricardo Simões.

O primeiro grupo, “os de dentro”, corresponde às ações e às práticas desenvolvidas por grupos políticos e sociais oriundos da Baixada. Este integra os governos municipais, organizações regionais e locais, como a APPH-CLIO e o IPAHB entre outras. O segundo grupo, “os de fora”, relaciona-se às práticas e às projeções de grupos externos, seja por parte de grupos imobiliários, governo federal e estadual ou outras instituições como a FIRJAN e a TurisRio. Atualmente, tais grupos começam a delinear representações sobre este espaço, estabelecendo um confronto, tensão com as representações dos grupos locais. Estabelece-se, então, uma disputa sobre a representação legítima do espaço da Baixada Fluminense.

Existem diversos exemplos das práticas no jogo de legitimidade da Baixada por parte dos grupos locais. Podemos mencionar: 1) *constituição de uma associação de prefeitos da Baixada Fluminense*, que possui, entre outras finalidades, buscar uma coesão política de reivindicação junto às esferas estaduais e federais para os problemas da localidade. Esta associação já teve como líder, na década de 1990, o ex-prefeito de Belford Roxo, Jorge Júlio da Costa, o famoso “Joca”². Atualmente quem ocupa esse cargo é o atual prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias; 2) A criação do Dia da Baixada Fluminense – corresponde ao dia 30 de abril, elaborado por decreto Estadual Nº 3.222 de 02/05/2002 .

Sobre os discursos e práticas advindas de “fora”, que buscam legitimar um “*espaço da Baixada*”, podemos citar as ações do governo estadual: Projeto Baixada Viva e o Projeto Nova Baixada, desenvolvidas no governo de Antony Garotinho. E mais recentemente os projetos do Governo Federal do Plano de Aceleração do Crescimento, que possui uma versão para a Baixada Fluminense – PAC-Baixada.

É importante frisar que cada uma das ações citadas corresponde ao conjunto de municípios que, de acordo com o interesse mais diverso, compõem a “Baixada”, que em maior ou menor grau se diferem em sua composição territorial pela entrada ou saída de territórios municipais estabelecendo uma *geopolítica de inclusão-exclusão*.

² Este prefeito, famoso por sua imagem atrelada aos grupos de extermínio, obteve tanta notoriedade que ganhou o título de o “Prefeito da Baixada Fluminense” (Monteiro, 2002)

Mas afinal, o que é a Baixada Fluminense? Quais são as causas de tantas representações? E qual é a “verdadeira”? Quais são os seus “sentidos”? Tais questionamentos e informações suscitarão buscar em nosso trabalho uma forma inicial para entender o que é a Baixada Fluminense. Recorremos, então, a uma explicação primeira sobre sua toponímia, ou seja, a origem das palavras que compõem a nomenclatura “Baixada Fluminense”.

A palavra “baixada” lembra uma definição da geomorfologia sobre as áreas do espaço que possuem uma altitude menor se comparada ao seu entorno, área baixa ou área de deposição. A palavra fluminense vem do radical Latino, *Flumem*, que significa rio. Alexandre Marques (2006, p.7) ainda acrescenta que essa denominação latina se aproxima bastante da denominação “*iguassu que em tupi significa muita água*”. Neste sentido, podemos destacar, por acaso, que o município que deu origem a maior parte daqueles pertencentes, supostamente, à “Baixada” se chama atualmente Nova Iguaçu. Nome que se originou de sua nomeação primeira, iguassu³.

Se levarmos em consideração a origem deste termo Baixada Fluminense, a composição territorial que atribuiremos à “Baixada” não corresponderá ao conjunto de municípios que compõem o entorno da metrópole carioca, muitas vezes relacionado à condição de periferia.

A associação da Baixada Fluminense à idéia de periferia é presente no imaginário fluminense, se repercutindo, inclusive, nas literaturas acadêmicas de geógrafos que trabalham a temática do urbano no Brasil. Neste sentido podemos citar as palavras de Roberto Lobato Corrêa (2001, p. 160-161) quando descreve algumas características da periferia da metrópole:

A periferia da metrópole é o lugar de existência e reprodução de parcela ponderável das camadas populares. No caso da metrópole carioca, esta periferia é conhecida, sobretudo como a Baixada Fluminense (...) residir nela impõe horas e horas perdidas no trânsito em transportes públicos sempre cheios e mal conservados (...) A periferia é o resultado da justaposição de numerosos loteamentos, que acabam formando um mosaico irregular, cujo conteúdo em termos de equipamentos de consumo coletivo é extremamente precário(...) transpõe nas ruas sem calçamento, na precária iluminação e na inexistência de redes de escoamento de águas pluviais e de esgoto. A

³ Segundo Simões (2007) os municípios que foram originados de Nova Iguaçu são: Belford Roxo, Mesquita, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Japeri e Queimados.

precariedade ou falta de postos de saúde, hospitais, escolas, policiamento e praças arborizadas é regra geral(...)(Grifo nosso)

Essas características estão impregnadas numa *Representação Hegemônica* de Baixada Fluminense. É certo que as características descritas por Roberto Lobato Corrêa são algumas das tantas atreladas à condição de “periferia” que, no âmbito da metrópole carioca, ganha outra nomeação: “Baixada Fluminense”. Miséria, descaso social, precariedade de condições, foi o que levou a nomeação Baixada Fluminense se relacionar a estas condições? E de que forma esta construção representacional é vislumbrada hoje? Repetindo a epígrafe inicial: Qual é o problema da “Baixada”? é porque é “Baixada”?

Tais questionamentos suscitam a construção de um olhar mais apurado sobre a formação dessa parcela do espaço fluminense. A Baixada, que tem seu nome associado a uma definição de aspectos naturais, ganha no período hodierno adjetivos sociais. Estes adjetivos se constroem no processo de produção do urbano fluminense que ocorreu de forma complexa. Dentre as complexidades geradas pela expansão da metrópole carioca, podemos mencionar as indissociabilidades entre a produção material e a produção ideológica, ou, ainda, representacional, que estruturam a produção do “urbano”. No estado Fluminense, a produção/construção social da conhecida “Baixada” se torna muito próxima desse sistema indissociável que é referido por Henri Lefebvre (1974) e outros autores.⁴

É importante esclarecer que a indissociabilidade da produção material e imaterial se traduz em nossa pesquisa no Binômio *Território / Representação*. Entendemos que a construção de uma materialidade – o território – está diretamente ligada às projeções não materiais: imagéticas, simbólicas, ideológicas, ou ainda representacionais. Essa relação acontece numa simbiose onde tanto a materialidade se alimenta da representação, quanto a representação ganha força nas configurações que o território apresenta. Ou seja, um Território, que é possuidor de qualificação dentro de um dado espaço, o é, muitas vezes, pelas representações, e as mesmas retroalimentadas

⁴ Cabe mencionar a questão levantada por Milton Santos (2002) em seu livro, “A Natureza do Espaço”, quando afirma que para compreender a totalidade de essência do espaço deveríamos pensar neste como um conjunto indissociável de objetos e ações.

pelas ações neste território. Na maioria dos casos, essa simbiose se revela atrelada às significâncias da nomeação do território (TURCO, 1985). Essa produção é, portanto, indissociável pelo fato de compreender um jogo de ida e vinda da representação ao território e do território à representação, que é forjada no processo de produção do espaço.

Essa produção agrega os interesses mais diversos dos múltiplos atores que colaboram para a produção social do espaço. Entre esses atores poderíamos citar o Estado, os proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários e a população excluída (CORRÊA, 1993). Esta forma de produção do espaço acaba por construir representações que muitas vezes se estabelecem num processo histórico de formação. A Baixada Fluminense é um exemplo desta construção material e imaterial, que passou a qualificar não só o espaço, mas os grupos sociais que estabelecem ali suas relações. Estes, por sua vez, delineiam projeções de poder sobre esse espaço, atribuindo-lhe configurações territoriais diversas, numa intensa *disputa de legitimidade*.

Nesta perspectiva, faz-se necessário entender como ocorreu o processo de incorporação desta área à lógica urbana de modo que construísse uma legitimidade territorial para a Baixada, tendo na posição de “periferia” o seu pilar principal que, de certa forma, tornou-se a representação territorial hegemônica no contexto do estado fluminense, base para o choque de representações e disputas de legitimidade territorial de grupos sociais diversos.

1.2- Da Baixada da Guanabara à Baixada Fluminense: pensando a incorporação à lógica urbana.

Hodiernamente o que se entende por Baixada Fluminense é totalmente dissociado da idéia original (OLIVEIRA, 2004). O próprio nome remonta a idéia marcada por uma concepção geomorfológica, estando presente na literatura regional fluminense até meados do século XX, em especial nas obras de Alberto Lamago (1940; 1946; 1948; 1950), Hildebrando de Góes (1934), Renato da Silveira Mendes (1950), Pedro Geiger e Myriam Mesquita (1956); e Pedro Geiger e Ruth Santos (1954).

Nesta perspectiva, a composição territorial da então Baixada Fluminense se remetia às áreas que acompanhavam a planície litorânea do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo desde a região norte fluminense, no litoral de Campos dos Goitacazes, até partes do sul fluminense, abrangendo porções dos municípios de Mangaratiba e Angra do Reis (ver figura 1).

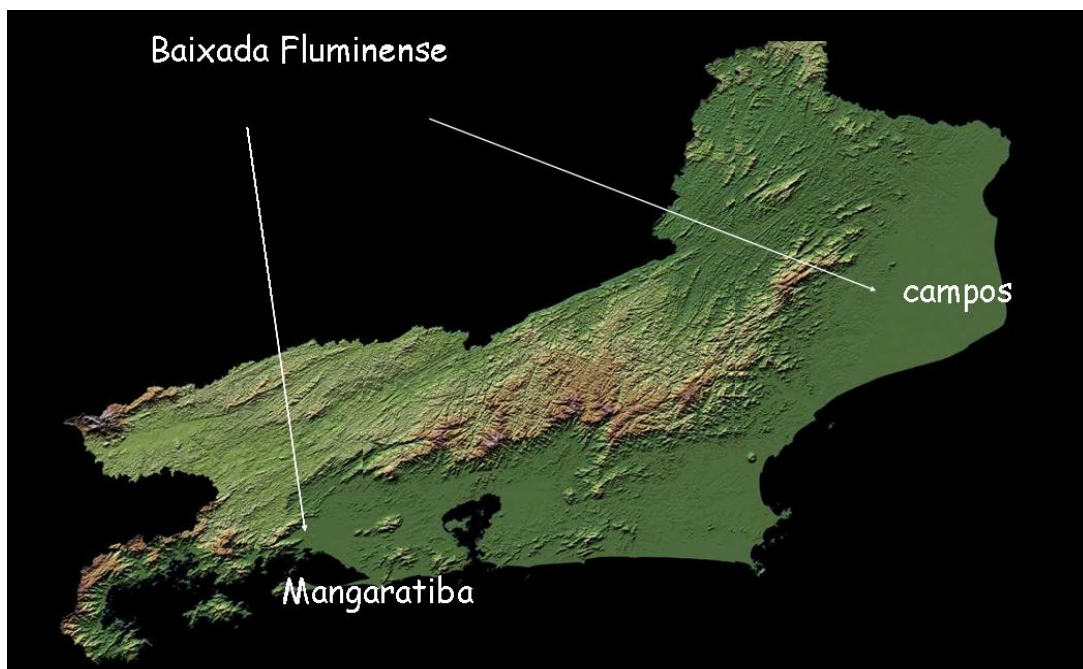


Figura 1 – Imagem do estado do Rio de Janeiro com destaque para o domínio físico da Baixada Fluminense. Fonte: Sítio do EMBRAPA (modificado pelo autor)

A imagem do estado do Rio de Janeiro revela dois grandes domínios ou unidades geológicas: uma área de montanha e uma área de baixada. Alberto Lamego já apontava a existência destes domínios. No âmbito de sua obra, dedica uma primeira análise sobre o estado discutindo as relações nas áreas da baixada: Brejo (LAMEGO, 1940), Restinga (LAMEGO, 1946), e a Guanabara (LAMEGO, 1948). Após esta análise, Lamego penetra no debate sobre o domínio das montanhas, especialmente ao domínio da Serra do Mar (LAMEGO, 1950). É importante salientar, também, a ênfase dada na obra de Alberto Lamego, sobre a relação entre o homem e a Guanabara, enquanto uma unidade desta área de baixada.

A área que compreende o domínio da Guanabara se reporta à porção que está no entorno da Baía de Guanabara. Esta área foi importantíssima no processo de ocupação

na parte interior do estado, que além de ser um ponto estratégico de proteção militar (LESSA, 2003), foi um ponto visceral na circulação e troca de mercadorias existentes no período colonial (PRADO, 2000).

Antes mesmo de Alberto Lamago fazer menção à “Região da Guanabara”, é encontrado nos relatórios do Engenheiro Hildebrando de Góes (1934) um apontamento sobre a diferenciação desta Baixada Fluminense. Este autor também considera a Baixada Fluminense numa concepção geomorfológica, dividindo a mesma em quatro compartimentações distintas, a saber: a) Baixada dos Goitacazes; b) Baixada de Araruama; c) Baixada de Sepetiba; d) **Baixada da Guanabara**.

Essa divisão toma como referência as áreas de drenagem dos conjuntos de rios que cortam a Baixada Fluminense (geomorfológica). Segundo Rafael Oliveira (2004), as perspectivas de divisão desta baixada para Hildebrando de Góes estavam associadas às obras de saneamento que visavam minimizar a problemática infra-estrutura desta área.

É importante frisar a menção dada por Hildebrando de Góes sobre uma Baixada da Guanabara. Esta subdivisão consistia no diagnóstico das áreas em torno da Baía de Guanabara que tinha uma sensível relação com a cidade do Rio de Janeiro. Entre suas particularidades estavam os problemas referentes ao saneamento básico e à drenagem de áreas alagadiças. Neste mesmo sentido, podemos fazer menção à obra de Pedro Geiger e Myriam Mesquita (1956), que mesmo pensando uma “regionalização” mais apurada, envolvendo os aspectos econômicos e sociais, entendem a Baixada Fluminense na mesma perspectiva de Alberto Lamago e Hildebrando de Góes.

Na divisão geomorfológica da Baixada Fluminense de Geiger e Mesquita (1956), emprega-se a relação existente entre a sociedade e o espaço natural, dando ênfase às relações econômicas que predominavam em determinadas áreas, no geral marcada pelas práticas agrícolas e as novas atividades que começaram a acontecer. Eram descritas como características o aparecimento de pequenos focos industriais e de uma onda de loteamentos. Diante destas perspectivas, Geiger e Mesquita (1956) dividem a “Baixada Fluminense” em quatro porções, a saber: a) Região Central da Baixada; b) Região das Lagoas; c) Região de Campos; d) **Região da Guanabara**.

A menção sobre a Região da Guanabara no trabalho de Geiger e Mesquita (1956) possui como caracterização, além da área em torno da Baía de Guanabara, as atividades agrícolas voltadas para citricultura (laranja) e explosão de loteamentos, bem como os problemas referentes à infra-estrutura urbana.

Há uma caracterização presente nesta Baixada da Guanabara⁵ que é percebida na interação sócio-territorial intensa com a cidade do Rio de Janeiro. Tal interação era mais intensa com a porção territorial localizada a oeste da Baía de Guanabara, hoje conhecida popularmente como Baixada Fluminense, que se constituiu como uma “*interlândia*”⁶ da cidade do Rio de Janeiro. É importante frisar que antes das décadas de 1950 e 1960 a denominação “Baixada Fluminense” não era utilizada em relação à área periférica à cidade do Rio de Janeiro. É nesse período que há a expansão do tecido urbano no estado fluminense, em especial a área em questão. Tal expansão urbana tem como pólo irradiador a cidade do Rio de Janeiro. No entanto, outros pontos foram importantes indutores da expansão do urbano nessa porção do território. São eles:

- a) **declínio das atividades agrícolas, em especial da citricultura:** após os anos de 1930 à 1940 os produtos agrícolas começaram a perder mercado por conta das crises econômicas que se desencadeavam no mundo, muito induzidas pela crise da bolsa de Nova Iorque em 1929 e pelo início da 2º guerra mundial (1939-1945), que, de certa forma, prejudicaram as vendas desses produtos e, por conseqüência, afetaram as áreas produtoras, como aconteceu em alguns pontos dos atuais municípios de Belford Roxo, Mesquita, e especialmente Nova Iguaçu, o qual se destacava como o principal exportador de laranja da América Latina no período em questão ⁷;

- b) **expansão de loteamentos e precariedade da infra-estrutura urbana :** este fator é desencadeado por conta da crise na produção agrícola, que coloca aos proprietários fundiários uma nova forma de fazer uso de suas propriedades, desta vez colocando à venda suas terras. Desse modo foram se expandindo loteamentos por vários municípios que, na maioria das vezes, eram postos sem o mínimo de infra-estrutura urbana - saneamento básico, pavimentação,

⁵ Esta área também é conhecida como tabuleiro da Guanabara(TORRES,2005).

⁶ “interlândia significa área subordinada economicamente a um centro urbano” (CORREA, 2001, p.86)

⁷ Além das Referências do Pedro Geiger e Myriam Mesquita (1956) sobre o potencial citricultor da região, cabe mencionar a informação dada no Jornal O Dia de 9 de maio de 2004, em uma reportagem sobre a origem de Nova Iguaçu. A mesma referência é citada, até mesmo com um tom saudosista “ *O município, onde eram cultivados dois milhões de pés de fruta, foi definido pelo poeta Jarbas Cordeiro como ‘Cidade Perfume’ em virtude do aroma exalado pelas florações dos laranjais*”.

iluminação pública etc. (GEIGER & MESQUITA, 1956; SANTOS SOUSA, 2002; SIMÕES, 2007);

c) **disposição de sistemas de integração rodoviária e ferroviária:** isto se valida no uso das ferrovias para o deslocamento da população (que antes eram utilizadas somente para o transporte de mercadorias), e a abertura de importantes rodovias durante as primeiras décadas do século XX: a Avenida Presidente Dutra, Avenida Brasil e Avenida Washington Luiz, que hoje servem como espinhas dorsais na ligação rodoviária das áreas periféricas ao núcleo central da cidade do Rio de Janeiro(ROCHA,2007);

d) **migrações e crescimento populacional :** este último não pode ser ignorado, pois está diretamente ligado aos dois últimos tópicos. Durante este período algumas localidades da Baixada apresentaram um considerável índice de crescimento populacional, a saber: “Inhomirim, com 423%; Vila de Cava, com 306%; Queimados, com 372%; Duque de Caxias, com 226%” (ABREU, 1987)⁸.

As associações entre os pontos mencionados contribuíram, de certo modo, para a passagem de uma paisagem rural para uma paisagem urbana, em especial os loteamentos que, de certa forma, estavam relacionados aos problemas de moradia. Pedro Geiger (1952, p.45-46) menciona este fato:

Nota-se uma aceleração na divisão das propriedades para loteamento e hoje é uma verdadeira febre na Baixada.

De um lado a inflação valorizando extraordinariamente as terras, e de outro, os problemas de moradia cada vez mais presentes para a crescente população carioca, têm sido elementos para grande especulação em torno de terras tão sedosas para os proprietários e companhias especializadas na execução dos Loteamentos. Loteamento que transforma paisagens rurais em urbanas também transforma terras cultivadas em terrenos baldios.”(Grifo nosso)

⁸ Atualmente alguns trabalhos revelam que este crescimento estava ligado não apenas ao aumento da taxa de natalidade, mas ao incremento populacional advindo de migrações, em especial aquelas vindas do interior do estado e da região nordeste do país (LAZARONI, 1990; RUBIM, 2007).

A partir da afirmação de Pedro P. Geiger, podemos associar a produção do urbano na Baía de Guanabara com a intensa “febre loteadora”, que é complementada com a expansão da Metrópole Carioca, induzida pela instalação de vias de circulação que forneceram uma integração peculiar entre a cidade do Rio de Janeiro e a área entorno da parte oeste da Baía de Guanabara. Neste sentido Maria Theresinha de Segada Soares (1962, p.155) nos esclarece:

“A dispersão, a descontinuidade, são aspectos característicos do modo pelo qual se processa essa integração, que é orientada, em suas grandes linhas, pelas vias de circulação. São elas os principais agentes desta incorporação e os elos a ligar as diversas áreas na quais, de diversas formas, se vem realizando a urbanização do recôncavo” (Grifo Nosso)

Maria Theresinha de Segada Soares (ibidem) ainda complementa que a área de topografia plana e a inexistência de relevos, impedindo as comunicações terrestres, foram fatores que possibilitaram a integração e expansão urbana do urbano em direção à Baixada da Guanabara. Em relação às rotas de integração, podemos visualizar na figura abaixo como se localizam atualmente as principais vias de circulação que caminham na direção noroeste (Baixada).

Esta figura apresenta as vias férreas de integração que partem da estação Dom Pedro II em quatro ramais: um em direção a zona oeste do município do Rio de Janeiro, para o Ramal de Santa Cruz, e três na direção noroeste (Baixada) nos ramais de Japeri, que liga em linha auxiliar o município de Paracambi; Belford Roxo, constituído a partir da antiga linha férrea que ligava Rio D’ouro, sendo de suma importância no abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro no século XIX (ABREU, 1987; ROCHA, 2007); e o ramal de Gramacho - Saracuruna, que liga duas linhas auxiliares: Vila Inhomirim (Santa Cruz da Serra) e Guapimirim.

A figura 2 mostra como a disposição das principais rotas de circulação de mercadorias e pessoas tomam um direcionamento noroeste. Nesta direção, estabelecem-se vias férreas e rodovias posicionadas de forma a densificar o território, acompanhando os maiores adensamentos demográficos, ou áreas que foram incorporadas pela lógica urbana, mencionada por Segada Soares(1962). Essas áreas as quais as vias de circulação

perpassam, são postas como a periferia da cidade do Rio de Janeiro que, segundo Roberto Lobato Correa(2001), chamamos de Baixada Fluminense.

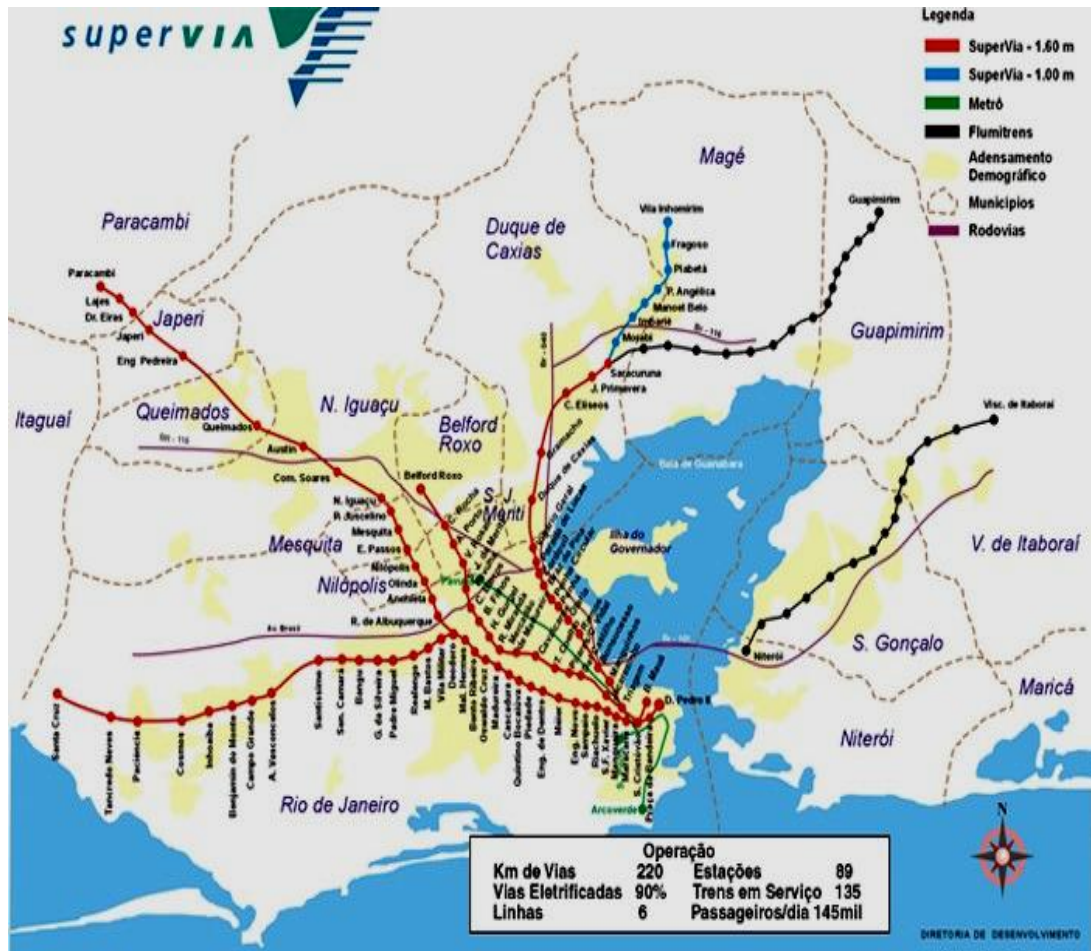


Figura 2 – Principais vias de integração na região metropolitana do Rio de Janeiro. Mapa recente da [Supervia](http://www.supervia.com.br), atual administradora do sistema suburbano do Rio de Janeiro. FONTE: http://www.anpf.com.br/histnostrilhos/historianostrilhos22_mai02004.htm. data do acesso: 12/06/2008.

A figura 2 expressa como as rotas de circulação foram importantes na integração desta área à metrópole carioca, e mais, como verdadeiros indutores da urbanização, ou como diria Maria Therezinha de Segada Soares, a incorporação à lógica urbana do Rio de Janeiro.

De modo geral, percebe-se que diversos autores fazem menção a uma Baixada da Guanabara, que é rapidamente interligada aos processos de expansão urbana da

metrópole carioca. No entanto, mencionaram a “Baixada Fluminense” atrelada à idéia que conhecemos hoje: associada à precarização e violência social. Neste sentido, procuraremos discutir essa construção representacional e ideológica da Baixada Fluminense como um produto material e imaterial do urbano no espaço fluminense

1.3 - Panorama atual da Baixada Fluminense e seu contexto metropolitano

A definição de Região Metropolitana no Brasil é regida por lei estadual. No entanto, ela pode ser, informalmente, entendida por uma conurbação (junção material e de interação de fluxos de maneira intensa) entre formações urbanas. Normalmente essa conurbação é fruto da expansão urbana das cidades, em especial aquelas que possuem dinâmicas sócio-econômicas consideráveis. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo o Centro de Dados e Informações do Rio de Janeiro, é formada por 18 municípios⁹ (ver figura 3).

Esta, por sua vez, possui uma característica intensa, “*a imensa concentração populacional de atividades e recursos*” (OLIVEIRA, 2006, p.79), tendo cerca de 80% da população do estado residindo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo que cerca de 50% deste total reside na área periférica, Baixada Fluminense (IBGE, 2000).

A concentração de serviços e atividades industriais torna-se evidente nos indicadores econômicos. Segundo dados do IBGE, cidades como Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu – presentes na estrutura da região metropolitana – estão entre as cidades que mais arrecadaram em todo país no ano de 2002, o que revela a dinâmica intensa no interior dessa metrópole¹⁰

⁹ Os município que compõem a região metropolitana para o CIDE são: Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Duque de Caxias, São João de Meriti, Japeri, Queimados, Nilópolis, Paracambi, Seropédica, Magé, Guapimirim, Mesquita e Itaguaí.

¹⁰ Segundo Miguel Ângelo Ribeiro, em seu livro *Rio de Janeiro e Regiões de governo* (2006) - destaca a presença de dinâmicas produtivas relevantes que se dinamizam no interior do estado do Rio de Janeiro. Podemos destacar: a produção petrolífera no Norte Fluminense e a produção metal mecânica no Sul Fluminense e Vale Médio do Paraíba.

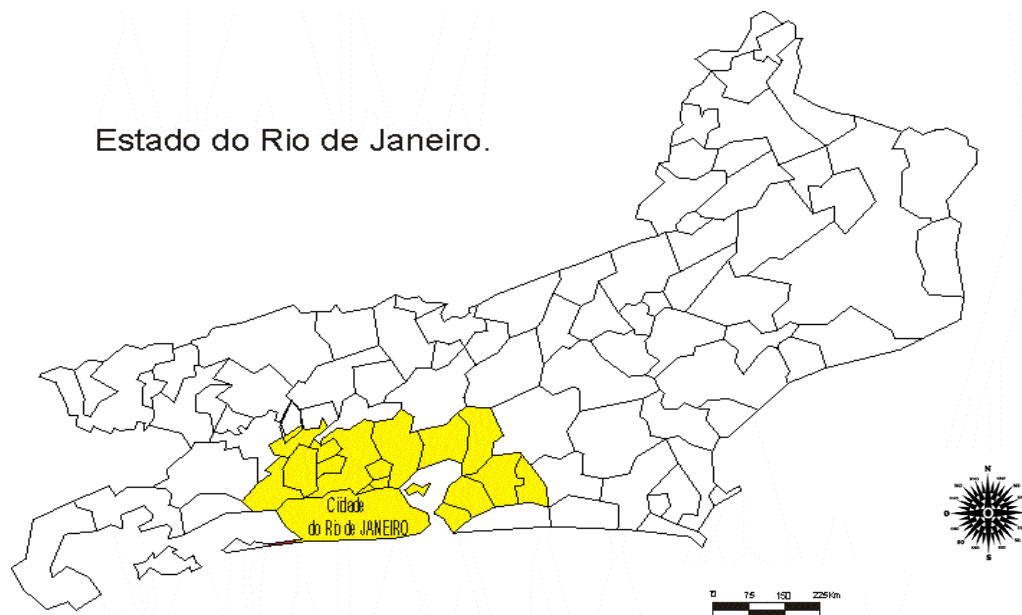


Figura 3 – Localização da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro

Essa dinâmica faz desta a mais concentradora de todas as regiões metropolitanas do país, reflexos da estruturação da expansão urbana e dinâmica econômica da cidade do Rio de Janeiro.

Esta mesma cidade possui uma centralidade histórica, advinda dos séculos XVII e XVIII, quando servia como ponto de escoação de ouro provindo de Minas Gerais. Esta importância ganha verdadeira pujança na vinda da família real, a qual fornece à cidade do Rio de Janeiro o *status* de capital do Império (LESSA, 2003). Desde então, a cidade do Rio de Janeiro ganha não somente uma visibilidade nacional, mas internacional.

É interessante salientar que esta centralidade exercida pela cidade do Rio de Janeiro demandava uma interação sócio-territorial intensa com sua “*interlândia*”, como era o caso da grande conexão existente entre o Rio e a “Baixada da Guanabara”. Esta “Baixada” é toda a porção territorial localizado a oeste da Baía de Guanabara, hoje conhecida popularmente como Baixada Fluminense.

Essa interação econômica se dava pela circulação de produtos que perpassavam as localidades dessa Baixada da Guanabara, uma vez que esta servia de entreposto

comercial e área de produção agrícola, tais como a produção da laranja, cana de açúcar, aipim etc.

Mas é somente nas décadas de 1920 e 1930 que se percebe a expansão urbana da cidade de Rio de Janeiro em direção a sua *interlândia* (ABREU, 1987), quando a cidade começa a passar por reformas urbanísticas importantes, como a reforma Pereira Passos, que surge com o ideário de colocar a cidade do Rio de Janeiro aos moldes da modernidade, o que implicaria a retirada da população mais pobre da área central da cidade, expulsando-os para as áreas mais afastadas.

De certo modo, essas intenções foram ao encontro de dois eventos muito importantes na consolidação da integração da Metrópole, Rio de Janeiro, com sua *interlândia*, Baixada Fluminense; a saber: a) *Disposição de sistemas de integração viária e ferroviária*; b) *Loteamentos das antigas fazendas na Baixada Fluminense*.

Esses dois eventos propiciaram uma expansão da cidade do Rio de Janeiro em direção à conhecida Baixada Fluminense, consolidando aquilo que Maria Terezinha de Segada Soares (1956) chamou de “*incorporação da célula urbana*”.

O processo da formalização política da Região Metropolitana do Rio de Janeiro ainda se projetou de maneira muito singular, pois até o início dos anos de 1970, a extensa malha urbana do Rio de Janeiro se encontrava recortada por um desafio político, proposto pela existência de dois governos estaduais, um do antigo Estado da Guanabara (atual município do Rio de Janeiro) e outro do Estado do Rio (composto pelos municípios da periferia da metrópole e do interior do estado). Essa divisão política dentro de uma malha urbana conurbada, onde a resolução dos problemas estava ligada diretamente a uma gestão participativa desta região metropolitana, se colocavam como impasses nas resoluções de questões como o aumento da miserabilidade e a segregação espacial que se consolidara na dinâmica interna desta região.

A incorporação da periferia, Baixada Fluminense, à região metropolitana estava disposta em uma relação funcional, uma vez que após a década de 1950 percebe-se um “surto” industrial nesta região, como são os exemplos da instalação de indústrias dos ramos do petróleo e químico-farmacêutico, como respectivamente a Reduc, localizado no município de Duque de Caxias, e o Bayer, localizado no município de Belford Roxo. Havia ainda a incorporação nos ramos automobilísticos, como a instalação da Fábrica Nacional de Motores no distrito de Xerém em Duque de Caxias (ROCHA & SANTOS FILHO, 2006). Essa nova dinâmica fabril colocava a incorporação da periferia com uma funcionalidade importantíssima, pois ela além de abrigar a grande parte da massa

trabalhadora, serviria como suporte para atuação logística industrial que vitalizaria a interação sócio-econômica da região metropolitana.

A Baixada Fluminense, aquela localizada ao oeste da Baía da Guanabara, está toda inserida no corpo da região metropolitana. Esta vem demonstrando um sucesso econômico que é anunciado pelos últimos dados censo do IBGE. Mesmo com toda a promoção econômica não se percebe melhorias nas condições de vida. Os dados representados no quadro 1 refletem o papel desempenhado e a força da Baixada Fluminense dentro da composição econômica da Região Metropolitana. Como bem exposto, temos os municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu e Duque de Caxias que se encontram, segundo dados do IBGE, entre os 100 maiores PIB (Produto Interno Bruto) municipais do país no ano de 2002, paralelamente com os municípios Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo

Quadro 1- Relação entre PIB e IDH dos municípios da Região Metropolitana e Baixada Fluminense*.

Municípios	PIB(2003) Per Capita	PIB Ranking Nacional	IDH(2000) Ranking Estadual	IDH (2000) Ranking Nacional
Rio de Janeiro	18 289	2°	2°	60°
Belford Roxo*	3 961	88°	60°	2106°
Duque de Caxias*	17 237	6°	52°	1796°
Guapimirim*	5 129	*	63°	2174°
Itaboraí*	3 294	*	67°	2243°
Itaguaí*	12 653	*	42°	1376°
Japeri*	2 145	*	77°	2531°
Magé*	3 542	*	57°	1977°
Nilópolis*	4 539	*	16	864°
Niterói	12 449	51°	1°	3°
Nova Iguaçu*	4 639	54°	45°	1526°
Paracambi*	4 981	*	39°	1304°
Queimados*	4 742	*	73°	2372°
São Gonçalo	4 486	36°	23°	1012°
São João de Meriti*	3 767	*	35°	1213°
Seropédica*	4 572	*	47°	1609°
Tanguá	3 521	*	82°	2582°
Mesquita*	4 620	*	*	*
Região metropolitana	13 135	-	-	-

Fonte:IBGE. In.
ROCHA,2005.

Esses dados referendam a importância da absorção da Baixada Fluminense na dinâmica territorial do Rio de Janeiro, pois acoplar áreas que desempenhem funcionalidades à dinâmica do capital no urbano se faz mister, mesmo que seja de forma perversa. Neste contexto, o dado de maior surpresa é, sem dúvida, o da situação do município de Duque de Caxias, pois sendo este localizado nesta região, traz certos méritos à Baixada Fluminense, uma vez que se situa na 6º posição geral no Ranking do PIB do país, onde o mesmo acaba por superar capitais já consagradas como Curitiba (em 7º), Recife (em 11º) e Salvador (em 15º).

Ainda sobre o perfil socioeconômico da Baixada Fluminense, é salutar uma análise do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – de seus municípios. Mesmo obtendo uma evolução econômica, o quadro social desses municípios permanece mergulhado em situações alarmantes, como exemplo, o próprio caso de Duque de Caxias. Mesmo estando na 6º posição em relação ao PIB nacional, seu Índice de Desenvolvimento Humano não reflete o mesmo desempenho econômico, pois esse município se encontra na 1796º colocação. A mesma dicotomia ocorre em Nova Iguaçu e em Belford Roxo, que embora permaneçam entre as melhores arrecadações do país, tais municípios se vêem presos a severos contrastes sociais, econômicos e territoriais.

Essa atual promoção econômica se dá pelas inúmeras externalidades positivas que se consolidaram nesta região, o que leva a grandes vantagens comparativas aos que nela investem. Como externalidades positivas podemos citar: a) a proximidade com a metrópole nacional, o Rio de Janeiro; b) a presença de rodovias federais que possibilitam a circulação de mercadorias, como a BR-116 (via Dutra), a BR-101 (AV. Brasil) e a BR-040 (Av. Washington Luiz), mais ainda se colocarmos a presença do projeto da RJ -109 - Anel-arco rodoviário que faria a interligação destas rodovias federais (ver figura 4); c) a presença de investimentos por parte do governo estadual e federal, como, por exemplo, a implantação recente do Pólo Gás-Químico em Duque de Caxias, o complexo industrial de Japeri, a Usina termoelétrica TERMORIO; d) presença ativa da iniciativa privada, na ampliação do Shopping Grande Rio (localizado no município de São João de Meriti), do TopShopping (localizado em Nova Iguaçu), bem como na construção do Shopping Caxias; na instalação de três novas fábricas: a Ebamag Logística; a Geoplan e a Metalúrgica Barra do Pirai em Belford Roxo, instalação do galpão logístico das Casas Bahia nas proximidades de Duque de Caxias e Magé etc.

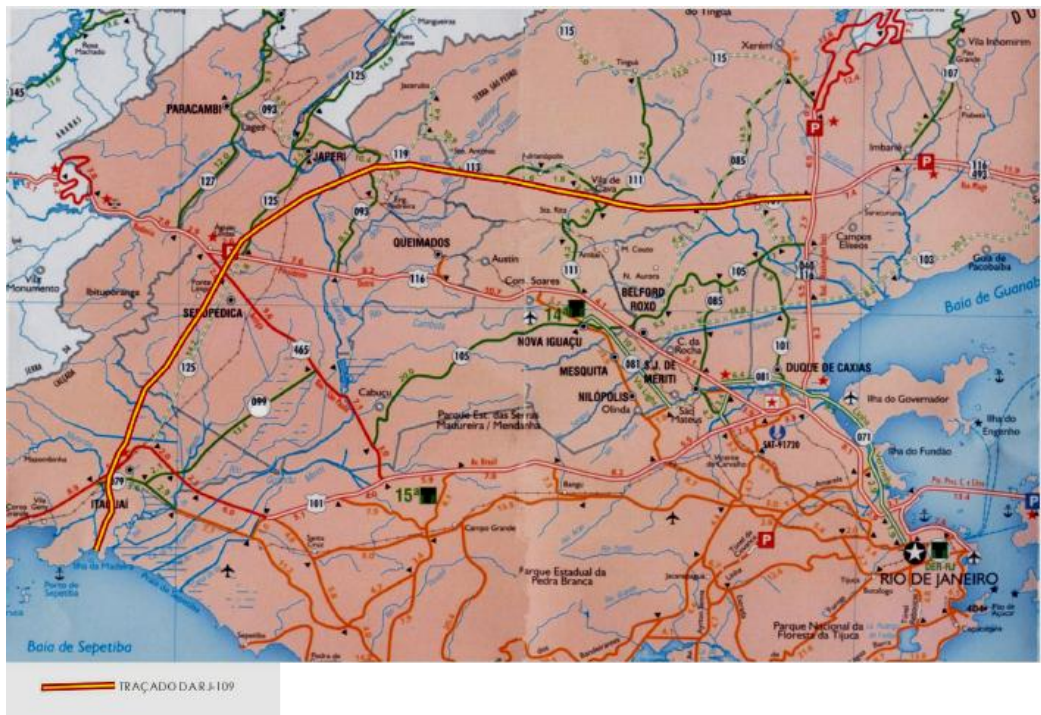


Figura 4 - Traçado da RJ-109. Fonte: [http:// www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br) . Data do Acesso: 07/07/2007.

O princípio de localização para a circulação de bens e serviços atribui à Baixada Fluminense uma funcionalidade de suma importância.

A localização na área de entorno de uma metrópole nacional, o fato de ser servida de vias de circulação que dão acesso a grandes mercados consumidores do país (basta lembrar que a BR-040 leva até Belo Horizonte e a BR-116 leva até São Paulo), fazem com que a Baixada adquira uma posição privilegiada na circulação de bens e serviços, servindo de grande atrativo a investimentos empresariais. Um dado ainda importante que afirma as idéias mencionadas é o fato de Duque de Caxias ser atualmente o 3º maior exportador do país (PMDC, 2007).

Esse teor locacional e sua funcionalidade são mais aguçados perante a vitalização do antigo porto de Sepetiba, agora chamado porto de Itaguaí, conjuntamente com a construção do Anel Arco-Rodoviário – RJ-109, que contribuirá para intensificar ainda mais a movimentação de fluxos dentro desta área, possibilitando uma potencialidade produtora-exportadora, que beira até mesmo um nível internacional via a utilização do porto de Itaguaí. Cabe lembrar que este projeto da RJ-109 pode até

mesmo dinamizar a outra porção da região metropolitana, o leste metropolitano, onde estará localizada a refinaria de Itaboraí.

Segundo dados da FIRJAN, na Baixada Fluminense foi registrada a maior alta segundo a sondagem econômica regional do primeiro trimestre de 2007, merecendo uma titulação “*Em expansão: estudo da Firjam revela um crescimento da indústria e do emprego na Baixada*”, contida no caderno especial do Jornal O Dia de 1 de julho de 2007. Dados do crescimento econômico têm atraído não somente o ramo industrial, mas também investimentos na área da construção civil, como são os casos das construções de condomínios de porte da classe média alta na Baixada.

Vale salientar como exemplo o atual empreendimento da GAFISA, “Aqua”, localizado no município de Nova Iguaçu, que tem “*Porte de condomínios da Barra da Tijuca, estilo nobre*”¹¹, no qual o preço mais em conta de um apartamento custa 170 mil reais. Além deste empreendimento existem mais projetos em bairros de Duque de Caxias e mesmo em Nova Iguaçu, onde casas podem chegar ao valor de 300 a 500 mil reais, como é o caso do condomínio Residencial Afrânio, localizado na área central de Nova Iguaçu.

Essa intensa valorização do solo urbano contido na zona “periférica” coloca novos padrões na oferta de serviços, como localizações de universidades públicas e privadas, e mesmo de áreas destinadas a vendas de varejo (como *shopping centers*), até a realização de eventos de projeção internacional, como o Fórum Mundial de Educação realizado no ano de 2006 e sua reedição em 2008 ocorrendo no município de Nova Iguaçu.

Desta forma, não é de surpreender o aparecimento no cenário nacional das disputas políticas pelo domínio de prefeituras como Duque de Caxias e Nova Iguaçu nas últimas eleições. Além de serem importantes colégios eleitorais dentro do estado do Rio de Janeiro, apresentam grandes projeções econômicas de suma importância no seio da região metropolitana deste estado.

¹¹ Comentário da Reportagem do jornal Valor Econômico de 29/03/2007

1.4 - Baixada Fluminense – representações e legitimidades territoriais.

A partir das questões apresentadas no texto, verificamos que representações sobre a Baixada se multiplicam em discursos e práticas. Essas, por sua vez, estabelecem um cenário de disputas que têm por fim consolidar suas bases de poder sobre esta parcela do espaço. A indefinição da composição territorial desta área amplia as possibilidades de disputas que são percebidas nas inúmeras representações sobre a composição territorial da Baixada, ou seja, no número de municípios que fazem parte desta unidade.

A questão central não recai, apenas, nas representações sobre a Baixada, mas sobre como elas se relacionam com o Território e são retroalimentadas. Neste sentido, queremos dizer que as representações e o território se estabelecem num par analítico onde cada uma se constitui através da outra. Esse processo é possível quando consideramos uma questão: *a legitimidade*.

Segundo Norberto Bobbio (2005), o termo legitimidade, na linguagem comum, possui dois significados: um geral, ou genérico, e um específico. Para o referido autor, o significado específico é associado à linguagem política, na qual o Estado é o ente primaz e consegue estabelecer, através de suas práticas e atributos, um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade do uso da força. É nessa possibilidade de legitimidade que se vislumbra o elo integrador na relação de poder no âmbito do Estado. No significado geral, a palavra legitimidade “*tem, aproximadamente, o sentido de justiça ou de racionalidade (fala-se na Legitimidade de uma decisão, de uma atitude etc.)*” (BOBBIO 2005, p.675). Tal noção nos remete ao papel da ciência geográfica na legitimação territorial para formação do Estado Alemão (MORAES, 1999), onde se legitimou a conquista de territórios a partir de uma “racionalidade geográfica” (ESCOLAR, 1996).

A concepção de algo legítimo representa, então, uma ação ou uma idéia reconhecida e tida como verdadeira num dado grupo social. Mas a concepção de verdade não se estabelece no que se diz, mas em quem diz. A legitimidade está diretamente associada aos personagens que são creditados como tais e que possuem, então, um poder simbólico de legitimidade. Pierre Bourdieu (2007) pondera que o “poder simbólico” é um poder legitimador capaz de construir uma ordem *gnosiológica* (sentido ou conhecimento) da realidade, ou mundo. Esse por sua vez é exercido por

grupos sociais que detêm “*como poder constituir o dado da enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo, desse modo, ação sobre o mundo*” (BOURDIEU, 2007, p.14). Assim, os grupos sociais através de sua posição na estrutura social são imbuídos de um poder simbólico no que se diz respeito à legitimidade de suas práticas, discursos e representações. O poder da legitimação não está nas palavras, nas representações ou nas práticas, mas em quem faz. Esses são instrumentos ou veículos para consolidar uma legitimidade. O poder de legitimação, de dizer o que é falso ou verdadeiro sobre dimensões da cultura, espaço ou tempo, pode ser traduzido no binômio enunciado-enunciador, ou representação-representante. Neste sentido, Bourdieu (2007, p.15) pondera que:

O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é competência das palavras.

O poder do enunciado está, então, em quem pronuncia também. A idéia de veracidade contida nas representações, imagens ou símbolos que criamos sobre o mundo se traduz no campo da legitimidade e das disputas de poder entre grupos. A sociedade possui por excelência uma dimensão espacial (SANTOS, 2008), logo as disputas de poder e de legitimidade se traduzem, também, nesta dimensão. E quando este espaço é disputado, buscam-se caminhos para legitimar suas conquistas ou posses, trava-se uma disputa sobre a hegemonia do espaço. Sendo essa legitimidade fruto do uso do poder, entendendo o exercício deste feito das mais variadas formas (FOUCAULT,1978), coloca no seio do espaço um “recortamento”, ou uma divisão, limites entre um “poder” e outro. A construção de representações sobre o espaço, que possui, por finalidade última, construir um conjunto espacial delimitado de ação e poder, traduz a construção do Território (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004). *Esse território deve ser legitimado* por tais grupos sociais. As representações são, portanto, meios de legitimação e, quando associados à conjuntura espacial constituem uma possibilidade de *legitimar territórios*. No entanto, o espaço social é multifacetado, campo de lutas e batalhas sociais (SOJA,1993); logo as representações construídas neste espaço e sobre este espaço confrontam-se no intuito de afirmar “legitimidades territoriais”.

A legitimidade territorial, também, é exercida através de *mecanismos de legitimação*. Para Michel de Certeau (1994), as práticas significantes são operadoras desta legitimidade. Através das possibilidades de dizer o que é crível, memorável e o primitivo, o jogo de quem fala remete a noção do crível, autoriza, ou faz possível. Esse jogo sedimenta-se nos agentes e atores que através de “rituais”, normas e práticas cotidianas, “semantizam” e viabilizam o memorável e o primitivo. O memorável se relaciona à dimensão da lembrança, memória que é resgatada nos rituais, nas normas ou nos nomes que aproximam o experimentado, o primitivo, e faz deste ritual, ou da prática, a forma legítima do acontecer social.

Se entendermos o processo de legitimação justificado pelas práticas significantes da qual fala Michel de Certeau, poderíamos indicar que as representações construídas no cerne da produção do espaço colocam o mesmo numa intensa disputa de legitimidade, uma vez que o espaço geográfico abarca a ação múltipla de sujeitos, agentes e atores. Assim, poderíamos dizer que o Espaço da Baixada Fluminense se constrói como um território forjado em disputas de legitimidades, onde através do binômio território-representação são evidenciados os choques e tensões sobre essa realidade espacial.

As representações que os diferentes grupos sociais criam sobre a Baixada são forjadas em intensas disputas de legitimidades que tentam, em uma constante batalha, afirmar bases territoriais de poder. As representações sobre a Baixada são, também, disputas de legitimidades territoriais. As inúmeras representações sobre esse espaço é entendido na contínua busca de legitimar uma “Baixada”, mas para quem é essa Baixada? Esses questionamentos nos direcionam em mapear, além das representações, os enunciadores destas, uma vez que o poder de legitimidade também está naqueles que a proferem. Assim, torna-se importante a sistematização dos agentes, atores e sujeitos, e de suas práticas e representações espaciais sobre a Baixada. É importante esclarecer que, por uma questão de sustentabilidade teórica e metodológica, trabalharemos com a noção de representações sociais (abordada com maior precisão no capítulo 2), mas que em suma corresponde a noção de que não há uma única representação verdadeira, e sim várias, mas que podem ser diagnosticadas através de quem fala, *enunciadores*, e de onde fala, *meios de transmissão*, e como fala, *sentido da representação*. Como o foco desta dissertação é o entendimento das representações na composição territorial da Baixada Fluminense, procuramos traçar os grupos sociais e os meios onde são forjadas representações sobre a Baixada. Neste sentido, apresentaremos um quadro síntese que

será a base de apoio para a construção da contribuição de nossa pesquisa, que resultará na construção do último capítulo desta dissertação. Esse quadro é formado a partir de dois grupos distintos: “os de dentro” e “os de fora”. Tal distinção se constrói na perspectiva de entender como essa construção de “Baixada” toma desenhos diversos tanto para os de dentro quanto para os de fora. Buscamos, também, colocar no quadro alguns sujeitos que, de certa, forma produzem e tem em seus trabalhos o tema geral de Baixada Fluminense.

Quadro 2 - Síntese do Mapeamento de Representações Territoriais sobre a Baixada Fluminense - Grupo 1 (Os de Fora)

Quem Fala	Como representa	Sentido que Fala	Unidades territoriais envolvidas(municípios)
Governo Estadual	Programas de planejamento urbano - NOVA BAIXADA E BAIXADA VIVA	Reestruturação dos problemas sociais urbanos	Nova Iguaçu, Belford Roxo, Duque de Caxias, São João de Meriti , Mesquita.
	Secretaria da Baixada Fluminense (antigo SEEBREM)	Pensar o desenvolvimento sócio-territorial da área.	Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Japeri, Queimados, Seropédica, Paracambi, Magé, Guapimirim e Itaguaí.
FIRJAN	Unidade territorial de análise da produção industrial dividindo a Baixada em dois grupos	Local de crescimento Econômico e de Investimentos	Baixada 1 -Mangaratiba, Itaguaí, Nova Iguaçu, Seropédica, Queimados, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Japeri; Baixada 2 - Duque de Caxias, Paty de Alferes, Miguel Pereira, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé e Guapimirim.
Jornais de Grande circulação	Em noticiários ou com cadernos específicos sobre a área	Antes de 2000 - Associado à violência e ao descaso social	Sem uma definição territorial clara - dimensão dos fenômenos tratados: violência, chacinas e problemas sociais diversos
		*Pós-ano 2000 - enfocando os traços culturais e artísticos da área e seu respectivo desenvolvimento econômico. *Permanência de associações a representação hegemônica de Baixada	Composição territorial estabelecida pelo SEDEBREM

Organizado por André Rocha.

O quadro 2 corresponde ao grupo “os de fora”. Foram selecionados três promotores de representações: *o Governo do Estado do Rio de Janeiro* – que representa a “Baixada” de duas formas distintas, uma associada à figura de uma secretaria de governo específica e outra nos projetos de planejamento urbano e regional que visa a resolução de problemas nessa área; *a FIRJAN* – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, instituição responsável por criar diagnósticos e planejar ações relativas à atividade industrial no âmbito estadual e que tem delineado ações do crescimento da atividade industrial no Estado do Rio de Janeiro, diagnosticadas através de unidades regionais, estando a Baixada no eixo de maior crescimento industrial do Estado; *jornais de grande circulação* - esse se relaciona aos meios de comunicação que difundem representações sobre diferentes áreas, que em nossa dissertação utilizaremos para o recorte “Baixada Fluminense”. Foram analisados o Jornal O Globo e o Jornal O Dia, uma vez que destinam cadernos especiais sobre a Baixada.

O quadro 3 faz referência ao grupo “os de dentro”. Nesse grupo selecionamos as representações mais significativas, em termos de *difusão e dimensões políticas que envolvem*.

Assim, destacamos neste grupo, “os de dentro”: a) **Os governos municipais que fazem parte da Associação de prefeitos da Baixada Fluminense** – esse se define por uma afinidade política que toma o discurso do território como suporte de suas reivindicações; b) **Associações de cunho acadêmico-científicas** – selecionamos dois grupos que, embora pesquisem sobre a história da Baixada Fluminense, possuem perspectivas de abordagens bem diferenciadas sobre a Baixada. São elas o IPAHB e a APPH-CLIO; c) **Sujeitos** – destacamos apenas três perspectivas sobre pensamentos de intelectuais oriundos da Baixada Fluminense que se debruçaram, de certa forma, na tentativa de uma conceituação de uma Baixada Fluminense: Manoel Simões, Genesis Torres e José Claudio Alves. É importante lembrar que os dois últimos sujeitos selecionados possuem, respectivamente, ligações fortíssimas com as duas associações selecionadas, IPAHB e APPH-CLIO, por isso muito de suas idéias, concepções teóricas e reflexões sobre a estrutura político-territorial da Baixada apresenta similaridades com as propostas dos referidos grupos acadêmicos.

Quadro 3- Síntese do Mapeamento de Representações Territoriais sobre a Baixada Fluminense - Grupo 2 (Os de Dentro)

Quem Fala	Como Representa	Sentido em que Fala	Unidades Territoriais envolvidas (municípios)
Governos municipais/ Associação dos Prefeitos da Baixada	Composição política de representação - associação é feita por afinidade política do prefeito	Municípios que integrem a "região política" - reivindicação dos interesses da composição regional/territorial	Total de 13 municípios: Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita, Duque de Caxias, São João de Meriti, Magé e Guapimirim
Associações de cunho Acadêmico-Científicas	IPAHB- Representação Acadêmica - eventos culturais e realização de eventos científicos	Concepção memorialista da História Regional - enfatizando os acontecimentos históricos que evidenciam a importância da Baixada Fluminense na história. Possui uma grande aproximação com os líderes políticos locais.	Total de 14 municípios - Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Nilópolis, Mesquita, Duque de Caxias, São João de Meriti, Magé e Guapimirim
	APPH-CLIO- Representação Acadêmica - eventos culturais e realização de eventos científicos	Evidenciam uma história regional pautada no desenvolvimento desigual no interior da metrópole, Abarcando os municípios desmembrados de Nova Iguaçu e do extinto município de Estrela. Buscam um posicionamento crítico frente às realidades que marcam a representação hegemônica de Baixada - relativa à violência, descaso social, deficiência de estruturas básicas para a população etc.	Total de 10 municípios: Nova Iguaçu, Mesquita, São João de Meriti, Nilópolis, Queimados, Japeri, Belford Roxo, Duque de Caxias e Magé e Guapimirim
Sujeitos:	Representação Acadêmica - reflexões teóricas	José Claudio Alvez - Toma a violência como elo integrador da composição territorial da Baixada.	Composição territorial definida a partir de um novo fato de violência
		Manoel Ricardo Simões - Concebe a Baixada a partir da história territorial (emancipações) sendo todos os municípios que se originaram de Nova Iguaçu e parte de extinto município de Estrela.	Total de 8 municípios: Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias
		Gênesis Torres - Concebe a Baixada Fluminense como o recôncavo da Guanabara.	Total de 14 municípios (igual a proposta do IPAHB): Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Japeri, Paracambi, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Magé e Guapimirim .

Organizado por André Rocha.

Ainda, mesmo que não coloquemos no âmbito do quadro 3, para nossas análises, sobre o jogo de inclusão-exclusão de territórios na Baixada Fluminense, algumas questões serão apresentadas como peculiaridades de alguns municípios que utilizam o que chamaremos aqui de “*trunfo da legitimidade territorial*”. Entendemos isso como as estratégias utilizadas a partir de discursos de afinidades (histórica, econômica, social, política, étnica etc.) que legitimam a inclusão e exclusão de territórios em diferentes composições territoriais/regionais. Tais estratégias possuem o objetivo de tomar proveito ou compartilhar determinada vantagem que uma dada composição territorial ou regionalização pode oferecer.

Assim, como há diferentes grupos que buscam legitimar a idéia de uma “Baixada”, como pôde ser visualizado nos quadros 2 e 3, há uma tensão que é oferecida quando consideramos a noção de “*trunfo de legitimidade territorial*” na qual, mesmo que não haja uma difusão de representação sobre a Baixada, alguns municípios ao se inserirem em outras composições colocam em questão a composição territorial da Baixada.

Neste sentido, insistimos em afirmar que não existe uma Baixada, mas muitas “Baixadas” construídas nas representações e nas práticas espaciais dos diferentes grupos sociais. O problema da composição territorial da Baixada é na realidade resultante de uma polifonia representacional.

Nesta perspectiva, Ana Lúcia Silva Enne (2002) escreve no primeiro capítulo de sua *tese de doutorado*¹² o título “*Baixada Fluminense: uma categoria polissêmica*”. Para a autora, o termo *polissêmico* traduz os múltiplos discursos e conotações atribuídos a esta unidade territorial que é carregada de “*pontos positivos e pontos negativos*”. Entendemos que esses “pontos” tomam dimensões espaciais, e que determinados grupos sociais podem fazer uso destas representações para se beneficiar, ou mesmo utilizar estratégias territoriais, através de práticas espaciais, para ponderar ganhos e perdas destas inúmeras representações.

É neste sentido que se forja uma *geopolítica de inclusão-exclusão* de unidades territoriais, municípios, numa dada “Baixada”. Entender esse processo é o foco desta dissertação. Desse modo, se torna necessário uma reflexão sobre representações e

¹² Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social – Museu Nacional - da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre o título: “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: memória, representações sociais e identidades.

espaço para a consolidação teórica para vislumbrarmos possibilidades de entendimento das práticas sociais embutidas nas inúmeras representações territoriais sobre a Baixada Fluminense.

CAPÍTULO II - DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ÀS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS

A proposta deste capítulo é discutir a base conceitual sobre representações e os discursos de legitimidade territorial. Esta parte da dissertação possui como fundamentação o entendimento da produção do espaço a partir da obra de Henri Lefebvre. Esta base nos revelou uma relação próxima com a nossa proposta de dissertação, já que a produção do espaço passa tanto pelo nível material quanto imaterial. Neste sentido procuraremos nos remeter, especificamente, às representações e suas imbricações na produção do espaço, num esforço de sistematizar a base conceitual de nosso trabalho.

Apontando os primeiros pensamentos sobre as representações em Émile Durkheim, e apresentando o movimento renovador das representações sociais com Serge Moscovici e Denise Jodelet, buscamos associar a teoria das representações à produção do espaço a partir das contribuições Henri Lefebvre, e de suas leituras sobre a produção imaterial que constitui a produção do espaço para a construção de uma “*legitimidade territorial*” ou “*Legitimidade Geográfica*”.

2.1 – Algumas considerações sobre espaço e representações

Como nascem as representações? E em que medida essas representações estão ligadas à produção do espaço? Na perspectiva de tentar responder tais questionamentos, procuraremos neste trabalho fazer uma exposição conceitual sobre as representações, que possuem um amplo debate nas ciências sociais, e pensar de que modo o saber geográfico pode fazer uso desta categoria para entender parcela da produção social do espaço.

Se o espaço é secretado lentamente pela ação da sociedade ao longo da história, o espaço “*reúne o mental e o cultural, o social e o histórico*” (LEFEBVRE, 1972, p.5),

constituindo, assim, um processo complexo de produção, que não deve ser entendido como um continuísmo ou um evolucionismo, mas segundo uma lógica de simultaneidade, já que os dispositivos espaciais repousam sobre uma justaposição de ações situadas espaço-temporalmente. Essa simultaneidade, definida pelo autor em foco, refere-se aos momentos que co-existem e se complementam no processo de produção do espaço. São Eles: o *espaço de representação*, que corresponde à noção do espaço vivido, das interações sociais que constrói a escala da vida; a *representação do espaço*, que é associado ao espaço concebido. Este se relaciona às projeções, ideologias, imagens e, ainda, representações que são forjadas por diferentes grupos sociais. Tais representações do espaço são inseridas numa dimensão espaço-temporal revelando, assim, características de uma determinada estrutura social; e a *prática espacial* que, por sua vez, é relacionada à dimensão do percebido. Essa dimensão corresponde à escala sensível entre o vivido e o concebido, sendo aquele que compreende a intermediação desta complementaridade.

Ainda sobre a noção de simultaneidade do espaço, Doreen Massey (2008, p.29) apresenta algumas proposições:

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno(...) Segundo, compreendemos o espaço como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como esfera na qual distintas trajetórias coexistem(...)Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção.

A referida autora traduz nessas três considerações as características peculiares que fazem do espaço um produto das “relações-entre”, relações estas que estão em constante complementaridade e justaposição. Essas características são evidenciadas na existência da multiplicidade, sem a qual não há espaço. Esta multiplicidade evoca uma noção que não se remete, apenas, a dimensão local dos acontecimentos e das representações sociais, mas a sua “*trans-escalaridade*”, ou seja, no jogo de ida e vinda dos acontecimentos do local ao global. O espaço é dimensão materializada da vida, que

se compõem de experiências (vivido), projeções (concebido) e práticas sociais (percebido) que não se limitam a uma ordenação “cartesiana” de espaço.

No âmbito desta multiplicidade, as ações materiais se articulam com as ações imateriais (ideologias, representações, imagens etc.) produzindo um todo complexo, que não pode ser interpretado apenas por um golpe de vista¹³, mas inserindo-as nas perspectivas do modo de produção hegemônico que, na sociedade contemporânea, traduz-se pelo sistema capitalista de produção.

Este espaço se torna articulado e fragmentado, reflexo e condicionante da sociedade que o secreta. Assim, o conhecimento sobre o espaço não se limita à aplicabilidade de simples categorias científicas que seriam capazes de abarcar a totalidade da vida do espaço.

As propostas de (re)conhecimento do espaço, segundo Henri Lefebvre(1972), devem buscar entender os códigos forjados através das práticas espaciais (sociais) de uma dada sociedade que, muitas vezes, ocultam-se nas querelas, tensões, hibridismos e disputas simbólicas. Essas atribuem ao mesmo um conjunto de regras, valores, condutas, noções e qualificações que, por sua vez, não devem ser entendidas numa relação simplista ou generalista, mas deve relativizar-se e dialetizar-se à noção da interação entre sociedade e seu espaço para que de fato se possa entender os pontos nevrálgicos, complexos e mesmo mutáveis desta produção social.

Assim, lançamos a provocação de Henri Lefebvre (1972, p.15): “*em qual medida um espaço se lê? Se decodifica?*”. A proposta de nossa dissertação tenta, de certa forma, responder parte do questionamento levantado por Lefebvre através da análise das representações espaciais. Tomamos como exemplo empírico o caso da Baixada Fluminense. Esta área é situada na região metropolitana do Rio de Janeiro, e ganhou um conjunto de qualificações, signos e representações no âmbito da produção do espaço fluminense, que não correspondem a sua própria nomenclatura. Tais representações hegemônicas são atreladas à violência, à miséria e ao descaso político social, e atualmente vivencia impasses políticos e econômicos gerados pela ambivalência de sua composição territorial, revelando, assim, um verdadeiro campo de lutas representacionais e de sua “*legitimidade territorial*”.

¹³ Cabe aí uma crítica aos teóricos estruturalistas que reduzem a produção do espaço ao simples campo da materialidade, que em muitos estudos acabam interpretando a produção do espaço através da perspectiva da paisagem.

A crença de uma “legitimidade territorial” é um ponto fundante na integração/adesão entre projetos de poder e sua dimensão material, o território. Os signos e representações servem como sistematizações “simbólicas” de legitimidades, e quando projetados sobre uma dimensão espacial, deliberam a este a constituição de seus limites e fronteiras entre o que é e o que não é legítimo. Ou seja, entre o que é ou não parte integrante de um território e de sua composição.

Neste sentido, se faz mister uma re-leitura da teoria das representações e discutir a sua funcionalidade na análise dos fenômenos espaciais, buscando a associação do binômio território-representação / representação-território.

2.2 Sobre as Representações e as Representações Coletivas

Definir o conceito de representação é mais complexo do que parece, pois o mesmo é atrelado a muitos significados e, ainda, como todo conceito, este emerge e se (re)formula em bases sociais e históricas, que perpassam tanto a história geral da sociedade quanto as especificidades do desenrolar histórico do conhecimento, da ciência e das filosofias (LEFEBVRE, 2006).

A primeira problematização está relacionada à semantização atribuída à idéia de representação como noção de mediação. Este problema pode ser identificado no uso diverso do termo no vocabulário social. Como exemplo, podemos citar: a) representação comercial – relativo ao mediador do produto que é comerciável; b) representação política – relativo àquele que media ou representa um território e/ou grupo social político; c) representação artística ou literária – relativo à personificação da obra em seus múltiplos significados etc.

De forma geral, a idéia de representação pode ser entendida como uma forma de conhecimento do mundo e das coisas que ele compõe (BAILLY, 1995). Essas formas de conhecimento são expressas através de diferentes modos. Seja pela linguagem, seja pelas imagens mentais, ou mesmo pelas formas materiais que qualificam a relação entre o sujeito e objeto. Assim, poderíamos afirmar que tudo é representação e que as coisas que estão no mundo poderiam ser explicadas através da sistematização deste conceito?

A resposta é negativa. Existe distinção entre as representações e as formas de mediação ou significação que revelam a relação do ser com o mundo.

Como formas de significação podemos mencionar a linguagem e a imagem. A linguagem possui uma função essencial na sociedade por criar, através das palavras, um conjunto de significações capaz de relacionar o pensamento ao mundo concreto. Demonstra, assim, um caráter mediador, mesmo que mais tarde uma dada palavra venha a ganhar proporções tamanhas de (re)significação que possa expressar uma representação, que qualifica ou desqualifica *espaços*, tempos e seres, como num grande poder simbólico (CASSIRER, 1998; BOURDIEU, 2007).

A imagem, por sua vez, está relacionada a dois caminhos: o primeiro ligado ao campo sensorial – muito imbricado com o campo do visível, ou estético; e o segundo associado ao campo abstrato da memória e prática social (GIL FILHO, 2005). A imagem, na perspectiva do campo sensorial, remete a uma mediação através dos sentidos, em que a forma (concreta) representa o conhecimento abstrato que faz uso da linguagem para a sistematização de tal conhecimento. Por sua vez, a imagem como campo da memória social ou prática coletiva revela as experiências sociais de um grupo que, através de um espaço-tempo vivido, constrói uma imagem representativa desta dimensão. Desse modo, a imagem estaria próxima a uma representação, porém cristalizada numa única forma, pois ela é forjada em um grupo que compartilha os mesmos valores. Logo, tais grupos possuem a mesma herança (memória) de suas experiências com o mundo, o que inclui as dimensões espaços-temporais.

A imagem revela também um ponto fundante na caracterização de seres, espaços, tempos etc. No momento em que a imagem toma para si um *signo*, capaz de contemplar uma identificação que o diferencia dos outros, o torna *legítimo*. Essa imagem é, muitas vezes, o resultado de um processo de construção sócio-político que possui bases espaciais e temporais bem definidas, que simbolicamente delimitam os *sentidos de uma representação*.

Quando esta imagem possui uma caracterização espacial definida numa relação de poder, esta imagem indica caminhos possíveis que tornam *legítimo* a construção de imagens, que são signos de representações sociais. É este signo que acaba por expor os limites da passagem da representação ao território, quando a imagem é marca simbólica em uma estrutura espacial. É nesta perspectiva que se torna importante entender a teoria das representações sociais.

Émile Durkheim é pioneiro nos estudos das representações, mesmo mantendo-se, para alguns teóricos, restrito ao conceito de representações coletivas (SÀ, 2002; JODELET, 2001; ABRIC, 1984; MOSCOVICI, 1984).

“Durkheim (1895) foi o primeiro a identificar tais produções mentais sociais, extraídos de um estudo sobre a ideação coletiva” (JODELET, 2001, p.21-22). Primeiramente, Durkheim faz uma distinção entre representações individuais e representações coletivas. Para as representações individuais estariam relacionadas às imagens e formas de conhecimento inerente ao indivíduo, muito associada à primeira forma relacionada de imagem como campo da percepção, tendo assim um substrato pessoal da consciência do indivíduo. Para as representações coletivas se entendem um substrato homogêneo onde as experiências coletivas sobrepõem as esferas individuais, são experiências vividas por membros de um mesmo grupo que partilham uma mesma língua, valores, símbolos e significados (DURKHEIM, 1968).

Durkheim opõe as representações coletivas às representações individuais por critérios como: estabilidade de transmissão e reprodução das representações, durabilidade, variabilidade ou permanências das representações (MOSCOVICI, 2001). À estabilidade de transmissão e reprodução das representações, poderíamos relacionar as intensidades e dimensões de abrangência das representações. Nas representações coletivas essa capacidade de transmissão e reprodução é maior do que as representações individuais. Uma vez que as representações coletivas acontecem numa experiência coletiva, inúmeros canais de transmissão e reprodução podem ser utilizados, tais como: as formas de linguagem; utilização de meios de comunicação, no geral midiáticos; desígnios religiosos, através de doutrinas e leis que moldam o pensamento coletivo etc.

A durabilidade e variabilidade correspondem aos desígnios de espaço e tempo das representações. As representações coletivas teriam a maior permanência numa dimensão espaço-temporal por estarem baseadas em construções de um grupo, que tende a alcançar o maior número de pessoas e que normalmente não apresentaria mudanças abruptas, pois estariam consolidadas em experiências coletivas. Isso contrapõe a realidade das representações individuais ligadas a uma menor durabilidade, já que as representações individuais estariam suscetíveis às mudanças por fatores diversos que afligem o indivíduo.

Tais formas de pensamento atrelariam às representações coletivas um peso maior de veracidade, pois estas teriam, supostamente, um padrão lógico e de maior durabilidade, que revela o contraste da efemeridade das representações individuais,

muitas vezes, reveladoras de padrões subjetivos, ou seja, não lógicos para a interpretação das idéias gerais sobre religiões, culturas, espaços e tempos. “As representações individuais têm um substrato da consciência de cada um; as representações coletivas, a sociedade e sua totalidade.” (MOSCOVICI, 2001, P.47). Cabe esclarecer que tal proposta relacionou-se com os estudos das sociedades primitivas, que foram desenvolvidos por Durkheim e sua escola de pensamento.

No entanto, dizer que a representação de uma coletividade é coletiva e de um indivíduo é individual não é necessariamente correto. Para entender uma sociedade capitalista, onde a complexidade da composição social e os jogos de interesses são cada vez mais tênues, não poderíamos aplicar tal pensamento tão dicotômico. Tais proposições são diretrizes para se pensar uma forma de interpretação da sociedade contemporânea, que é complexa. O pensamento de Durkheim, por mais que pareça dicotômico, foi de grande importância para a análise das representações. Suas propostas teóricas tinham como objetivo as sociedades tradicionais, menos complexas em interações em detrimento ao que vivenciamos nesta nova fase capitalismo. Neste sentido, torna-se importante a revisão das representações sociais elaboradas por Serge Moscovici que, de certo modo, contribui para a organização da teoria das representações sociais no âmbito das ciências sociais.

2.3 Das Representações Coletivas às Representações Sociais

As proposições sobre o campo das representações, em especial no temário da aplicabilidade na interpretação dos fatos sociais, estiveram até os anos de 1960 relacionados à idéia das representações coletivas. Como já assinalada, a proposta de Durkheim apresenta uma dicotomia quase impeditiva, que coloca as representações coletivas hegemonicamente sobre as representações individuais, nas quais os indivíduos estariam fadados a construir seu propósito de pensamento. Assim, as representações individuais seriam vistas como distorções da realidade, pois teriam uma carga subjetiva muito grande. Desse modo, as representações coletivas apresentariam o caráter verídico,

legítimo, e possível de ser investigada. Assim, Durkheim nega a veracidade das representações individuais.

Deste modo, existiriam representações “verdadeiras” (representações coletivas) e falsas (representações individuais)? Henri Lefebvre (2006, p.27) aponta que as representações “*não se distinguem em verdadeiras ou falsas, mas sim em estáveis e móveis, reativas ou superáveis, em alegóricas – figuras redundantes e repetitivas, tópicos – e em estereótipos incorporados de maneira sólida em espaços e em instituições.*”¹⁴ Se as representações não são verdadeiras ou falsas, como pensar essa temática?

A proposta de Henri Lefebvre rompe com a dicotomia entre o verdadeiro e o falso e aponta para uma justaposição de representações em disputas de legitimidades. Uma representação pode ser hegemônica, mas não nega ou sufoca por completo outras representações. A construção de representações sobre os territórios se apresenta da mesma maneira. Mesmo que existam signos, imagens ou uma representação predominante em sua delimitação, não significa dizer que não existam outras representações coexistindo ou mesmo tencionando os limites e os sentidos de uma outra legitimidade.

No âmbito das ciências sociais, os estudos no campo das representações irão ganhar uma nova abordagem com a teoria das representações sociais que podem ampliar a discussão proposta por Henri Lefebvre. É com Serge Moscovici (1961) que a análise se renova, ao propor um (re)pensar das estruturas representativas na sociedade contemporânea, bem como suas especificidades caracterizadas pela “*intensidade e fluidez das trocas e comunicações; desenvolvimento da ciência; pluralidade e mobilidades sociais*” (JODELET, 2001, p.22).

Tais características demonstram o jogo complexo intrínseco às relações sociais de produção, onde o individual e o coletivo não se relacionam em dualidade, mas em complementaridade. As propostas da teoria das representações sociais permitem romper com os dualismos entre o sujeito-objeto e indivíduo-sociedade demonstrando a interação social, a simultaneidade de ações e a implicação do jogo de forças que irão compor o todo social.

De forma geral podemos definir como representação social:

¹⁴ No se distiguen en verdaderas y falsas, sino en estables y móviles, em reactivas y superables, em alegorías –figuras redundantes y repetitivas, tópicos – y en estereotipos incorporados de manera sólida en espacios e instituciones (LEFEBVRE, 2006, p. 27).

(...)uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com o objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum ao conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico (...). Da mesma forma elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição de identidades e pessoas, a expressão dos grupos e transformações sociais (JODELET, 2001, p.22).

Deste modo, as representações elucidam um caráter múltiplo que perpassa do individual ou coletivo, capaz de criar uma forma de conhecimento comum em que não se limite a um antagonismo entre o verdadeiro ou falso, mas qualifique um campo simbólico de conhecimento onde há possibilidade de disputas de legitimidade.

De acordo com Denise Jodelet (2001), podemos atribuir alguns direcionamentos básicos no que se denomina como representação social, a saber:

- a) ***A representação social é sempre uma representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito)*** - neste movimento, as representações revelam que há características expressas num duplo movimento, ou seja, uma representação do objeto ao sujeito e do sujeito ao objeto, o que qualifica ainda mais a representação por não moldar um formato único de representatividade. Esta noção coloca em evidência os estudos de grupos sociais em que o pesquisador não se coloca como provedor de uma representação verdadeiro sobre os grupos sociais, espaço e culturas.

- b) ***A representação social como uma relação de simbolização e interpretação*** – a representação enquanto qualificador de uma relação sujeito-objeto revela atributos significativos desta relação. O fator central da representação é justamente o significado que ela atribui a determinado fato real ou irreal (mito

ou lendas). O indivíduo é aí possuidor de um plano psicológico e epistêmico, pois as idéias, valores, imagens que remetem ao fato real se constroem no movimento de *significação e interpretação*. Tais movimentos estão impregnados nas práticas coletivas e individuais, na participação dos sujeitos na construção do todo coletivo. É neste sentido que uma semantização de um território, ou outra parcela do espaço pode estar carregada de representações. Assim, quando se refere à Baixada Fluminense, emergem idéias gerais, signos que delimitam uma dada imagem. A imagem é neste sentido um elemento que pode apreender o duplo movimento de significação e interpretação que demonstraram elementos agregadores, os quais corresponderão a um conjunto de representações sobre este tema.

c) A representação como forma de conhecimento - no momento em que entendemos a representação como o movimento de simbolização e significação, atribuímos também outra forma: a legibilidade. Neste sentido, a representação ganha uma função primordial, que é a de “modelização” do que se propõe representar. Assim, a representação possui um caráter quase pedagógico, pelo fato de estar ligada ao que conhecemos do mundo e das formas como interagirmos, que através da simbolização criamos e atribuímos as representações das coisas significadas, ou seja, sistematizamos formas de conhecimento para um saber prático.

d) A representação qualifica um saber prático de experiências contextualizadas - quando entendemos que a representação é uma forma de conhecimento, justificamos que ela é utilizada para um determinado fim prático. As representações são produzidas em um contexto social e cultural, em que um indivíduo possui sua prática social, sua norma e seus valores. A representação na forma de conhecimento trabalha no ajustamento prático do cotidiano do sujeito, em que este possa agir sobre um mundo e interagir com suas múltiplas funções sócio-espaciais.

Os direcionamentos que temos sobre as representações sociais são importantíssimos. Sabemos, então, que elas são intrínsecas as relações sociais de produção. Como forma de conhecimento e simbolização e reveladoras de um saber prático, contextualizado no cotidiano, as representações nos impõem um duplo questionamento: a) como entender ou apreender essas representações sociais; e b) de que forma elas se relacionam com construção a produção do espaço.

Celso Pereira de Sá (1998), fazendo menção a Denise Jodelet, apresenta três questionamentos para entender as representações sociais, a saber: 1) Quem sabe e de onde sabe? 2) O que e como sabe? 3) Sobre o que sabe e com que efeito? O primeiro questionamento proposto nos ajuda a entender as condições de produção e circulação das representações sociais. Esta condição de produção e circulação, para Sá (1998, p.32), pode ser esclarecida, ponderando-se o seguinte:

(...) identificam-se três conjuntos, designados pelos rótulos genéricos de “cultura”, “linguagem e comunicação” e “sociedade”. Pesquisam-se as relações que a emergência e a difusão das representações guardam fatores como: valores, modelos e variantes culturais; comunicação interindividual, institucional ou de massa; contexto ideológico e histórico; inserção social dos sujeitos, em termos de posição e filiação grupal; dinâmica das instituições e dos grupos pertinentes.

Desse modo, poderíamos inserir a produção do espaço como parte condicionante e condicionada de representações sociais, uma vez que a produção do espaço está relacionada a um contexto social e histórico, sendo secretado lentamente numa complexa trama social (LEFEBVRE, 1972).

O segundo questionamento corresponde aos processos e estágios da representação, no que diz respeito a sua forma, organização e mesmo utilização, ocupando-se, assim, dos suportes de uma representação. Dentre esses suportes que, de certa forma, vão legitimar as representações, poderíamos citar: a) o discurso ou o comportamento dos sujeitos; b) documentos; e c) práticas sociais (SÁ, 1998). Se esses suportes interferem

no conteúdo e na estrutura das representações que se forjam, as representações mudarão de acordo com as práticas da sociedade em que elas são construídas.

As práticas espaciais (sociais) de uma sociedade são relacionadas à produção do espaço. Para Henri Lefebvre (1972) *a prática espacial* de uma sociedade engendra seu espaço, ou seja, essa sociedade secreta o seu espaço. O ato de secretar corresponde à construção vagarosa na qual se torna *percebido* as interações dialéticas que, justapostas nessa formação, são identificadas decifrando a plataforma de ação dessa sociedade, o espaço. Desse modo, a prática espacial está ligada ao modo de vida, constituindo, assim, parte de um “tripé” que corrobora a produção do espaço, *vivido-percebido-concebido*. Essa tríade não é auto-excludente, mas complementar, podendo estar na estruturação de representações e materialidades contidas no espaço.

Outros autores analisam práticas espaciais de uma sociedade, identificando as organizações construídas no âmbito da sociedade capitalista de produção, onde podem estar associados a ações de diferentes grupos sociais. Roberto Lobato Corrêa (1995, p.35) pondera que:

As práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o homem tem da diferenciação espacial (...) de outro lado, dos diversos projetos, também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo (...) resultam da diferenciação espacial (...)

A associação entre práticas espaciais e sua viabilidade expõem projeto intrinsecamente político que possui o espaço. Corrêa (1992) aponta que as práticas espaciais podem diferenciar segundo o propósito, mas não são em si excludentes. Neste mesmo sentido, Ruy Moreira (2007) aponta, com maior nível analítico, diferentes práticas espaciais, afirmando que estas têm por base o binômio localização-distribuição. No entanto, elencamos algumas práticas que se relacionam, de certo modo, com ações de diferentes grupos sociais, que serão analisados nas disputas de legitimidades sobre a composição territorial da Baixada Fluminense. São elas:

a) ***Seletividade espacial*** - corresponde à ação de organização sobre o espaço, em que determinado projeto político ou social age *seletivamente* sobre ele. Segundo Moreira (2001, p. 2), “ *a seletividade é o processo de eleição do lugar e do(s) respectivo(s) recurso(s) que iniciam a montagem da estrutura espacial das sociedades*”. A seletividade é o ato de integrar lugares segundo as especificidades de seus interesses. Entre os recursos para a “*montagem*” da qual fala o referido autor, está a formulação de “*representações sobre um espaço*”. Podemos adiantar como exemplo o projeto Nova Baixada, que ocorreu de forma seletiva em alguns municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, construindo uma rede territorial de ação, logo selecionando áreas que seriam consideradas como a Baixada.

b) ***Fragmentação – remembramento espacial*** – esta prática espacial tem seu fundamento na idéia de diferenciação, onde há inclusão e exclusão numa dada composição territorial segundo os critérios mais diversos. Funda-se quase que complementar a seletividade espacial, no entanto é revelador de uma geopolítica de inclusão-exclusão na medida em que pertencer a uma determinada composição territorial, podendo induzir perdas e ganhos políticos e econômicos. Essa inclusão e exclusão têm como um dos processos de construção as *representações*, que irão legitimar esta fragmentação ou o remembramento. Como exemplo, podemos citar o caso de Paracambi, conhecido com município da Baixada Fluminense, mas que nesses últimos anos busca uma inserção na construção da região do Vale do Café, com o intuito de se beneficiar com o novo circuito econômico proposto pelo turismo cultural e ecológico.

c) ***Antecipação espacial*** - pode ser definida como a ação de localização de uma atividade em um dado local antes que as condições ideais sejam satisfeitas. Em outras palavras, significa integrar áreas para uma projeção política ou

econômica, antecipando-se em relação a ações de outros grupos políticos e sociais, e podendo fazer referência a formação de uma “Baixada Política”

d) *Marginalização Social* - corresponde ao processo dialético das três práticas citadas anteriormente, deixando à margem determinada parcela do espaço frente aos limites de uma composição territorial. Esta prática refere-se à dimensão espacial não integrada a uma determinada lógica econômica e política. No entanto, este processo não é permanente, podendo modificar suas bases de acordo com o contexto econômico, político e ideológico, engendrando determinada estrutura sócio-espacial.

As práticas espaciais relatadas são apenas sínteses dos processos que serão evidenciados no jogo das representações sobre a composição territorial da Baixada Fluminense. É importante esclarecer, ainda, que as práticas espaciais elencadas fornecem um par dialético entre o material e o imaterial, uma vez que as práticas espaciais revelam projetos sobre o espaço que, por se materializarem, afirmam-se como legítimos. Em contrapartida, a construção dessa materialidade induz um embate, uma tensão, que se faz, também, no domínio das disputas de legitimidades de representações.

Desse modo, significa dizer que as práticas espaciais revelam os conteúdos e as formas das representações. Logo, poderíamos afirmar que existem tantas representações do espaço quanto às multiplicidades de suas práticas.

Michel de Certeau (1994), em seu livro “A invenção do cotidiano”, menciona que há construções de “simbolizações” sobre o espaço que se revela na associação entre “*práticas espaciais e práticas significantes*”. Essas simbolizações são construídas, inclusive, pelo processo de nomeação do espaço, onde a semantização, o nome dado aos “lugares”, remete uma apropriação onde os “*nomes próprios*” se consolidam como “*autoridades locais*” ou “*superstições*”. A noção de autoridade remete à idéia de legitimidade, em que o nome tem a capacidade de traduzir dimensões espaços-temporais, caracterizando representações espaciais e práticas do cotidiano.

Para o referido autor, esse processo de semantização como apropriação do espaço é possível pelas “*práticas significantes*” – o crível, o memorável e o primitivo. Essas dimensões articulam-se na perspectiva legitimadora e significante, indutora de uma

forma de conhecimento de mundo, uma representação. Neste sentido, Michel de Certeau (1994, p.186) explica que as práticas significantes:

Designa aquilo que “autoriza” ou (faz possíveis ou críveis) as apropriações espaciais, aquilo que ali se repete (ou se recorda) de uma memória silenciosa e fechada, e aquilo que aí se acha estruturado e não cessa de ser marcado por uma origem infantil (*in-fans*)...Pode-se reconhecê-los já nas funções dos nomes próprios: eles tornam habitável ou crível o lugar que vestem com uma palavras(...)

Neste sentido, as práticas significantes associam-se às práticas espaciais nas legitimações de suas representações. O referido autor ainda relembra que essas práticas significantes estão em constante disputa na produção do espaço. Não há práticas falsas ou verdadeiras, no entanto estas necessitam de legitimidade. As práticas significantes são formas de legitimar tais ações.

As práticas significantes, as representações sobre o espaço, estão em constante disputa de legitimidade, concordando, assim, com o que Lefebvre aponta sobre veracidade das representações, onde inexistem um dualismo entre o falso e o verdadeiro. Isso indica que há, na realidade, um conjunto de “verdades” baseadas nas práticas espaciais (sociais) que ora podem acontecer em um choque (distorção/enfrentamento), ora em justaposição (assimilação/adequação), que trabalham em busca de uma *legitimidade representacional* que revela, por sua vez, uma disputa de poder na produção social do espaço. Assim, poderíamos entender que a Baixada não se constitui como uma verdade territorial única, mas nas múltiplas “*Legitimidades Geográficas*” ou “*Composições Territoriais*” que se revelam dos jogos de representações.

No terceiro questionamento sobre as representações, Sá (1998) afirma que este revela o “caráter epistêmico”, ou seja, onde se focalizam as relações que a representação guarda entre a ciência e com o real, evitando as supressões, distorções e suplementações criadas na transição da representação para a construção do objeto de pesquisa. O estudo das representações não deve cair no ostracismo da explicação puramente descritiva do real, muito menos na aplicação de métodos racionais e quantitativos, mas na ponderação de intensa troca da representação forjada na relação do sujeito- objeto ou sujeito-sujeito. Assim, Sá (ibidem, p.33) complementa:

A simples descrição do conteúdo cognitivo de uma representação (2ª dimensão), sem relacioná-lo às condições sócio-culturais que favorecem sua emergência (1ª dimensão) e/ou sem uma discussão de sua natureza epistêmica em confronto com o saber erudito (3ª dimensão) não configura realmente uma pesquisa completa.

A proposta de entendimento da produção do espaço de Henri Lefebvre(1972) aponta neste mesmo direcionamento, uma vez que afirma que não ser suficiente uma simples descrição da forma para entender a organização de determinada produção social. Lefebvre aponta a necessidade de aprofundar a discussão num processo histórico no viés do método regressivo-progressivo, além de apreender as formas e conteúdos da realidade espacial inseridas no modo de produção hegemônico de forma dialética. Poderiam nos direcionar as possibilidades de interpretação das produções materiais e imateriais do espaço, o que inclui pensar as representações e suas disputas de legitimidade contidas na multiplicidade de práticas espaciais da sociedade e, desse modo, construir maneiras de ler e entender a produção do espaço e de suas representações.

2.4 - Das Representações Sociais às Representações Espaciais

A produção do espaço, entendendo este como um conceito-chave da Geografia¹⁵, passa por dois planos: um da produção material e outro da produção imaterial (LEFEBVRE, 1972). Sobre este último, são inseridas as construções das representações e das ideologias sobre o espaço.

Numa apresentação sobre as perspectivas de análise da ciência geográfica, José Ortega Valcárcel (2000) apresenta o espaço geográfico como produto da ação materializada da sociedade e de sua concepção imagética, representação. Para o referido autor, essa concepção é uma construção social que é compartilhada por membros de uma sociedade e que se debruça em três níveis distintos.

No primeiro nível, estaria a idéia de espaço geográfico como um projeto social, o qual regula e determina as ações materiais no espaço. Temos, porém, que entender essa noção como uma relação de “múltiplas autorias”, ou seja, o projeto social do espaço é compartilhado em sua formação e em sua prática, no entanto, deve-se salientar que isso não reprime a perspectiva de que há influências preponderantes de alguns grupos no processo de formação deste projeto social. No segundo nível, podemos inserir a noção de espaço como imagem. Essa perspectiva traduz a noção de legibilidade do espaço onde, através das características dessa imagem, tornam-se possíveis a leitura de sua construção que é história e social. E no terceiro nível, podemos incluir a noção de espaço como discurso. Para o referido autor, essa idéia remonta o campo que marca certas práticas sociais.

A partir daí, é possível entendermos os projetos, os jogos semânticos, as imaginações geográficas, enfim, todo o campo que cerca a produção do espaço como representação. Essa abordagem é, portanto, mais ampla que a idéia que reduz a representação a noção mediação.

Nessa perspectiva, as representações se constituem, de modo geral, como uma forma de conhecimento do mundo (JODELET, 2001) Logo, as representações se

¹⁵ Embora possua um uso corrente na linguagem popular, este representa a matriz da ação humana, pois é o espaço onde as materializações das práticas sociais acontecem, imbuindo o mesmo de amplos quesitos que vão desde os laços de afetividade até as relações de poder que se estabelecem em um plano simbólico, econômico e político (CORRÊA, 1996).

revelam como formas de conhecimento das coisas que estão no mundo, o que permite inserir o conhecimento da dimensão espacial no decurso de sua interpretação, ou seja, interpretação da produção do espaço geográfico.

As representações são um processo de apropriação da realidade e de (re)construção desta através de um sistema simbólico (MAZZOTTI, 2005). Esse sistema simbólico pode se manifestar das mais variadas formas, seja por imposição do poder (SACK,1986), formas de vigilância (FOUCAULT,1984) ou mesmo da materialização de nossas intencionalidades.

As representações estão incrustadas em “*todas as instâncias que compõem a sociedade*” – na economia, política, na cultura – sempre em constante transformação (SÁ 1998, p. 21). Essas são difundidas por diferentes veículos, seja pela mídia, que utiliza jornais, revistas, meios televisivos; a internet ou pelos ritos populares da vida cotidiana, que se propagam por contos, lendas, histórias locais ou por interlocuções diárias das pessoas que compõem dada sociedade, que podem ser traduzidas nas práticas-sociais. Neste sentido, Sá (1998, p.43) pondera a necessidade de entender essas práticas no campo do estudo das representações:

(...)é com as práticas sócio-culturais e com a comunicação de massa que o estudo das representações sociais mantém as relações mais significativas. De fato, todas as correntes no campo das representações afirmam a importância de se levar em conta as práticas de uma dada população ou conjunto social quando da pesquisa de suas representações(...)reserva-se aos meios de comunicação de massa um papel destacado na compreensão dos processos de formação e circulação das representações sociais nas sociedades contemporâneas.

Nesse trecho, Sá destaca, também, o papel dos sistemas de comunicação, que são *veículos das representações* como instrumentos analíticos para se ponderar a difusão e a intensidade das representações, que podem servir como “termômetros” na análise das representações sobre a produção do espaço. Isso porque, a “forma” como se “traduz” ou “representa” os termos ou ícones da realidade coletiva induzem a

construção de imagens, rótulos ou signos. Esses, quando tomados como referências, são capazes de “diferenciarem” contextos espaciais e temporais, logo caracterizar lugares.

Entender que uma representação sempre é construída a partir de uma relação dada de um sujeito ao fenômeno e vice-versa, inserida numa dada espaço-temporalidade, nos possibilita decodificar uma manifestação imaginária dos sujeitos e da relação destes com o fenômeno.

Tais relações revelam as interações, os conflitos e as tensões que caracterizam determinado momento. Estas representações criadas sobre o espaço podem se perpetuar por um longo período ou não, e dependendo da “forma” como “representa”, esta pode indicar *projeções geográficas das representações*¹⁶.

Para Jodelet (1989), a representação social e sua abordagem nos permitem uma apreensão das formas e conteúdos da construção coletiva da realidade social. Esta realidade social se manifesta espacialmente, sendo, portanto, passível de apreensão pela lente da ciência geográfica (LIMA, 2006). Se o espaço é fruto da natureza de nossas ações (SANTOS, 2002) ela é passível de ser moldada por representações que se revelam no processo de produção do mesmo, caracterizando uma dimensão simbólica.

Essa dimensão simbólica é lembrada por Milton Santos (2002), quando remete a fala da ação na perspectiva de I. Braun & B. Joerges (1992), em que para esses autores, a ação estaria ligada a três tipos: o técnico, o formal e o simbólico¹⁷. Este último agir, o simbólico, estaria relacionado às cargas subjetivas da emoção, dos relacionamentos, dos rituais, *determinada por modelos gerais de significação e representação*. Assim, reforça o sentido de que as ações possuem uma dimensão representacional importantíssima na construção de uma conjuntura sócio-espacial, uma vez que existe uma interação entre os signos sociais e suas formas de significação, ou seja, entre os símbolos (em suas representações) e sua forma de *comunicação*.

É importante esclarecer o porquê da utilização do termo comunicação. Este possui um caráter semântico peculiar pois, etimologicamente, comunicar significa pôr em comum (LABORIT, 1987). Logo, comunicar é significar entre os pares. Neste princípio, quando determinada ação representacional/simbólica é utilizada em

¹⁶ Sobre este grifo indicamos duas dimensões sobre as representações: a) alcance espacial – correspondente a idéia de difusão espacial da representação; e b) permanência espaço-temporal – relacionada a duração de uma representação através de diferentes contextos histórico e geográficos.

¹⁷ “O agir técnico leva a interação formalmente requerida pelas técnicas. O agir formal supõe obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos. E existe um agir simbólico, que não é regulado por cálculo e compreende formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modelos gerais de significação e representação” (SANTOS 2002, p.82)

determinado veículo, ela é significada pelos sujeitos que dela fazem uso. Ou seja, é dizer que os veículos de representação, seja a grande mídia ou ritos populares, são difusores de signos construtores de representações, e quando estes signos significam ou diferenciam espaços, podem construir *legitimidades espaciais*.

É importante lembrar que Henri Lefebvre (1972), em seu livro “A produção do espaço”, aborda a idéia de que a produção social do espaço passa pela esfera da representação. A triplicidade percebido-concebido-vivido é parte constituinte da realidade espacial e representacional, imbricadas num intenso jogo dialético de construção. Para o referido autor, “*conviria não apenas estudar a história do espaço, mas a das representações, assim como a dos laços entre elas, com a prática, com a ideologia*”(p.26). Assim, as representações devem ser analisadas em seus contextos históricos e políticos, sendo relacionadas entre si, pois a construção da realidade espacial da sociedade acontece numa intensa disputa representacional.

As representações do espaço vivido estão relacionadas às experiências individuais e/ou sociais com um determinado meio geográfico, experiências vividas. Estas não podem ser dissociadas das práticas espaciais da mesma sociedade, que forma a realidade percebida. Neste sentido, essa dupla dimensão vivido-percebido pode implicar uma noção de “ordem próxima” relacionando práticas e vivências em torno de uma realidade espacial construída (LIMA, 2003). Nesse agrupamento podem se revelar ações sociais relacionadas de forma afetiva individual ou coletiva com o lugar (TUAN, 1983). Numa ordem próxima se constituem universos simbólicos que instituem códigos gerais, *legitimadores das práticas e das vivências sociais*.

As representações do espaço, o concebido, estariam relacionadas, na maioria das vezes, às ações de “ordem distante” do espaço vivido. De modo geral, o espaço concebido está envolvido com as projeções políticas, culturais e ideológicas sobre o espaço, formando as “representações do Espaço” (LIMA, 2006). Para Hervé Gumuchian (1991), a construção do espaço concebido estaria relacionada a dois direcionamentos: o primeiro seria derivado das *intervenções materiais no espaço* (efetivadas e materializadas nas técnicas, equipamentos e infra-estrutura no espaço); o segundo relacionado *sobre os discursos* do espaço (seja sobre o já produzido materialmente ou apenas no âmbito do planejamento).

Neste sentido, há uma relação de produção do espaço que funciona numa espécie de simbiose, entre as produções materiais de intervenção física no espaço e imateriais de projeções sociais e políticas sobre o mesmo. Antônio Carlos Robert de Moraes (2004) aponta que existem produções do espaço e sobre o espaço que, em sua maior parte, estão carregadas de representações. Estas representações, como formas de conhecimento ou imagens do real, possibilitam uma finalidade político e/ou social das representações sobre o espaço, gerando as ideologias geográficas ou espaciais.

Para Gumuchian (1991, p.58-59) as representações do espaço podem estar carregadas de posturas ideológicas. Muitas vezes associadas aos projetos que sobrepõem o espaço, seja de postura política ou econômica:

Falar de ideologias espaciais, é admitir que a geografia se reproduz numa semantização de seus objetos, em relação a organização do território, por exemplo, os poderes políticos e econômicos que intervêm/projetam sobre o espaço, funcionando como manipuladores sociais.¹⁸

Neste sentido, as ideologias espaciais guardam em si uma funcionalidade política e econômica que é gerada num processo conflitante de produção social do espaço, em especial na sociedade capitalista de produção (HARVEY, 2002). No âmbito da sociedade urbana, Henri Lefebvre (2004) aborda que esta produção relaciona-se com uma promoção ideológica, que revela um conflito de classes.

Nesta perspectiva, o estudo elaborado na dissertação de Nelson da Nóbrega Fernandes sobre “O rapto ideológico da categoria de subúrbio” no urbano do estado do Rio de Janeiro se constitui como uma referência neste direcionamento. Fernandes (1995, p.49) enfatiza que a idéia carioca de subúrbio está dissociada do seu sentido original, utilizado nos países centrais, uma vez que, no Rio de Janeiro, este conceito está relacionado a um contexto:

(...)de reordenamento do espaço social e de implementação da separação capitalista entre usos e classes sociais, que assalta e reestrutura o tecido urbano para necessidades do capitalismo, o *conceito carioca de subúrbio* pode ser

¹⁸ “Parler d’idéologie spatiale, c’est admettre que la géographie est sans cesse confronté à une sémantisation de ses objets; en matière d’aménagement, par exemple, les pouvoirs politiques et économiques lorsqu’ils interviennent sur l’espace fonctionnent comme des manipulateurs sociaux”.

compreendido como uma *necessidade ideológica*, definindo não apenas um lugar, mas, sobretudo, o lugar que passou a ser *ideologicamente destinado* ao proletário do Rio de Janeiro.”

O “rpto ideológico”, então, se configura no cerne da produção material e imaterial do espaço, em especial do urbano capitalista. Fernandes (1995) aponta autores como Roland Barthes, que também é mencionado por Gumuchian (1991.p 59). Ambos concordam com Barthes quando este afirma que a ideologia, quando baseada na ocultação de sua história, revela intenções perversas.

Cabe aqui abrir dois questionamentos relacionados ao nosso objeto de estudo: a) seria a idéia que temos hoje de Baixada Fluminense um “rpto ideológico”?; que impasses políticos e econômicos são gerados pelo choque (conflito/ tensão) representações da composição territorial de Baixada Fluminense?

Ao utilizarmos como referência o trabalho de Fernandes (ibidem) associado à revisão bibliográfica sobre o estado fluminense, poderíamos afirmar o primeiro questionamento não mais como um achado, mas como uma premissa, ou ponto de partida, uma vez que a idéia de Baixada Fluminense não é a mesma do seu sentido original. Portanto, a Baixada Fluminense, assim como o conceito carioca de subúrbio, sofreu um *rpto ideológico*¹⁹.

No entanto, é importante esclarecer que isso não significa que os processos sejam semelhantes, pois as duas nomenclaturas possuem contextos históricos distintos. Logo, a representação que carregam e o sentido de sua enunciação se distinguem²⁰.

¹⁹ A idéia de rpto ideológico advém de uma “...mudança abrupta e repentina das categorias” (FERNANDES,1995, p.48). A idéia de Rpto está relacionada a noção de atos violentos que produzem uma certa ausência de sentido. No caso da Baixada Fluminense, a mudança ocorre no ato de pensar esta área associado a representação hegemônica ligada a idéia de municípios mais pobres ligados à violência, à miséria e ao descaso social.

²⁰ Essa distinção é clara no âmbito do cotidiano da vida metropolitana, que inclusive alimenta as barreiras geográficas simbólicas entre o que é Baixada, subúrbio e outras localidades da cidade do Rio de Janeiro. Num relato breve de Sandra Regina Soares(2006, p. 52) em sua tese de Doutorado, a autora destaca bem essa distinção: “Eu morei na Baixada durante os primeiros 25 anos da minha vida. Lembro que desde muito cedo, havia para mim a clara distinção entre “Baixada”, “Subúrbio” e “Zona Sul”. A “Zona Sul” era o lugar dos ricos, o “Subúrbio” e a “Baixada” os lugares dos pobres. Só que nós, da Baixada, éramos diferentes dos suburbanos”.

Esse suposto “rpto ideológico” da Baixada Fluminense ocorre após os anos de 1950 e 1970, estando relacionado aos noticiários dos meios de comunicações e aos discursos políticos que se aprofundaram na afirmação de uma “região da Baixada Fluminense”, tendo suas representações envolvidas, em sua maioria, a noção de área demarcada pela violência, precarização social ou “lugar de pessoas pobres”. (ENNE, 2002; BARRETO, 2006; SOARES DA COSTA, 2006; ROCHA, 2006; 2008; ALVES, 1998).

Assim, é sobre a segunda questão que recai nossa atenção, pois não há uma definição territorial “clara” desta Baixada. Os projetos políticos sobre o espaço, impressos nas “representações do espaço”, irão revelar um verdadeiro choque de representações quando postos em diálogo com os “espaços de representações”. Interesses são colocados em questão, existe um choque, uma tensão, um embate de discursos, confrontos de projetos espaciais sobre essa área. No âmbito de nossa dissertação, vislumbramos a *Baixada Fluminense como um objeto de representação espacial de poder*, visto que há uma disputa de legitimidade entre grupos, da qual a Baixada e sua composição territorial é o resultado último.

Não há, apenas, uma representação sobre a Baixada Fluminense, mas múltiplas representações advindas daquilo que Lefebvre aponta de “ordens próximas e ordens distantes”, ou seja: entre interesses particulares e locais - em consolidações de bases de poder político; e interesses gerais – relacionados às projeções sociais, ambientais e econômicas que revelam intenções político-econômicas de âmbito estadual ou nacional, que visam, em primeiro lugar, à *legitimidade de seu território*.

Tais representações geram verdadeiros impasses sobre uma composição territorial de uma Baixada Fluminense. Esboçar alguns pensamentos sobre as conseqüências políticas e econômicas dessas querelas é a intenção de nossa pesquisa. No entanto, ainda nos concentraremos em pensar como acontece esse jogo de representações.

No mesmo sentido em que Lefebvre aponta a existência de “ordem próxima e distante”, entre “espaço de representação e representações do espaço”, Bailly (1991) aponta que uma representação é uma criação social ou individual de sistemas referentes ao real propostos em uma base ideológica. E que existe um caminho metodológico para pensar tal conflito representacional, isto no que se refere às representações espaciais. Bailly (1995, p.372), mencionando a pesquisa de J.Pailhous, afirma que no âmbito das pesquisas de representações em geografia existem dois caminhos para entender a

construção das representações sobre o espaço, tomando uma referência “*égocentre*” e outra “*anégocentre*”.

Em planos de análise, a primeira consistiria numa representação de “dentro para fora”, feitas pela relação do próprio sujeito ao espaço, a segunda seria uma representação de “fora para dentro” na qual as representações se constroem por outros sujeitos, viabilizando assim uma espécie de choque de representações do espaço, fundamentada numa dicotomia “l’intériorité-extériorité” (interioridade-exterioridade). Tal discussão foi campo de embates teóricos travada por longo tempo por cientistas sociais.

O teor da representação parece-nos, pois, mais compreensivo do que a idéia de ideologia, por abrir possibilidades de apreensão de sua base espaço-temporal, que denuncia as intencionalidades presentes, tensões, conflitos e choques que, de certo modo, podem forjar ideologias quando há uma disputa de uma hegemonia representacional. É, portanto, esse choque de representações que atribui à Baixada Fluminense diferentes composições territoriais, que irão variar segundo os interesses de grupos distintos que colocam a Baixada Fluminense numa verdadeira geopolítica de inclusão-exclusão.

Assim, entendemos traçar, em síntese, caminhos metodológicos para o estudo das representações, em especial sobre as representações e as disputas de legitimidade territorial sobre a Baixada Fluminense.

A primeira seria a análise dos **veículos de representação** – traçando dois comparativos com “grande mídia” (jornais e revistas de grande circulação) e aos modelos comunicativos dos diferentes grupos. O segundo estaria relacionado à **distinção das informações** contidas nestes diferentes veículos em (*in*) *de dentro da Baixada*, representações dos grupos relacionados à própria Baixada e (*out*) *de fora da Baixada*, representações de grupos de fora da Baixada Fluminense. O terceiro caminho está relacionado às **entrevistas dirigidas** com representantes políticos dos municípios do recorte territorial da Baixada Fluminense, identificados pelo SEDEBREM, que totalizam 13 municípios, comparando as intenções da inclusão-exclusão na Baixada. O quarto caminho seria a **identificação das implicações destas representações na composição territorial da Baixada** e a associação das jogadas de inclusão-exclusão a algumas práticas espaciais que sintetizam o “**trunfo da legitimidade territorial**”: fragmentação-remembramento, antecipação espacial, seletividade espacial e marginalização espacial.

É importante esclarecer que as práticas espaciais elencadas não são excludentes entre si, mas se complementam na composição do território. Esses processos implicam práticas que viabilizam legitimar as representações sobre o espaço. Este ato de legitimar uma porção do espaço, através de práticas e representações, implica numa ação de disputas de legitimidades, ou seja, de práticas de diferenciação no espaço, que, quando estabelecidas, as disputas de poder traduzem a composição legítima do território. Logo, se faz mister entender as formas de territorialidades e significações que corroboram para a composição de uma *legitimidade territorial* e a compreensão conceitual da ligação entre representação e território

CAPÍTULO III - DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO, DO TERRITÓRIO ÀS SUAS REPRESENTAÇÕES.

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar referências teóricas sobre o conceito de território, buscando demonstrar como a idéia de poder se imbrica na produção do espaço. Apresentaremos, também, a idéia de que a representação possibilita a construção do território e por ela é retro-alimentada. Apontaremos o território como uma construção material e representacional (simbólica), de modo que sua composição revele uma imbricação de interesses que se formula ou se constrói através das diferentes representações. Tais relações são visíveis em diversos casos onde o que se coloca em questão é o jogo dos que estão dentro (*in*) e fora (*out*) da composição, o que se poderia denominar *Geopolítica da inclusão e exclusão*. Pensar a questão do território e o jogo de representações possibilita entendermos o processo de composição territorial da Baixada Fluminense, que se desenha através de um jogo de representações sobre este espaço revelado na inclusão-exclusão de territórios, obedecendo a interesses diversos.

3.1 - O território como representação

Aqui, apresentamos a questão do território sendo construído a partir do espaço. O espaço é considerado um conceito-chave da ciência geográfica (CORRÊA, 1995) por abarcar uma multiplicidade de fenômenos sociais e naturais, além de se revelar, segundo Milton Santos (2008), como um indutor e um induzido das relações sociais. As noções de indutor e induzido se apóiam na perspectiva de que o espaço, sendo construído pela ação do homem, guarda em seu âmago uma dimensão que reflete as características sociais, culturais, políticas e econômicas de uma dada sociedade, sendo, portanto, por ela moldada. A noção de induzido revela-se, então, como reflexo das relações sociais que circundam a plataforma espacial, uma vez que os *objetos e ações* podem adquirir tal

dimensão (SANTOS, 2004). O espaço é encarado, então, como um produto social (LEFEBVRE,1974).

Não podemos ignorar que a sociedade que molda o espaço nele se reproduz. Logo, as suas relações sociais de produção e de reprodução estarão relacionadas às condições materiais e imateriais que se forjaram no processo histórico de sua formação. E, como lembra Doreen Massey (2008), precisamos entender o espaço não só como produto da sociedade, mas também como produtor dela. A referida autora ainda nos apresenta a necessidade de entendermos este espaço como *produto de inter-relações* que se configura em uma dimensão “trans-escalar” (da imensidão do global até o corpo); como esfera que possibilita a existência da multiplicidade, onde se inclina em pensar uma totalidade na qual distintas trajetórias coexistem; e como um constante devir, uma vez que a formação do espaço não acontece por um momento, mas pela sucessão de trajetórias e momentos. Essas características propostas por D. Massey para entendimento do espaço refletem, portanto, a noção de que o espaço também é indutor das práticas sociais.

As práticas sociais e o próprio processo de formação do espaço remetem a intensas disputas sobre a hegemonia de parcelas desta dimensão. Ao longo da história da humanidade sempre presenciamos disputas sobre o domínio do espaço, sendo este de suma importância na consolidação de dimensões da base das relações de poder. Assim, se há domínio e disputas sobre a hegemonia de parte do espaço produzido, entendemos que, por isso, há o jogo de construção do território.

É salutar esclarecer que há uma distinção entre o espaço socialmente produzido e o território, por mais que este último possa emergir da produção do espaço. Autores como o suíço Claude Raffestin (1993) tomam, como quase similares, o espaço social e o território, uma vez que este espaço é regido, também, por relações de poder. Por sua vez, Souza (1995) contra-argumenta a proposta de Raffestin, classificando-a como generalista quando este coloca o espaço social como o próprio território. Na realidade, Marcelo L. Souza desconsidera em alguns pontos da obra “*Pour une géographie du pouvoir*”, onde Claude Raffestin (1993, p.144) deixa claro que espaço e território são conceituações distintas:

O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (...) Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção a partir do espaço.

Para o referido autor suíço, o território é resultado de uma *ação* conduzida por um “ator sintagmático” que desenha seus projetos através de canalização de trabalho, energia e informação. Esse “ator sintagmático” tenta escrever sobre o espaço seu projeto de poder através de diferentes práticas. Assim, o que diferencia o espaço de território é a idéia de construção de “limites de ação” ou delimitação de área onde determinado “ator sintagmático” ou grupo social possa exercer seu poder.

Nessa mesma perspectiva, podemos relacionar as idéias de Milton Santos (2002) que afirma que a questão não recai sobre o território em si, mas no território usado. É importante lembrar o que Milton Santos classifica como “território em si”, sendo este o produto do trabalho humano sobre a natureza, portanto, um produto da conjugação das forças sociais. No entanto, esse espaço produzido é indissociável de objetos e ações, sendo assim, o que importa é o uso que se dá a esse território, ou seja, as ações que definem a apropriação do mesmo. O que diferencia o território de outro é *quem rege e como* isso se dá no terreno, ou seja, de que maneira determinado grupo consolida sua hegemonia sobre o espaço. Neste caso, o território é definido pela idéia de poder.

Neste sentido, para melhor aprofundar esse debate, partiremos de uma definição de território, que é proposta por Marcelo Lopes de Souza (1995), entendendo-o como *um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”*.

O território se diferencia do espaço social, então, no estabelecimento de “delimitações” ou “criação de limites” que as relações de poder circunscrevem no espaço. Ou seja, o território surge a partir do espaço, mas nele se reproduz e é produzido na intensa disputa pelo poder. A complexidade da conceituação do território está na própria definição de poder, que por sua vez desenvolve a capacidade de legitimar ações sobre o espaço ao ponto de “delimitá-lo”. Assim, o exercício do poder é uma ação legitimadora do território. É importante lembrar que nem todos os grupos possuem a mesma capacidade de operacionalizar, reger e construir territórios. Guy Di Méo (2001) nos lembra que o território é a combinação de um grupo social com o espaço e que esta relação acontece de maneiras variadas. Logo, existiram territórios com maior ou menor rigidez de seus limites, variando de acordo com as práticas/estratégias espaciais que determinado grupo social desenvolve, ou o papel que este mesmo possui no tecido social. Assim, Di Méo (2001, p.8) nos esclarece:

...todos os indivíduos que hoje formam os grupos sociais, também possuem uma competência territorial (ao mesmo tempo que social), Sem dúvida, nem todos possuem o mesmo status, nem todos detêm o mesmo poder de operar e criar territórios. Entre os principais detentores dessa capacidade estão os representantes do poder político institucional, os líderes da economia e os diferentes líderes (culturais, religiosos, ideológicos) da opinião. Em segundo plano, os indivíduos que produzem e reproduzem o cotidiano, que também, são importantes promotores do território. (Grifo nosso)²¹

O território, desse modo, é o resultado da ação de legitimidade de um grupo social. Não significa dizer que o território é mais legítimo ou verdadeiro que outro, mas que a intensidade com que se afirma ou se busca legitimar as bases territoriais traduzem, em certo modo, a força que determinado grupo social possui. Logo, as bases de construção de um território reportam-se à noção de legitimidade de um grupo social.

Ao longo da história do pensamento geográfico, a noção de poder sobre ação legitimadora de território sempre esteve atrelado à figura do Estado (ESCOLAR, 1996). Como nos lembra Yves Lacoste (2007), a própria ciência geográfica possuía esta missão, quando vinculada à ação que o autor chama de “*Geografia dos Estados Maiores*”, tendo este a incumbência estratégica de legitimar e desenvolver ações de poder, vinculando, então, a idéia de território à dimensão de espaço de jurisdição de um Estado-Nação. Segundo Valverde (2004), essa associação é presente na “Antropogeografia” de Ratzel, em que o território seria a expressão legal e moral do Estado associado ao solo (*Boden*) e à população organizada neste espaço. O território seria então o ultimato da legitimidade do Estado, cabendo a este defini-lo e controlá-lo.

²¹ ...tous les individus qui forgent les agrégats sociaux d’aujourd’hui possèdent aussi une compétence territoriale (au même titre que sociale) indéniable, tous ne bénéficient pas du même statut, tous ne détiennent pas le même pouvoir d’opérateur, de créateur territorial. Parmi les titulaires majeurs de cette capacité figurent les récipiendaires du pouvoir politique institutionnel, les dirigeantes de l’économie, les divers manipulateurs (culturels, religieux, idéologiques) de l’opinion. À leur modeste place, les individus sans qualité qui produisent et reproduisent le quotidien s’avèrent aussi de vigoureux promoteurs territoriaux. (Grifo nosso)

Paul Claval (1999) aponta que os estudos de Jean Gottman aproveitam a mesma linha de pensamento. No entanto, seus escritos aprofundam-se sobre a concepção moderna de território associada à soberania. Essa, por sua vez, seria a raiz pela qual o Estado deve exercer o controle do espaço dado, construindo, assim, um caráter absoluto de poder.

É salutar esclarecer que ambas as concepções apontadas, tanto na idéia de Ratzel quanto nas propostas de Jean Gottman, representam um território delimitado pelo poder, porém esse poder é exercido pela figura do Estado. Ainda, em ambas as propostas, a concepção de território se configura numa lógica zonal, contínua e ininterrupta. Segundo Haesbaert (2004), essa concepção é típica do pensamento tradicional imperante até os anos de 1970, por isso é comum até os dias atuais a associação de território à escala de Estado-Nação.

Para Claval (2004), é com R. Sack que encontramos uma ruptura na maneira de se pensar a idéia de território. Embora este autor se aproxime da visão proposta por Jean Gottman sobre a noção de soberania, R. Sack vai além, atribuindo a esta uma aplicabilidade em todas as escalas, sendo este poder soberano exercido através da *territorialidade*. Para R. Sack (1986), a territorialidade seria as estratégias espaciais utilizadas para exercer o controle e o domínio de uma dada área. Tais estratégias poderiam ser constituídas por três aspectos fundamentais, complementares e não excludentes, a saber:

- a) ***Classificação de área***: esse seria através do processo de nomeação do lugar, que imputa ao espaço um regime de poder simbólico, onde o nome sintetiza o demiurgo lógico de controle de um dado domínio. Essa classificação de área ainda é legitimadora de ações previamente definidas para uma dada localidade, ou seja, o fato de nomear um espaço pode legitimar uma área de ação propícia de um dado grupo social, ou mesmo pela ação do Estado, fundamentando assim uma estratégia espacial de poder;

b) Forma de controle de acesso: concernente a restrição ao acesso a determinada área, que muitas vezes não se restringe a forma material tradicional das fronteiras ou áreas de vigilância formal. R. Sack aponta para uma possibilidade de controle simbólico ordenado por ícones, monumentos, gestos, linguagens que em maior ou menor grau exercem um poder simbólico capaz de organizar determinado espaço e delimitá-lo. Com os limites definidos, há uma espécie de estranhamento ao que é avesso às normas simbólicas do território. Um bom exemplo destes controles são os territórios da prostituição (RIBEIRO, 2002);

c) Modo de comunicação: refere-se à necessidade de comunicar o controle exercido. Esse é o ponto fundamental da legitimação do poder de um grupo que justifica a inclusão e a exclusão de áreas ou pessoas ao seu domínio espacial, território. Assim, o modo como se controla a informação é uma forma de controlar os limites de um território. Poderíamos, ainda, apontar uma possibilidade de que aquele que é capaz de construir uma rede de informação/ representações (comunicação) de poder sobre o espaço pode ampliar ou justificar/legitimar suas ações sobre o território.

Assim, nessa perspectiva de pensamento, poderíamos apontar uma nova forma de se pensar o território. Em primeiro lugar, se o poder pode ser entendido em múltiplas escalas, poderíamos entender o território também neste direcionamento. Em segundo lugar, se este poder é exercido por diferentes atores que corroboram a estrutura espacial, poderíamos afirmar que existe uma disputa intensa de legitimidades/soberanias destes grupos sobre o espaço. Se o território é uma representação de um poder, faz-se necessário uma aproximação destes dois conceitos para melhor vislumbramos como ocorrem as disputas de legitimidades territoriais, para então entendermos as diferentes representações e composições territoriais que se desenham sobre a idéias de Baixada Fluminense, as quais em suma se revelam como disputas de representação de poder.

Partindo da idéia de que o território é definido por relações de poder, e que isso implica numa dada apropriação de parcela do espaço, necessitamos pensar o conceito de

apropriação, recorrendo ao significado da palavra apropriar, que em síntese trás a idéia de tomar posse, tornar próprio ou mesmo individual.

Esse conceito se relaciona com o território, pois esse é, de maneira geral, uma propriedade de alguém ou de algum grupo. A idéia de apropriação não pode recair somente na idéia materializada, mesmo que o fim último se concretize assim. Desse modo, uma apropriação pode ser exercida através de um sistema simbólico (GUATARI,1985; SACK, 1986; BOURDIEU, 2007; HAESBAERT, 2005).

Pierre Bourdieu (2007) é enfático neste quesito quando afirma a existência de um poder simbólico capaz de reger e moldar hábitos da vida social. Esse poder simbólico é caracterizado por uma imaterialidade, ou seja, apresenta-se em formas não visíveis: nas idéias, nos significados, nas ideologias, nas imagens e representações. Assim, se as representações constituem um universo simbólico de poder, poderíamos afirmar que elas mesmas são capazes de construir domínios de poder. Ou seja, as representações construídas sobre o espaço podem servir como delimitadores de ação, revelando-se, então, como formas de conhecimento e apropriação, delimitando territórios. O território em si é uma representação do poder. Quando se constrói projetos/ representações do espaço, defini-se uma área de ação, nomeia-se, apropria-se.

Claude Raffestin (1993, p. 144) indica esse processo:

Produzir uma representação do espaço já é, portanto, uma apropriação, uma empresa, um controle, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações. (*Grifo nosso*)

Neste sentido, uma imagem ou modelo que se cria sobre a realidade se constitui como um instrumento de poder. Logo, ao se produzir representações de determinado espaço, projetamos sobre ele uma imagem ideal de território. Contudo, lembrando o que Guy Di Méo coloca a respeito da capacidade diferenciada dos grupos sociais de produzirem territórios, é possível falarmos, então, da capacidade diferenciada de produzir representações de um espaço ideal. Isso não significa dizer que existam representações territoriais verdadeiras e falsas (LEFEBVRE, 2004), mas implica em

pensarmos numa “força de representação territorial” que pode estar associada à ação de legitimidade de dado grupo social, ou como prefere Raffestin, um dado ator sintagmático.

A “força de representação territorial” da qual falamos é associada aos mecanismos que são utilizados pelos diferentes atores, agentes e sujeitos sociais na promoção de suas ações. Esses mecanismos correspondem aos meios de comunicação, eventos culturais e/ou científicos, discursos e propagandas, enfim, aos diferentes meios em que possa, em maior ou menor grau, apontar uma representação de poder.

Para Raffestin, as representações estabelecem limites no espaço. E para compreender um espaço representado, é necessário conhecer suas propriedades reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos. Estes códigos e sistemas sêmicos são marcados por toda uma infra-estrutura de força, que abarca dimensões de trabalho, informação, relações de produção que delimitam um campo de ação. Desse modo, é possível dizer que as representações se alimentam, também, de um sistema sêmico que é criado para conduzir projetos de poder de um dado grupo. Se “*a representação compõe o cenário, tendo a organização como espetáculo da tomada original do poder*” (RAFFESTIN, 1993, p.144) podemos dizer que a representação é um caminho na construção do território. Di Méo (2001, p.14) enfatiza a dualidade entre a materialidade e a imaterialidade que possui o território, o que indica o caminho para a passagem do espaço ao território:

A passagem essencial do espaço geográfico ao território não reside unicamente no percurso metodológico inicial, o mesmo da materialidade terrestre a sua essência, ao conteúdo ideal. Isso porque, se o território está ancorado no mundo concreto das práticas sociais, abarca claramente a natureza e os sentidos dos significados que o conferem na ação das representações humanas inspiradas por uma organização (política, econômica, cultural) das sociedades ou no âmago de sua produção.²²

²²La passage essentiel de l'espace géographique au territoire ne retrace pas uniquement le parcours initiatique et méthodologique que même de la matérialité terrestre à son essence, à contenu idéal. En effet, si le territoire ancré dans le monde concret des pratiques sociales tire le plus Clair de as nature et de son sens des signifiés que lui confèrent l'action et les représentations humaines inspirées par l'organisation (politique, économique, culturelle) des sociétés au sein desquelles elles naissent.

De forma geral, podemos entender que as representações são pontes, ou elos, que possibilitam a passagem do espaço ou território. O território pode ser entendido, então, como representação. Raffestin (1993, p.147) ainda complementa:

Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a *imagem do espaço*, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. (*grifo nosso*)

É através das representações que grupos sociais vão estabelecer seus projetos de domínios espaciais. Projetos de poder são traçados com o fim último da apropriação do espaço.

Marcos Aurélio Saquet (2007) em sua obra, *Abordagens e concepções de território*, aponta a ligação intrínseca do poder e do território, onde destaca, também, alguns direcionamentos teóricos que orientaram a construção da abordagem do conceito de território para alguns estudiosos, tais como Claude Raffestin, R. Sack e Giuseppe Dematteis. Este último é apontado como uma importante referência no que se refere à questão territorial. Para Marcos Saquet (2007, p.81), “As compreensões [aqui falando da conceituação do território] de Claude Raffestin e de Giuseppe Dematteis, se parecem e são similares”. Essa compreensão se baseia na idéia de que ambos entendem o território como um “produto socioespacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligação de redes internas e externas”.

No entanto, o que nos chama atenção na perspectiva de Giuseppe Dematteis (1985) é o entendimento a geografia como uma maneira de representação do território através de metáforas. Se esse território é produzido no bojo das relações sociais, que incluem materialidades (objetos e ações, como diria Milton Santos) e imaterialidades (intenções, representações e ideologias), compreender as diferentes produções do território resulta em descortinar as metáforas do poder. Podemos ainda acrescentar que as representações construídas sobre um dado território são metáforas de poder, e decodificá-las é ponto nevrálgico na identificação da apropriação do espaço e de suas representações de poder pelos diferentes atores, agentes e sujeitos sociais.

Essa apropriação é parte constituinte da formação do território. A legitimidade da apropriação por esses grupos se baseia na força de produção e difusão das representações. Portanto, a legitimidade de um grupo está, também, na maneira como ele constrói seu território, como o representa e o rege, imprimindo nele suas características. Assim, torna-se possível pensar, também, o território como representação de poder de um dado grupo social.

É importante lembrar que as representações constituem formas de conhecimento e de simbolização do mundo (JODELET, 2001). Raffestin (2009) nos fala da representação como resultado de um trabalho e como tal é qualificada como energia informada. Essa energia informada não se qualifica com uma estabilidade, ou seja, existe uma variabilidade de intensidade, durabilidade, força e difusão das representações. Assim, as representações são espelhos de ação dos atores sociais. Pensar uma imobilidade ou uma imutabilidade das representações seria como pensar na “morte ou entropia dos atores”. Isto é, a fluidez das representações em suas diversas características indica as características dos produtores, dos agentes, atores e sujeitos sociais. Como as representações, quando traduzidas em projetos de poder sobre o espaço, constituem territórios, é possível falarmos, portanto, que os territórios podem apresentar fluidez em duração e extensão.

Neste sentido, as diferentes representações construídas sobre a Baixada Fluminense são, em suma, projeções de poder sobre esta área. A cada movimento de inclusão e exclusão de municípios são traduzidas estratégias espaciais que os diferentes atores sintagmáticos propõem na composição de suas bases territoriais. Assim, pensar uma rigidez ou uma composição territorial rígida para a Baixada Fluminense significa ignoramos toda dinâmica política, econômica e cultural que se desenha sobre este espaço. As representações sobre a Baixada são construções de territórios que vislumbram legitimar ações e poder dos mais variados grupos.

Desse modo, entramos em consonância com as idéias de Michel Foucault (1985), quando aponta a necessidade de entendermos uma redefinição da idéia de poder. Autores como Claude Raffetin (1993), Rogério Haesbaert (2004) e Marcos Aurélio Saquet (2007), que trabalham com o conceito de território, compartilham a mesma citação das referências de poder mencionadas por Foucault (1984 e 1985), que em resumo qualifica uma metodologia de entendimento das relações de poder.

- 1. O poder não se adquire: é exercido a partir de inumeráveis pontos;*
- 2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que se diz respeito a outros tipos de relações(econômicas, sociais, etc.) mas não são imanentes a elas;*
- 3. o poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados.(...)(RAFFESTIN, 1993, p.53)*

Essa síntese nos clareia o entendimento do que proporemos a seguir, no quesito sobre os jogos de legitimidade na construção de uma Baixada Fluminense, compreendendo que as diferentes representações construídas sobre a Baixada não se projetam apenas numa única direção ou possui um único pólo gerador. Se pensarmos nas perspectivas do poder, retiradas da síntese de Raffestin sobre a proposição de Michel Foucault, veremos que as representações enquanto esferas de poder são multi-espaciais e grupais, vêm de diferentes pontos e de diferentes grupos. Outro ponto seria a idéia de que as representações não são “puras” ou “neutras”, mas são carregadas de intenções e de complementaridades. Ou seja, a representação de um determinado grupo social pode complementar ou mesmo reafirmar a ação de outro, mesmo que expressem interesses distintos. Logo, não há binaridade entre o falso e o verdadeiro, mas uma “multi-verdade” de interesses, que colocam a Baixada como um contexto dessa disputa de poder e de legitimidade.

Assim, concordamos com Antoine Bailly (1995) quando afirma que entender as representações espaciais nos permite compreender as tensões sociais que são expressas nos campos simbólicos, de idéias de projetos de poder. Tentar traduzir o choque de representações implica em conhecer o campo de disputas de legitimidades territoriais. É a Baixada Fluminense um exemplo desta dinâmica.

3.2 - Jogos de representações e confrontos de legitimidade na composição do território.

Ao entendermos que as representações são, também, condutores na construção de territórios, e que o mesmo é uma representação do poder, temos a possibilidade de pensar a idéia de que se há um choque/tensão entre diferentes representações, resultando numa disputa de legitimidade do poder no espaço. Portanto, existe sempre uma tensão na composição do território, pois ele é, em síntese, o amalgama da legitimidade do poder. A construção da legitimidade (como abordado no capítulo 1) pode ser construída através de diversos caminhos. No entanto, essa legitimidade passa pela noção de reconhecimento que é atribuído a determinado agente, sujeito ou ator pelo grupo social em que esteja inserido.

A legitimidade das representações passa, portanto, pelo crivo do reconhecimento social sedimentado na tríade: quem fala (*enunciador*), por onde fala (*meios de transmissão*) e como fala (*sentido da representação*). É possível, então, dizer que traduzir essa tríade das representações nos possibilita mapear a intensidade, força, duração, difusão das representações que diferentes grupos sociais constroem. Como as representações possuem, também, uma dimensão espacial, e estas por sua vez se alimentam das tramas do território, poderíamos afirmar que entender as formas como os grupos sociais buscam legitimar suas representações espaciais, nos indica um caminho capaz de possibilitar a leitura da trama da composição do território, como acontecem os jogos de representações e como eles influenciam o território e são por elas retroalimentadas. Emerge, aí, a questão complementar: “de onde se fala”.

Entretanto, é importante frisarmos algumas considerações sobre o que chamamos de “jogo de representações”. Em primeiro lugar, a idéia de “jogo” está associada à noção de troca, na qual há um número infinito de relações entre diferentes grupos e suas representações. Essas relações não acontecem necessariamente de forma harmoniosa, havendo um equilíbrio nas perdas e ganhos. Ou seja, uma relação em que cada grupo pode expor ou é permitido impor sua representação e suas ações de poder, uma vez que essa “imposição” pode ser partilhada em diferentes interesses. Desse modo, nas disputas das representações sobre um território há grupos que ganham e há grupos que perdem, há também aqueles que ganham sem jogar diretamente. Neste

sentido, podemos associar as redes sociais complexas que se estabelecem em torno de alianças políticas, econômicas ou proximidades culturais.

No jogo de representações, que inclui a idéia de Baixada, constrói-se, de fato, uma intensa disputa entre as “verdades” de suas representações. Portanto, há uma disputa entre as legitimidades territoriais.

Neste sentido, podemos inserir um segundo plano apontando a necessidade de entender a finalidade de um jogo que, em muitos casos, se restringe a vitória de alguém sobre alguma coisa ou outrem. No entanto, a vitória deste mesmo alguém pode, ou não, beneficiar outros grupos, tendo em vista que a hegemonia de um grupo pode beneficiar ou prejudicar a ação e projetos de outros. Assim, poderíamos falar tanto de um choque de representações e de legitimidades territoriais, quanto de uma justaposição/assimilação de representações que influenciariam na composição do território.

Essa breve análise indica, então, que há uma infinidade de possibilidades na composição do território, e que os choques/tensões ou justaposição/assimilação das representações de diferentes grupos sociais sobre o espaço promovem, com efeito, disputas de legitimidades territoriais, que podem ser visualizadas em diferentes etapas da composição do território.

Neste contexto, insere-se pensar a questão da Baixada Fluminense. Como já mencionada, essa área se localiza no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e para muitos é tida como uma unidade regional de planejamento. No entanto, esta se insere na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Os problemas da indefinição de sua composição territorial derivam do proveito que esta indefinição traduz na disputa de legitimidades de grupos sociais, que tornam possível a emergência de diferentes representações sobre o território que possuem em fim último o domínio de uma área, território, por diversos grupos sociais sobre esta parcela do espaço fluminense. Tais indefinições traduzem-se num jogo de representações e de disputas de legitimidades territoriais que incluem e excluem espaços como estratégia de poder. É importante lembrar que tal definição imputa a alguns uma possibilidade de inserção ou de auto-exclusão na composição territorial, tendo em vista que estes possuem o que chamamos de *trunfo de legitimidade territorial*, o qual designa, em síntese, o proveito que um dado território, e portanto seu grupo social, possui de se incluir ou excluir de uma dada composição territorial, buscando se

beneficiar das representações ou projetos espaciais que estão ou serão desenvolvidas para uma dada composição territorial.

Para a fundamentação da idéia de *trunfo de legitimidade territorial*, partimos das proposições de Claude Raffestin, quando este menciona os trunfos de poder, que podem ser a população, os recursos, a língua e o próprio território. A idéia de trunfo estaria baseada nas possibilidades de proveito para a retomada ou perpetuação do poder, o qual variaria de acordo com o grupo social, que sustentaria, em maior ou menor grau, essas bases de poder.

Rogério Haesbaert (2004) ainda complementa essa análise, afirmando que a capacidade de gerir esses trunfos de poder estaria diretamente associada aos meios que esses grupos sociais possuem em canalizar suas forças e informações, codificando, inclusive, a materialidade e a imaterialidade, a ação e o campo simbólico. Neste sentido, haveria um ideal de poder a partir da gestão desses trunfos que, segundo Raffestin (1993, p.60), estariam no alicerce das representações.

O ideal de poder é jogar exclusivamente com símbolos. É talvez o que torna o poder frágil, no sentido de que cresce a distância entre o trunfo real – o referencial [*Território*] – e o trunfo imaginário – o símbolo [*representação*].
(*menção nossa*)

Nesse sentido, percebe-se a íntima ligação entre o trunfo real e o simbólico, a ligação entre o território e a representação. Portanto, projetos de poder sobre o território representado podem, também, servir de trunfos de poder. No caso da Baixada Fluminense, esse trunfo é desenvolvido no jogo por alguns líderes políticos municipais na compensação de perdas e ganhos da trama de representação hegemônica da Baixada.

A concepção que lançamos de uma “geopolítica da inclusão-exclusão” é, então, entendida no jogo dessas representações. As tomadas de trunfos de legitimidade territorial possibilitam a inclusão e a exclusão de espaços de poder, territórios, de uma dada composição. Essa “geopolítica” vai ao encontro daquilo que Felix Guatarri (2004) aborda em sua “cartografia do desejo”, onde até mesmo o sentido dado às coisas, pensando aí na esfera simbólica, é capaz de conduzir atos políticos que almejam a conquista de poderes. Dessa forma, torna-se ainda mais complexo e sutil o entendimento de uma composição territorial. A Baixada Fluminense, enquanto tal, é recortada por “desejos” diversos que, ao se imbricarem, produzem muitas “Baixadas”.

A idéia de inclusão ou exclusão de municípios no conjunto de uma Baixada Fluminense se vislumbra nos interesses de diferentes grupos sociais que mascaram, ou dificultam, uma leitura apurada dessa política do espaço que se desenha no Estado do Rio de Janeiro.

Tal temática será abordada com maior ênfase no último capítulo dessa dissertação. Porém, ainda gostaríamos de apresentar algumas composições territoriais preponderantes que se desenrolam sobre a idéia de Baixada Fluminense e simbolizam, também, o choque/tensão ou justaposição/assimilações de representações territoriais, que servem de trunfos de poder das representações sobre a composição territorial da Baixada Fluminense. Logo, pensar esses caminhos nos auxilia a entender como se enquadram as perspectivas projetadas sobre a Baixada Fluminense.

3.2.1 – Composição pautada na história territorial

Esta concepção é orientada pela “razão” dos estudos de casos de uma história e geografia regional. É associada aos trabalhos acadêmicos de sujeitos oriundos da própria Baixada Fluminense. Em geral, enfatizam a problemática da composição territorial compartilhada por muitos autores, que partem do princípio de que esta Baixada Fluminense se formaria pelos municípios desmembrados do antigo domínio territorial de Nova Iguaçu (SIMÕES, 2007, SANTOS SOUSA, 1996). Já outros autores tomam como base os antigos estudos, como o de P.Geiger, sobre a relação do “Tabuleiro da Guanabara”²³ com a metrópole do Rio de Janeiro (BEZERRA, 2004; TORRES, 2005). Nessa segunda linha de pensamento, os municípios de Magé e Guapimirim não estariam relacionados à porção oeste da Baixada Fluminense, mas à “Porção leste da Baía da Guanabara”. Podemos mencionar a problemática dos municípios de Paracambi, Seropédica e Itaguaí nesta indefinição por não serem oriundos da antiga Vila de Iguassú nem do extinto município de Estrela²⁴.

²³ Nomenclatura também utilizada para denominar a região da Baixada da Guanabara.

²⁴ Simões(2007) afirma que o município de Estrela era composto dos antigos territórios de Magé e parte do território de Guapimirim e Duque de Caxias. Esse município tinha grande importância no escoamento do ouro e de produtos agrícolas no século XVII e XIX, em especial pela presença do Porto de Estrela, que deu origem ao seu nome do município extinto.

É importante ressaltar que grande parte da divulgação dessa representação está associada à produção intelectual em revistas locais e livros editados por diferentes institutos de pesquisa constituídos na Baixada. Cabe o destaque ao Centro de Memória de História Local da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Duque de Caxias (FEUDUC), o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias e o Instituto de Pesquisa de História da Baixada Fluminense (IPHAB).

3.2.2 - Planos de ação e intervenção diversas

Neste plano se estabelecem infindades de recortes para a Baixada Fluminense. Tais composições territoriais encontram-se baseadas em “razões” instrumentais: operacionalizar e definir ações. Existem inúmeros exemplos sobre esses tipos de recortes, no entanto, como exemplo, utilizaremos a regionalização que compreende como diversidade territorial os municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu, Mesquita, São João de Meriti e Duque de Caxias.



Figura 5 - Representação de uma proposta do programa Baixada Viva com destaque para ilustrar sua área de ação. Fonte: Programa Baixada Viva (Secretaria de Estado do Rio de Janeiro)

É importante salientar que esta representação regional foi utilizada por diversos agentes governamentais (Projeto Nova Baixada e Baixada Viva) e não governamentais (Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense – CIBAF – composta pelo Ministério da Saúde, ENSP/ Fiocruz, Escola de Saúde da Catalunha), ilustrando, assim,

uma Baixada Fluminense operacional, voltada para a execução de planos de intervenção material.

Outro exemplo de planejamentos e de estudos é a composição territorial proposta pela **Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN)** – a representação regional proposta por este órgão toma como base o desenvolvimento industrial, que acompanhou a área da Baixada Fluminense no ano de 2007. Tal proposta tem como base a delimitação de uma área para estudo e criação de prognósticos de desenvolvimento econômico.

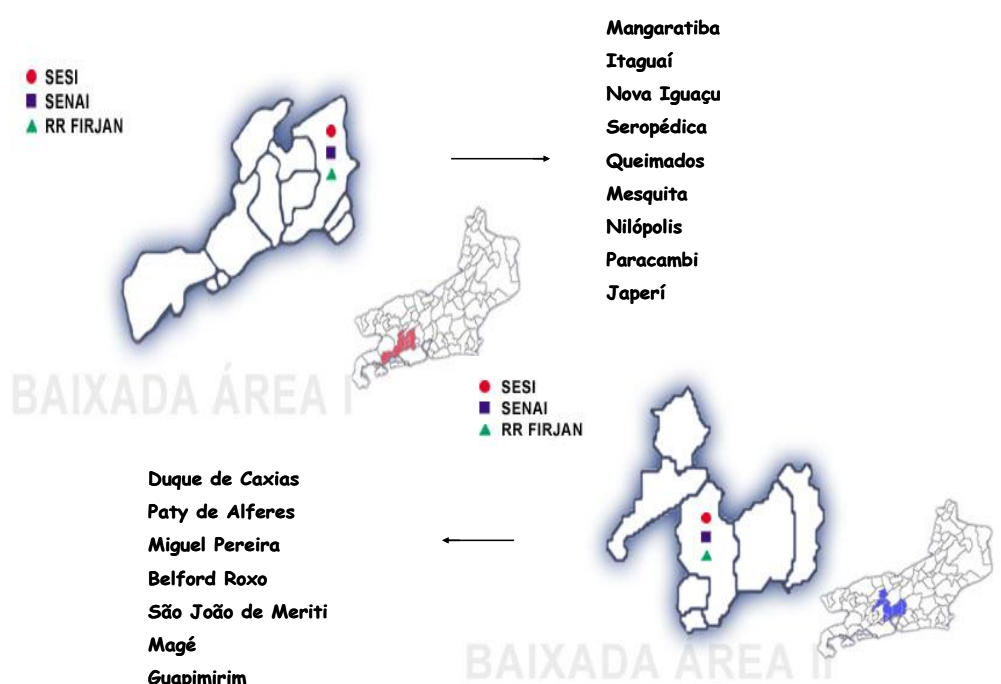


Figura 6 – Representação da composição territorial proposta pela FIRJAN. Fonte: sítio da FIRJAN (modificado pelo autor)

Nesta definição, até os municípios de Paty de Alferes, Mangaratiba e Miguel Pereira são incluídos na diversidade territorial do “*desenvolvimento da Baixada*”. Esta regionalização tenta integrar os municípios onde foram registradas as maiores altas de crescimento econômico, segundo a sondagem econômica regional do primeiro trimestre de 2007, intitulado-se “*Em expansão: estudo da Firjan revela um crescimento da indústria e do emprego na Baixada*”, contida no caderno especial do Jornal O Dia, de 1 de julho de 2007. É importante frisar que a FIRJAN divide a Baixada em “duas

regionais”, tendo nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias os locais de sede destas “regionais”.

3.3.3 - Interesses locais de representação territorial: *trunfos de legitimidade territorial*

Neste caso, varia da intenção proposta, seja para uma finalidade cultural, política ou econômica. Um exemplo claro é a representação feita pela Secretaria de Turismo e Guapimirim. Para esta, pertencer à Baixada Fluminense pode levá-la a prejuízos econômicos, visto que poderia acarretar numa suposta diminuição no fluxo de turistas para o local, tendo em vista a representação de violência associada à idéia de Baixada. Desse modo, é mais vantajoso afirmar-se pertencente à Região Turística da Serra Verde Imperial. Essa ação modifica a composição territorial da Baixada Fluminense.

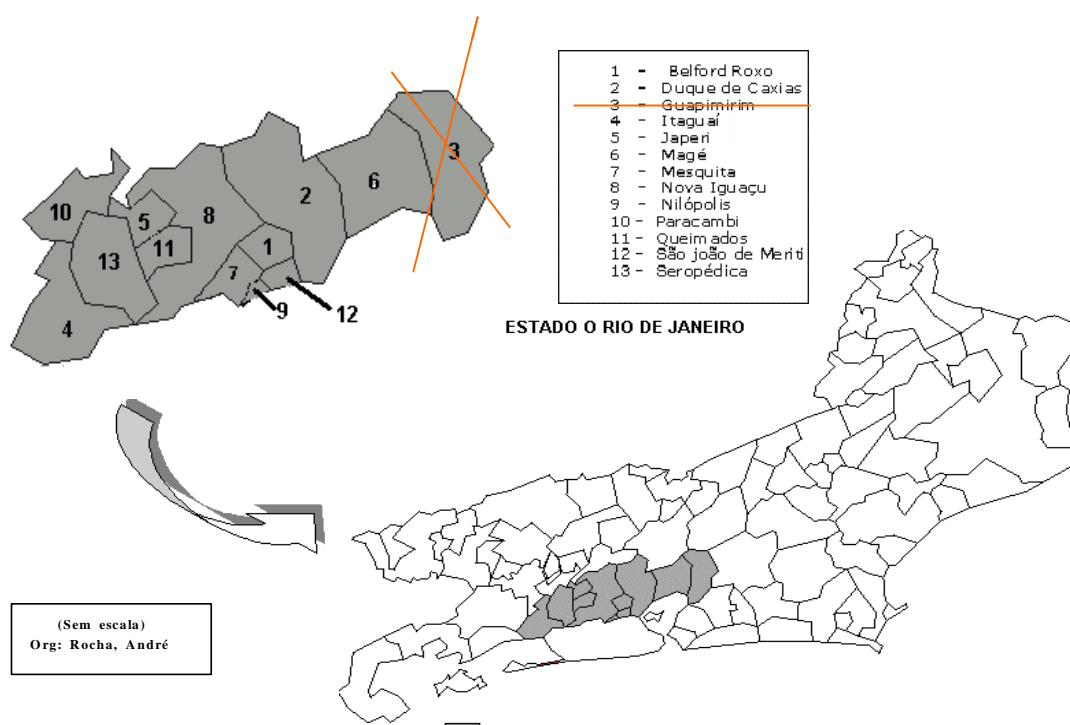


Figura 7 – Representação da Baixada a partir da secretaria de Turismo de Guapimirim. Organizado por André Rocha a partir de entrevistas na secretaria de turismo da prefeitura de Guapimirim.

O município de Guapimirim é um exemplo de uso do *trunfo de legitimidade territorial*, pois a secretaria de planejamento urbano deste município se afirma pertencente à composição da Baixada Fluminense quando há a promoção de projetos de infra-estrutura e saneamento para essa área. Há, então, um aproveitamento das vantagens da redefinição do contexto do território, e juntamente com Guapimirim, poderíamos enquadrar outros municípios: Magé, Seropédica, Itaguaí e Paracambi. Para tanto, reservaremos uma parte do capítulo 4 para a análise dos benefícios de ser ou não ser Baixada Fluminense.

Diante desses exemplos, torna-se evidente que há um impasse numa definição da composição territorial para a Baixada Fluminense, sendo esta utilizada como um instrumento operacional de ação no espaço. Atualmente, diferentes ações dos poderes públicos (locais, estaduais e federais), órgãos de planejamento, associações e grupos empresariais têm modificado as estruturas socioespaciais dessa área, seja no âmbito político ou no econômico. Essas modificações têm contribuído para a emergência de diferentes “representações” sobre a composição territorial da Baixada Fluminense. Isso deixa evidente que há um impasse político sobre sua “composição territorial”, envolvendo interesses de grupos mais diversos.

Discutir qual é a unidade da Baixada Fluminense nos impediria perceber essa “jogada representacional” que toma de assalto o idéia de Baixada. Estabelecer representações territoriais sobre a Baixada é estabelecer um recorte no espaço. A cada recorte para a Baixada se vislumbra um interesse, a cada interesse uma estratégia territorial e a cada estratégia encontramos um teor representacional que sustenta sua razão para legitimar um poder.

O conceito de representação e território é fundamental no entendimento desses inúmeros recortes, composições territoriais, para a Baixada Fluminense. A Baixada não se define por uma unidade, mas por um conjunto de interesses que nos levam ao mais profundo êxtase das representações de sua composição territorial. É por isso que a Baixada dada por uma “indefinição” se coloca como *um objeto espacial de poder* que pode legitimar ações dos mais diversos grupos sociais. Relembrando Yves Lacoste (2007, p.35), de que “as representações do espaço podem ser meios de ação e instrumentos políticos”, as representações sobre a Baixada Fluminense, quando tomadas no plano da composição do território, traduzem-se como instrumento político na busca intensa da legitimidade de poder.

Neste sentido, propomos uma análise sobre como o choque/tensão e justaposição/assimilação de representações sobre a Baixada podem influenciar na composição territorial da mesma, e como também as práticas espaciais influenciam nas formulações de representações. É, portanto, através do binômio território-representação que caminharemos na análise das diferentes composições territoriais propostas pelas representações de alguns grupos já apontados no capítulo 1, que serviram de base para a construção do próximo.

CAPÍTULO IV – BAIXADA FLUMINENSE: REPRESENTAÇÕES E DISPUTAS DE LEGITIMIDADE NA COMPOSIÇÃO TERRITORIAL.

Este capítulo resulta de um cruzamento de dados empíricos com a sistematização teórica. Este trabalho, ainda, baseou-se em: a) *dados de órgãos de pesquisa e planejamento e gestão* como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o CIDE (Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro), a FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), o SEDEBREM (Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana e Baixada Fluminense); b) *Fontes de jornais de grande circulação no Estado do Rio de Janeiro* – Jornal do Brasil, Jornal O Globo, Jornal O Dia e Jornal Extra; c) *Fontes Documentais* e d) *Entrevistas dirigidas*.

O objetivo principal é apresentar as diferentes representações sobre composição territorial da Baixada Fluminense e, assim, sinalizar os choques/tensões e justaposição/assimilação entre as diferentes representações sobre a Baixada. Buscaremos, também, mostrar os impasses gerados pelo jogo de inclusão ou exclusão na composição territorial e como os diferentes grupos se beneficiam através de um *trunfo de legitimidade territorial* sobre a ambivalência de uma composição sobre a Baixada.

4.1 - Baixada - construção de sua representação hegemônica

É sabido que a noção do que se conhece hoje como Baixada Fluminense foge do domínio que relaciona sua nomenclatura à definição de uma região natural, conforme apresentado no capítulo primeiro. A idéia atual apresenta uma composição territorial que leva em consideração representações com parâmetros relacionados a dimensões políticas, sociais e econômicas, construídas no processo da expansão urbana do Rio de Janeiro. Dessa forma, o que se associa, comumente, à Baixada Fluminense é a representação de alguns municípios que fazem parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e que estão localizados na porção oeste da Baía da Guanabara.

Segundo Maria Therezinha de Segada Soares (1962), foi esta a porção territorial absorvida pela “célula urbana do Rio de Janeiro”, intensificada pelas constantes ondas loteadoras, já apontada por Geiger e Mesquita (1956). Mas, afinal, pode-se questionar por que esta é a porção que recebe o nome de Baixada Fluminense. E, também, por que esta denominação nos representa algo melindroso, como morte, violência, medo, miséria etc. O processo de inserção da Baixada Fluminense à condição de periferia nos traduz uma via para entender o teor da representação hegemônica associada a condições de miséria, violência e descaso social.

Neste sentido, afirmamos que a história territorial dessa área, pensando as práticas espaciais e, sem dúvida, as representações da conjuntura social que forjam a construção do território usado (SANTOS e SILVEIRA, 2008), contribui para a construção dessa representação, que chamamos de hegemônica.

Basta entendermos que, num primeiro momento, havia uma grande conexão entre o Rio de Janeiro e a “Baixada da Guanabara” na produção material desta porção do espaço fluminense, reportando à parte oeste da Baía de Guanabara, ainda nos séculos XVII e XVIII. Essa interação econômica se dava pela circulação de produtos que perpassavam as localidades dessa Baixada, uma vez que a mesma servia de entreposto comercial e área de produção agrícola, tal como a produção da laranja, cana-de-açúcar, aipim etc.

A construção da Baixada da Guanabara, enquanto periferia da cidade do Rio de Janeiro, tem seu processo intensificado após os anos de 1950 (LAZARONI, 1990). A incorporação da *célula urbana*²⁵ ocorreu a partir das necessidades de absorver o crescimento populacional que os municípios sofreram nos anos 1940 e 1950, em especial, com a chegada de imigrantes de diversas partes do estado do Rio de Janeiro (região sul, noroeste e norte fluminense) e do Brasil (região nordeste, por exemplo).

Para Simões (2007), o surto de crescimento da população, desencadeado ao longo da segunda metade do século XX, atribui ao território um uso intenso e “desordenado”. No caso da Baixada da Guanabara, não houve um amparo em infraestrutura básica, demonstrando a consolidação de expressões sócio-territoriais que se associam a pobreza, violência e miséria aos municípios que irão compor a idéia atual de

²⁵ Importante lembrar que esse termo faz referência à antiga área do município de Nova Iguaçu, que correspondia a maior parte dos municípios que compõem, atualmente, a parte leste da Baía de Guanabara, com exceção do município de Magé. Por isso insistimos na proposta de associar a representação hegemônica da Baixada Fluminense aos municípios oriundos de Nova Iguaçu mais o município de Magé.

Baixada Fluminense, atreladas então a uma condição de “periferia da periferia” (SANTOS DE SOUZA, 2002).

Toda a ausência política promoveu um crescimento de um poder local, que se estruturou no “vazio” deixado pelo Estado, dando cabo a uma possibilidade de ação de um poder “marginal” marcado pelos domínios dos “esquadrões da morte”. Para Alves (2003), cria-se um cenário ótimo para a presença destes “novos coronéis” que se caracterizam pela imposição de sua supremacia política pautada na “violência”.

José Claudio Alves (2006) menciona, também, que a “ausência” do Estado, muitas vezes, é proposital e é tida como uma forma de violência e uma estratégia na consolidação de interesses políticos que permeiam toda a tessitura social, que no caso da Baixada envolve as práticas do “poder paralelo” e do poder legítimo, o Estado. O autor cita esse caso num relatório sobre a impunidade na Baixada:

É no campo político que se estabelece as maiores ambigüidades desta realidade na qual se insere a Baixada. A trajetória política de vários membros de grupos de extermínio, eleitos a partir da notoriedade adquirida enquanto matadores, nos dá toda a dimensão da tragédia das milhares de pessoas cuja única segurança pública foi dada pela atuação dos esquadrões da morte, pelo controle exercido recentemente por traficantes e pela atuação comprometida do aparelho judiciário que, em mais de 90% dos casos de homicídios não consegue identificar a autorias dos crimes nem constituir processo (ALVES, 2006, p.35-36)

Assim, em toda a Baixada Fluminense se consolidam espaços de violência e medo social. Tal perspectiva, que possui, então, uma dimensão histórica, obteve tanta evidência que um de seus municípios, Belford Roxo, esteve entre as cidades mais violentas do mundo durante os anos 1980 (ROCHA, 2007). Alguns títulos de reportagens de jornais revelam isto: “*Baixada, debate da criminalidade*”²⁶, “*Baixada, em 6 meses: 198 homicídios, 136 misteriosos*”²⁷, “*Baixada tenta mudar a imagem violenta*”²⁸ “*Comissão de Justiça e Paz pede a ministro medidas contra crime na*

²⁶ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14/04/1980

²⁷ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro. 18/06/1975

²⁸ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 03/09/1984

*Baixada*²⁹ “*Os mitos da Baixada Fluminense*”³⁰, os quais reforçam o imaginário da violência. Em um caso mais recente, no ano de 2005, ocorreu na Baixada Fluminense mais um cenário desta violência, uma chacina, que aconteceu em vários bairros, obtendo uma repercussão internacional³¹, o que solidifica mais ainda esse tipo de representação.

É importante salientar que no âmbito do governo estadual se presenciava um drama político, reportando-nos à ambigüidade política para região metropolitana que começara a se forjar no estado do Rio de Janeiro. Esse drama advém da fusão entre os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Durante a década de 1970, os limites de uma territorialidade simbólica entre estas partes eram significativos, prevalecendo mesmo depois da fusão no ano de 1974. O processo da formalização política da Região Metropolitana do Rio de Janeiro se projetou de maneira muito singular, pois a extensa malha urbana do Rio de Janeiro encontrava-se recortada por um desafio político, proposto pela existência de dois governos estaduais, um do antigo Estado da Guanabara (atual município do Rio de Janeiro) e outro do Estado do Rio de Janeiro (composto pelos municípios da periferia da metrópole e do interior do estado).

Assim, mesmo com a institucionalização da região metropolitana do Rio de Janeiro, as políticas para a mesma, em sua maior parte, sempre estiveram dissociadas de uma ação totalizante diante das representações sócio-territoriais dos espaços bem definidas no cerne do urbano fluminense. Tais representações se consolidam na legitimação simbólica das fronteiras no espaço intra-metropolitano fluminense. Há, desse modo, a construção da distinção entre o que seria o Rio de Janeiro, para Carlos Lessa (2002) a “vitrine do Brasil”, e de sua periferia marginalizada, a Baixada Fluminense.

A representação de um espaço marginalizado relacionado à Baixada Fluminense vai ser predominante, especialmente pela promoção de políticas precárias do poder político local e estadual, em vias de abrigo para infra-estrutura social: saneamento básico, pavimentação de ruas, iluminação pública, áreas de lazer de domínio público etc. É, portanto, com essa representação, que as principais notícias de jornais e revistas se voltavam para a qualificação da “Baixada Fluminense”.

²⁹ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 31/03/1978

³⁰ Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 21/04/1979

³¹ “Caderno especial sobre a chacina na Baixada Fluminense”, Jornal EXTRA, 02/04/2005

Neste sentido, Alves (2003) relata uma representação da Baixada contida na reportagem sobre a chacina na Favela de Vigário Geral, localizada no município do Rio de Janeiro. O referido autor menciona que, durante essa entrevista, uma deputada federal afirmou lamentar o que ocorria em “uma favela da Baixada Fluminense”. Assim, a questão que se processa a partir disso é: será que a violência e o medo são as diretrizes da representação da Baixada Fluminense?

Diante das descrições sobre a produção material e imaterial desta Baixada Fluminense, percebe-se que há uma substituição de sua nomenclatura, que serve para representar e qualificar os significados de uma produção desigual no urbano metropolitano fluminense. No período hodierno, isso serve para justificar projeções políticas e ideológicas sobre este espaço, ou seja, serve para legitimar o poder de determinados grupos sociais que se perpetuam, por exemplo, nas tramas do poder político local desta área (BARRETO, 2006; SOARES DA COSTA, 2006) que, em suma, atribui um legado territorial para alguns municípios da dita parte oeste da Baixada da Guanabara.

4.1.1 – O legado Territorial da representação hegemônica

A representação territorial ligada à idéia de violência, miséria e medo é, então, a representação hegemônica construída, sobretudo, pelas práticas espaciais e pela grande mídia dos anos de 1970 e 1980. Pensar num legado territorial dessa representação territorial nos é possível através de uma correlação traçada entre as representações sobre a composição territorial produzidas.

De certo modo, poderíamos apontar que há uma justaposição/assimilação de representações na construção de um legado territorial à idéia proferida pela *grande mídia (inserido no grupo 1 - os de fora)*, associada ao pensamento aqui exposto de uma história territorial, versada por alguns sujeitos oriundos da própria Baixada, José Claudio Alves, Manoel Ricardo Simões e Gênesis Torres (*inseridos no grupo 2- os de dentro*). É importante lembrar que a escolha destes três sujeitos e de seus pensamentos reside, também, no fato de os mesmos representarem parcial ou integralmente pensamentos de intelectuais/acadêmicos oriundos de universidades e centros de pesquisa localizados na Baixada Fluminense.

Contudo, é importante lembrar que agrupamos, metodologicamente, as representações produzidas em dois grupos: grupo 1- aqueles que produzem representações fora da Baixada, *representações do espaço*, que no trecho em questão privilegiaremos a grande mídia, baseada em reportagens de jornais de grande circulação no estado Fluminense; grupo 2 – aqueles que produzem representações de dentro da Baixada, *espaços de representação*, tomando como análise as representações de acadêmicos oriundos da Baixada. Temos a finalidade aqui de entender como essas representações ora apresentam uma tensão ou choque, e ora se assimilam e se justapõem nas disputas de legitimidades sobre a Baixada.³²

O pensamento deste três sujeitos versam sobre a perspectiva de uma história territorial, ou seja, de um legado de representação atribuído a esta área sobre as práticas espaciais/políticas desenvolvidas ao longo século XX, que, embora demonstrem divergências na composição final da abrangência de uma Baixada Fluminense, contêm bifurcações em suas representações territoriais juntamente com as representações da grande mídia, que nos permitem traçar uma espécie de legado territorial a alguns municípios. No entanto, para melhor sustentar nosso argumento, torna-se necessário, ainda, revisitarmos as idéias destes três sujeitos.

Manoel Ricardo Simões (2007) propõe uma Baixada Fluminense a partir das emancipações, que demonstram, além das práticas e estratégias de oligarquias locais na legitimidade de um poder territorializado, uma estrutura histórica típica do próprio estado fluminense no histórico quesito da distribuição de terras. Para esse autor, a Baixada Fluminense seria formada por todos os municípios oriundos da antiga Vila de Iguassú, que se emanciparam após a segunda metade do século XX (ver figura 8). Seriam eles: São João de Meriti, Nilópolis, Duque de Caxias, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita.

³² É salutar esclarecer que esse agrupamento apresentado no capítulo primeiro é fruto da fundamentação teórica Henri Lefebvre(1972; 2006) e A. Bailly (1995) que sintetizamos em uma proposta teórica-metodológica para analisarmos as disputas de legitimidades sobre o espaço.

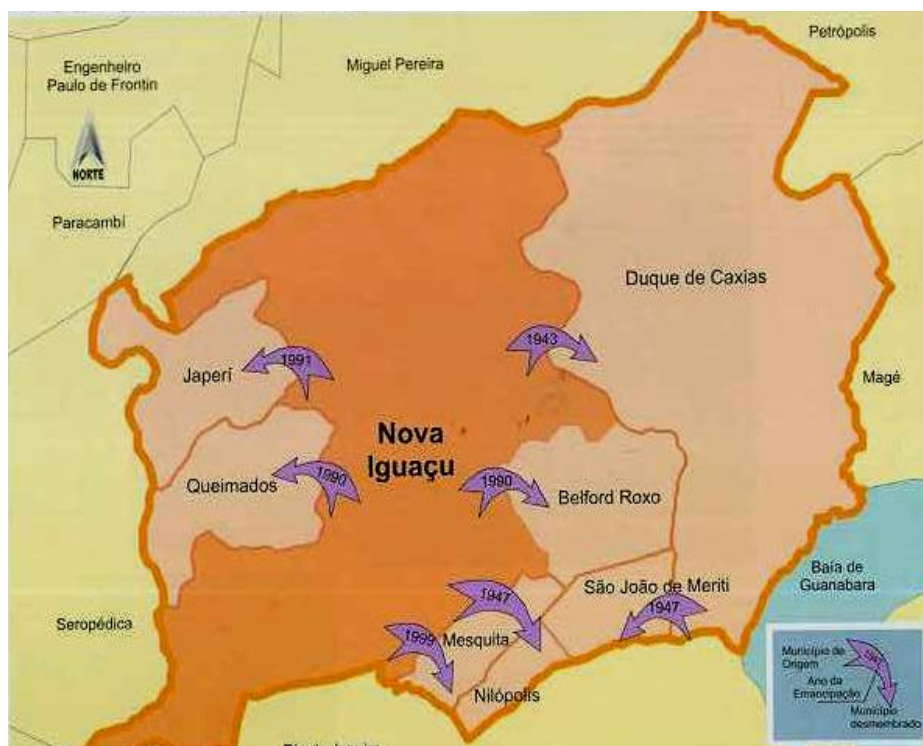


Figura 8 – Mapas das emancipações em Nova Iguaçu. Fonte: Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu, 2004, p7.

A proposta de Manoel Ricardo Simões enfatiza, então, uma composição territorial com oito municípios. Nesta mesma perspectiva, José Claudio Alves (1998), em sua tese de doutorado intitulada “*Baixada Fluminense: a violência na construção do poder*”, destina a essa temática o primeiro capítulo, cujo título é bastante provocativo: *Baixada Fluminense: limites, definições e interpretações*. Esse autor, muito ligado a APPH-CLIO/FEUDUC, demonstra as indefinições sobre a Baixada na perspectiva de uma unidade, mas que, ao longo de sua tese, deixa clara a tendência de um legado de representação de Baixada associada aos municípios oriundos da antiga Vila de Iguassú, atual município de Nova Iguaçu, mas inclui também o município de Magé. Porém, o autor em foco é enfático ao afirmar que a marca da Baixada está associada à idéia de violência, onde a composição territorial da Baixada Fluminense estaria à mercê de um novo fato de violência. Ou seja, a composição territorial da Baixada Fluminense se desenharia, sobretudo, nas reportagens jornalistas, a partir de um “novo” fato de violência que, então, provocaria uma “necessidade” de espacialização.

Essa espacialidade, para o autor, é a composição imprecisa da Baixada Fluminense. Neste caso, a violência seria o elo de integração na composição territorial. Essa ação acabou encontrando nos relatos da grande mídia o veículo principal de difusão dessa representação. Assim, Alves (1998, p.10) ainda complementa:

A definição da Baixada se dará tendo em vista a questão da violência. Nessa definição, entram os elevados índices de homicídios, matéria-prima a partir da qual se produziu a vinculação da região com a violência, sobretudo através dos meios de comunicação (...). Não seria difícil compreender, seguindo essa lógica, o que poderíamos chamar de “baixadização” de alguns bairros cariocas (...) A violência, que serviu de referência na demarcação da fronteira entre o mundo civilizado e a barbárie, separando a cidade do Rio de Janeiro da Baixada Fluminense, ao longo de duas décadas, foge agora dos seus limites espaciais (...) (*Grifo nosso*)

O que mais nos chama atenção, nesse trecho, é a idéia de “violência como fronteira” que José Claudio Alves utiliza pra distinguir a Baixada no âmbito do estado do Rio de Janeiro. Essa representação fora muito usada por políticos locais na construção de seus legados políticos que se estenderam, inclusive, a seus familiares, como foi o caso estudado por André Rocha (2007) sobre Jorge Julio da Costa Santos (o JOCA), ex-prefeito da município de Belford Roxo, conhecido por estar ligado a grupos de extermínio.

Esse exemplo traduz uma justaposição/assimilação entre as representações territoriais produzidas para o proveito de um poder político local, que na visão de Alves (2003) se consolida através do poder da violência. O que importa então não é a composição da Baixada, mas a consolidação de interesses particulares que em maior ou menor grau influenciam na composição desta área. No entanto, o exercício de tais práticas de legitimidade de poder está diretamente associado aos municípios oriundos de Nova Iguaçu mais o município de Magé.

Em outra proposta sobre uma definição de Baixada Fluminense, Gênesis Torres, já numa perspectiva histórica memorialista, enfatiza uma Baixada pautada na idéia de tabuleiro da Guanabara, onde aconteceram atos importantes da história do Brasil. Segundo Gênesis Torres (2008), esta Baixada também é possuidora de um patrimônio

cultural importantíssimo e que deve ser melhor explorado e conservado. A partir desta visão, que é também compartilhada por seu grupo intelectual do IPAHB, a Baixada Fluminense seria composta por 14 municípios. A saber: Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Japeri, Paracambi, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Magé e Guapimirim (*ver figura 9*).



Figura 9 – Representação da composição territorial da Baixada Fluminense pelo IPAHB. Fonte: Instituto de Pesquisas e Análises Históricas e de Ciências Sociais da Baixada Fluminense. Disponível em www.ipahb.com.br Data do acesso: 26/05/2007.

Nessa representação da composição territorial da Baixada Fluminense, inserem-se como dados discrepantes dos outros sujeitos citados, a inclusão dos municípios de Mangaratiba (tradicionalmente associado à Costa Verde) Itaguaí, Seropédica e Guapimirim. É importante lembrar que sobre este último município, muitos pesquisadores ligados a APPH-CLIO/FEUDUC consideram a possibilidade de inserção de Guapimirim na composição territorial da Baixada, uma vez que parte do território de Guapimirim é oriunda do município de Magé.

Outro fator que pode ser apontado para a definição de um núcleo espacial de representação hegemônica é a proximidade do número de municípios da composição oriunda dos municípios de Nova Iguaçu mais o município de Magé, com a proposta da antiga FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana). Segundo José Claudio Alves (1998), esse órgão usava critérios como o grau de urbanização e a densidade populacional associado à Baixada Fluminense, o que se denominou de UUIO (Unidades Urbanas Integradas do Oeste), que, em síntese, expressa as porções espaciais de expansão da mancha urbana da metrópole carioca (SOARES, 1962).

A antiga FUNDREM dará, nas décadas de 1990, origem ao SEDEBREM (Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana e Baixada Fluminense), que prevaleceu durante os governos de Marcello Alencar (1994-1997) e de Anthony Garotinho (1998-2001), transformando-se na atual Secretaria da Baixada Fluminense. Este órgão sintetiza uma ação dos órgãos de planejamento do governo do Estado que atua em consonância com um grupo da Associação de Prefeitos da Baixada Fluminense, que de forma geral se enquadram em outras possibilidades de choques/tensões e justaposição/assimilação sobre as representações da composição territorial da Baixada Fluminense.

4.2 A Baixada e a legitimação do poder - os regionalismos políticos e os planejamentos territoriais.

É importante lembrar que a representação, como invenção social, está sempre em um jogo de disputas de assimilação ou de tensão. A representação hegemônica que marca a então Baixada Fluminense é um produto histórico que envolve práticas políticas de atores, agentes e sujeitos sociais, os quais compõem um quadro de relações de poder no âmbito da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O resultado dessas muitas representações configurara uma associação entre a representação de violência, miséria e medo social a uma parcela do espaço da região

metropolitana do Rio de Janeiro: a Baixada Fluminense. Essa parcela do espaço é regida por imbricações de interesses políticos, que apontam um molde político-territorial e que rege uma constante re-composição do território.

Se a composição do território é revelada por um emaranhado de peças, os municípios são as peças que compõem a Baixada Fluminense. Então, saber quem está ou não está inserido nessa composição traduz interesses políticos e culturais de diferentes grupos. A indefinição constituída em um horizonte simbólico representacional colocou um impasse sobre a definição da Baixada. Diante do quadro político que emerge na perspectiva da redefinição de um poder centralizado na esfera de comando das unidades administrativas, e na perspectiva da consolidação deste mesmo poder, projeta-se uma organização capaz de buscar uma relação político-territorial de uma entidade que “só existe” no campo da representação de violência. Ora, torna-se necessária uma articulação do próprio território, para que este seja visto no conjunto, a fim de impor uma lógica regionalmente politizada, capaz de reivindicar uma solidariedade territorial.

É nesse contexto que emerge uma “Baixada Política”. Essa unidade aparece nos discursos e palanques políticos (BARRETO, 2006) quando existe a necessidade de evocar uma existência territorial dessa Baixada para que, de forma corporativa, essa unidade possa receber, ou mesmo reivindicar de “modo solidário”, investimentos para a região. Um exemplo disso aconteceu na última proposta do Governo Federal, adaptando uma versão do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) às questões locais, versão PAC- BAIXADA.

A necessidade de organizar uma Baixada-Política está em organizar uma plataforma territorial de reivindicação. Essa plataforma atribui à Baixada uma personificação política, como se ela falasse por si. É nessa perspectiva que a Baixada passa a ser vista como uma unidade regional inquestionável, onde “todos” que habitam nessa área produzem a mesma representação territorial, numa composição “legítima”.

Dessa forma, a idéia de uma Baixada regionalmente inquestionável vai ao encontro das palavras de Iná Elias de Castro (2005) quando afirma a construção de um regionalismo político. Para a autora, a “região é um território”, porém nem todo território pode ser chamado de região, ou seja, a classificação da idéia de região passa pelo crivo de legitimidade, que muitas vezes se consolida através de interesses políticos. Quando esses interesses políticos consolidam uma plataforma de poder organizado em mais de uma unidade administrativa (município), torna-se possível construir uma

plataforma de reivindicação regional; isto é, estamos falando de um regionalismo político.

Assim, a Baixada Fluminense é produto, também, de uma representação do poder político local, que atribui um caráter personificado a esta área, constituindo, assim, a chamada Região da Baixada Fluminense, que nada mais é que a Baixada politicamente articulada em torno de interesses comuns. Ou seja, a Baixada Fluminense é produto, também, da representação política do poder político local, que usa o imaginário regional para construir, legitimar a existência regional de um território da Baixada.

Sobre essa construção, Castro (2005, p. 193) nos explica detalhadamente que:

Enquanto representação da realidade, a região faz parte do imaginário social, mas ela é também um espaço de disputa de poder, base para essa representação que é apropriada e reelaborada, tanto pela classe dominante como por outros grupos que se mobilizam para defender seus interesses territoriais.

Nesse sentido, é possível entendermos os porquês de uma busca e de uma disputa sobre a legitimidade territorial de uma Baixada Fluminense. O feito da mobilização sobre o território induz à necessidade de articulá-lo politicamente para defender interesses políticos que não se restringem a uma proposta partidária, mas amplia o debate ao consenso de que, afirmar-se regionalmente é se impor e garantir seus direitos sobre a seletividade espacial de alguns elementos que envolve diferentes propostas, o que inclui garantir seus direitos na seletividade espacial da políticas públicas.

A primeira noção de um regionalismo político na Baixada Fluminense, como destaca Jorge Luiz Rocha (2000), remonta a necessidade de rediscutirmos inclusive a questão da apropriação da terra na Baixada Fluminense. Para Alves (2003), a própria história de violência que marca a Baixada remonta a esse período. Mas seria, sem dúvida, com a figura política de Tenório Cavalcanti que a Baixada Fluminense ganharia notoriedade no cenário da política estadual do Rio de Janeiro.

Barreto (2006) aponta uma cartografia política desenhada na Baixada Fluminense, que ganha, inclusive, uma visibilidade em cenário nacional. Ao apresentar

as figuras políticas de Jorge Gama, José Camilo Zito e Lindberg Farias, exemplifica como ocorre o “*tempo da política na Baixada*”, desenhada na maioria das vezes entre festas e guerras. Sobre as festas, faz-se menção ao suporte político dado nas campanhas eleitorais que são acompanhadas de um grande “*show*” com uma celebridade musical ou artista da grande mídia, que ocorre simultaneamente a idéia de guerra. Essa guerra não é apenas uma disputa entre dois ou mais candidatos sobre a alegoria política simplista, mas refere-se à idéia de um conflito real calçado em ameaças, atentados e execuções.

Alessandra Barreto ainda salienta, na apresentação dessas figuras políticas, uma “ida e vinda” da política ou do percurso político desses personagens, que se associam diretamente com diferentes representações da Baixada. De um lado percebe-se a emergência do caso “Zito, que sai da Baixada Fluminense para o Mundo, e de outro, o de Lindberg Farias, que sai do Mundo para a Baixada”³³. Esses percursos colocam em evidência as faces e fases da política na Baixada, e apenas representam como o desenho político dessa área se sistematiza em torno dos promotores políticos que fazem de sua imagem uma imagem representativa do território.

De um lado a imagem de José Camilo Zito, que ora é associada a grupos de extermínio e a um poder pautado na violência de suas ações, destaca-se na gestão do município de maior destaque econômico no contexto metropolitano do Rio de Janeiro – Duque de Caxias –, que em dados do IBGE esteve no ano de 2000 entre as 10 cidades com maior PIB municipal. Essa imagem lhe favorece a condição de ser o deputado estadual mais votado nas últimas eleições (2006), com 163.156 votos. Numa reportagem sobre estas eleições, o Jornal O Dia atribuiu a este a menção de “Rei da Baixada”³⁴ com uma espécie de personificação da Baixada com esse político. Mas nos perguntamos: que Baixada?

De fato, essa menção é uma representação do que se constrói sobre a política na Baixada Fluminense, porém essa construção não é apenas elaborada de uma representação interna de poder. Há grupos sociais com interesses claros e distintos sobre a hegemonia política dessa área da região metropolitana. A questão apresentada se fundamenta, entre outros pontos, no simples fato de que quase 30 % do eleitorado fluminense residem nesta área, o que lhes atribui como média pouco mais de 2,5 milhões de eleitores. É nessa perspectiva que se percebe, no momento atual, um olhar

³³ Apropriações feitas dos títulos dos capítulos III e IV da tese de Doutorado de Alessandra Barreto (2006), cujo título é *Cartografia Política: as faces e fases da Política na Baixada*.

³⁴ *Jornal o Dia*. Eleições 2006. Rio de Janeiro, 3 de outubro de 2006.

mais apurado da disputa eleitoral nos “domínios” da Baixada Fluminense. É nesse contexto que Alessandra Barreto apresenta “Lindberg Farias do Mundo para Baixada”.

A figura política de Lindberg Farias, num primeiro momento, nada tem de representativo à representação hegemônica de Baixada Fluminense. Uma vez tendo sua história associada aos movimentos sociais estudantis, sua identidade política não se construiu nos moldes da representação de violência e medo social que se consolida, durante muito tempo, na política da Baixada Fluminense. Porém, hoje, como atual prefeito de Nova Iguaçu, este representa uma imagem de uma nova Baixada, de uma Baixada do progresso, que tem sob sua liderança atual a “missão” de levá-la ao progresso, fundamentado no desenvolvimento econômico, que marca a Baixada na virada dos anos 2000³⁵.

No entanto, precisamos ponderar que a construção de uma representação política de Baixada Fluminense frente à imagem política de Lindberg também passa pelo crivo de uma legitimidade inventada, de uma representação que revela interesses de cunho político partidário. Hoje ele lidera, além da dita Baixada Política, a conhecida “onda vermelha”, que corresponde aos governos municipais que possuem o selo partidário do Partido dos Trabalhadores (PT). Entre eles podemos citar: Belford Roxo (prefeito - Alcides Rolim); Mesquita (prefeito - Arthur Messias); e Paracambi (prefeito - Tarciso Gonçalves Pessoa).

É importante afirmar que a necessidade de uma articulação de relações territoriais na Baixada, como um discurso regionalista, consolida-se, em sua maior dimensão, no poder político local que necessita criar o vínculo territorial para manter suas manobras político-partidárias. Essa dimensão é clara no primeiro projeto de uma associação de prefeitos da Baixada, a qual foi articulada nos anos de 1990 sob a liderança do prefeito Jorge Júlio Costa dos Santos, o Joca (MONTEIRO, 2002). Esse, por sua vez, tinha sua imagem política associada à representação hegemônica de Baixada Fluminense e era considerado por muitos uma figura política de “respeito”³⁶.

³⁵ Baseado na série de reportagens sobre o desenvolvimento econômico da Baixada no caderno *O Globo Baixada – Visão Econômica 2008* de 29 de junho de 2008. Entre elas há a referência ao crescimento industrial da Baixada Fluminense, sobre o qual Lindberg Farias concede entrevistas, apresentando suas políticas territoriais desenvolvidas nesse propósito.

³⁶ Entendemos aqui a fala de muitos dos moradores e políticos locais em duas perspectivas: a primeira associada aos feitos e atos políticos deste frente à gestão municipal; a segunda relacionada aos “atos políticos” legitimados na força e na violência (ROCHA, 2007).

Essa respeitabilidade o deixou conhecido como o “prefeito da Baixada Fluminense”. O caso emblemático e fatídico de sua morte constrói no imaginário popular de seu município de gestão, Belford Roxo, a representação de “melhor prefeito”. Porém, o que cabe destacar na menção deste momento é a “missão” que este estava a cumprir. Referendamos, então, o encontro que Joca teria com o então governador do Estado, Marcelo Allencar, quando, supostamente, estes estariam articulando as bases políticas para as eleições a governador, cujo conteúdo ainda é cheio de especulações, porém entre elas reside a idéia de que o Joca iria compor, sob tutela dos outros prefeitos da Baixada, uma candidatura a gestão do Governo Estadual juntamente com Marcelo Allencar.

É, então, sem dúvida, após os anos de 1990 que a Baixada Fluminense ganha maior notoriedade nas políticas de governo que se sucederam. Assim emergem políticas territoriais que criam uma Baixada Fluminense em seus recortes de intervenção, como é o exemplo dos programas Nova Baixada e Baixada Viva (ver figura 10), e a criação de uma secretaria de governo da Baixada Fluminense que fosse capaz de criar um diálogo com o poder político local e o governo estadual.

As representações promovidas pelos programas governamentais servem, também, para estabelecer um espaço de domínio e de ação em torno das políticas públicas. Deixa-se, aí, um impasse sobre o pertencimento de alguns municípios à “verdadeira Baixada”. É importante frisar que há, então, um choque sobre a legitimidade e o domínio de uma Baixada Fluminense. Mas voltamos a questionar: que Baixada é essa?

Essa Baixada não está associada, apenas, às dimensões administrativas dos municípios, mas à representação política que a nomenclatura “Baixada Fluminense” carrega. Essa representação se reflete na ambivalência da composição territorial proposta por esses diferentes grupos que são de dentro e de fora da Baixada. É nesse sentido que se torna complexa a indefinição territorial da Baixada, uma vez que sua composição está à mercê de diferentes representações, que, em primeiro lugar, visam consolidar seus projetos de poder

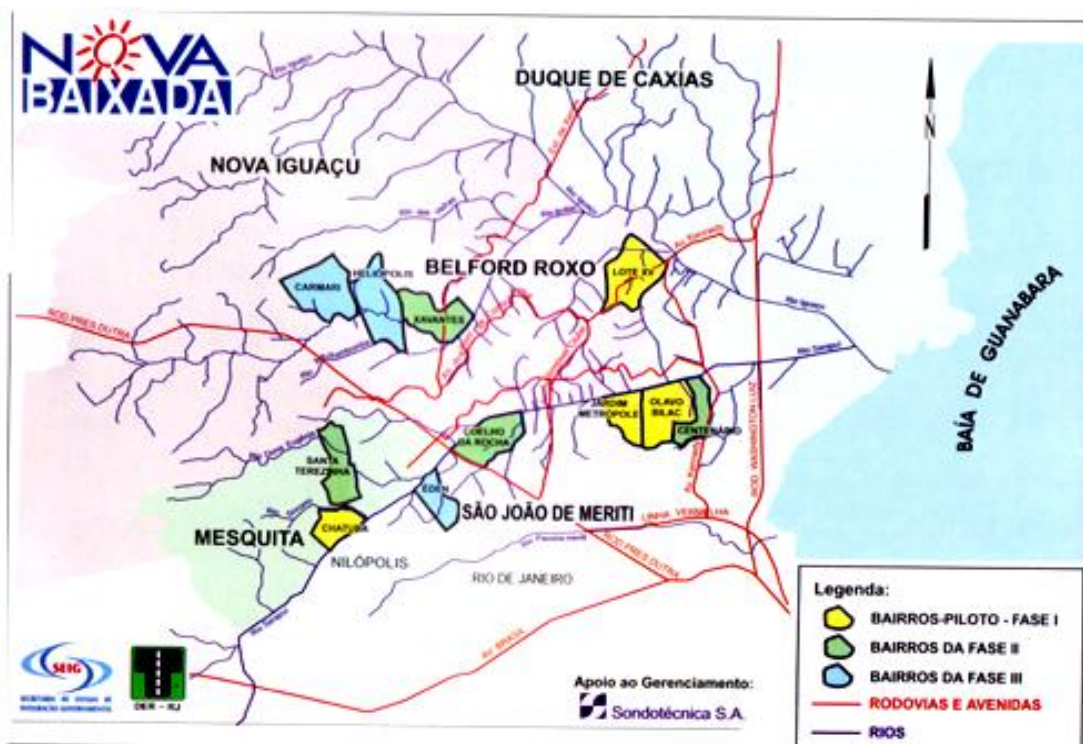


Figura 10 – Representação do plano de ação territorial do programa nova Baixada.

Fonte: Secretaria de Estado de integração Governamental SEIG/DER-RJ.

Como já exemplificado, a representação de um desses projetos, Nova Baixada³⁷, coloca, mais uma vez, outra composição territorial em sua unidade de planejamento, que por sua vez difere daquela Baixada política que, por seu turno, é similar à associação de prefeitos da Baixada. Existe, aí, um intenso choque e tensão sobre a composição territorial da Baixada que, evidentemente, não se resume à perspectiva política de uma Baixada organizada, mas, também, reside sua indefinição em estratégias tomadas por grupos locais na intenção de estabelecer suas representações espaciais que, em maior ou menor grau, influenciam na indefinição da composição territorial da Baixada Fluminense. Esse posicionamento se consolida no trunfo de legitimidade territorial que alguns municípios possuem para estabelecer seus projetos de poder.

³⁷ O programa tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população da Baixada Fluminense, particularmente suas condições de saúde e saneamento básico. Foram executados em alguns bairros dos municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu, Mesquita, Duque de Caxias e São João de Meriti. O programa ocorreu entre os anos de 1996 e 2005 (SEIG/DER-RJ)

4.3 - Baixada: ser ou não ser? Eis a questão! – Impasses e problemáticas da geopolítica da inclusão - exclusão.

Este sub-capítulo foi construído a partir das entrevistas dirigidas realizadas com representantes das secretarias de turismo dos municípios que indicamos previamente como possuidores do trunfo de legitimidade territorial (Guapimirim, Paracambi, Seropédica, Itaguaí) os quais, a partir do discurso do poder local e de características próprias de cada município, possuem a possibilidade de se inserir ou não numa composição de Baixada Fluminense. É importante mencionar que tais trunfos são partes constituintes das estratégias que diferentes agentes, atores e sujeitos sociais tomam para si, na possibilidade de constituir uma rede de benefícios políticos, econômicos e sociais no âmbito de uma política do espaço.

Essa dimensão, não antes explorada nos trabalhos sobre a questão do processo de composição territorial da Baixada Fluminense, é o que expõe a fragilidade de uma “verdade representacional”, de uma única e inquestionável representação da composição territorial da Baixada.

No tocante à Baixada Fluminense existem, então, múltiplas verdades sobre uma política do espaço. Essa relação que apresentaremos é uma das tensões que envolvem o choque ou assimilação que permeia a ambivalência da representação territorial sobre a Baixada Fluminense.

A realização de nossas entrevistas dirigidas e das pesquisas de campo realizados entre os meses de janeiro e junho de 2009, em alguns municípios, nos possibilitou formular um quadro base que indica essa tensão de ser ou não ser “Baixada”, ou seja, dessa “geopolítica da inclusão-exclusão”, mencionando as representações sobre a Baixada Fluminense difundidas pelos representantes dos agentes políticos dessas prefeituras.

Para entender essa geopolítica de inclusão-exclusão na composição territorial da Baixada Fluminense, é necessário entender que a representação hegemônica de Baixada Fluminense, é aquela que associa a violência aos problemas de infra-estrutura, à cidade dormitório, de economia e grau de “civilidade” inferior etc³⁸. Entra diretamente em

³⁸ É importante destacar que tais termos foram utilizados por muitos dos entrevistados ao relacionar a representação hegemônica da Baixada Fluminense.

choque ou mesmo se assimila com os interesses dos agentes políticos locais e de seus respectivos municípios de gestão.

A inserção ou não da unidade administrativa, município, dar-se-á pela vantagem que este pode receber na composição territorial em ele se insere. Ou seja, a prática de uma inclusão ou de uma exclusão dentro de uma composição territorial está diretamente ligada ao que se ganha e ao que se perde ao participar dessa rede, pois a representação X ou Y que se tem de um conjunto incide sobre a unidade, que pode trazer benefícios ao todo ou prejudicar a unidade. Quando esse último caso ocorre, este pode se auto-excluir de uma composição para se inserir em outra que o beneficie, desde que possua um trunfo de inclusão, que chamamos aqui de *trunfo de legitimidade territorial*.

Em síntese, apresentaremos a sistematização dos dados coletados nos trabalhos de campo e nas entrevistas dirigidas em forma de quadro comparativo (quadro 4), onde discorreremos a seguir sobre as questões do impasse de ser ou não ser “Baixada Fluminense”, além de abrir possibilidades de ampliar o debate sobre a idéia da geopolítica de inclusão-exclusão como partícipe no bojo da problemática do choque/tensão ou conflito/assimilação entre as diferentes representações territoriais sobre a Baixada Fluminense.

É importante salientar um item comum em três dos municípios selecionados: tanto o município de Guapimirim, quanto Paracambi e Itaguaí se associam a outras regionalizações devido à promoção turística. Já que estamos trabalhando com representações, é importante lembrar que a prática do turismo traduz, sobretudo, a venda de imagens dos lugares, ou seja, de suas representações. É por isso que grande parte das secretarias de turismo e cultura destes municípios possui a possibilidade de auto-exclusão na composição da Baixada para a inserção em uma “região” mais propícia ao desenvolvimento de suas respectivas atividades.

Quadro 4 – Comparativos dos municípios em seus trunfos na geopolítica da inclusão-exclusão na composição da Baixada Fluminense.

Município	Outra composição associada/ vantagem da integração	Fator de integração à Baixada	Trunfos de exclusão na composição de Baixada.
Guapimirim	Região Serrana/ promoção turística e cultural	Investimentos econômicos dos órgãos planejadores Baixada Política – Associação dos prefeitos da Baixada	Representação associada à violência e aos problemas sociais. Formação da região turística da região Serrana. Formação Geomorfológica Híbrida (parte de Baixada, parte Serrana).
Paracambi	Região Vale do café/ promoção turística e cultural	Investimento de órgãos planejadores Baixada Política – associação dos prefeitos da Baixada.	Representação associada à violência e aos problemas sociais. Desenvolvimento de políticas econômicas em torno do ecoturismo e turismo cultural, mais propícios ao Vale do Café. Impasses estruturais na formação de uma região turística da Baixada Fluminense. Origem político-territorial diferente das terras da antiga Vila de Iguassú.
Itaguaí	Região da Costa Verde/ Promoção Turística Região portuária – consolidação de sua condição singular.	Investimento de órgãos planejadores.	Representação associada a violências e aos problemas sociais. Crescimento econômico – dinamização proposta pela condição portuária. Desenvolvimento de um turismo local, ligado à região turística da Costa Verde. Origem político-territorial diferente das terras da antiga Vila de Iguassú.
Seropédica	Baixada Fluminense	Investimentos econômicos dos órgãos planejadores. Construção de identidade cultural. História de violência que é vinculada à cidade de Seropédica.	Origem político-territorial diferente das terras da antiga Vila de Iguassú.

Organizado por André Rocha.

Os meios pelos quais são difundidas as idéias de pertencimento territorial de um município em uma dada composição, passa pelo crivo de *quem fala, como fala e em que sentido fala*. Assim, a difusão das representações de alguns representantes destes municípios não significa a verdade absoluta ou uma unanimidade dos moradores dessas localidades, porém evidenciam uma representação corrente, que possui, de fato, uma *força de difusão espacial* de enunciação. Logo, o lugar de onde se fala, como nos lembra Michel De Certau(1994), remete-nos ao que é crível, memorável e o primitivo, práticas de legitimação.

Na realidade, pensar esses itens apresentados é pensar a moldura na qual as representações são colocadas para visualizar os projetos de poder. Assim, as representações proferidas sobre a Baixada Fluminense por estes representantes dos agentes políticos desses municípios são, portanto, objetos qualitativos de nosso trabalho, que indicam como as trajetórias de inclusão e exclusão na Baixada são desenhadas, bem como que vantagem e que trunfo de legitimidade territorial é possível visualizar. Em uma análise geral do quadro 4 podemos apresentar duas posições distintas, a saber:

- I - Exclusão - daqueles em que a representação hegemônica de Baixada Fluminense fere os objetivos principais da atividade econômica do turismo local, ou mesmo prejudica a “imagem” de desenvolvimento regional da unidade administrativa;
- II - Inclusão – pela necessidade de inserção por falta de opção de um “elo” com outras composições ou mesmo a possibilidade de vantagens que a representação hegemônica da Baixada Fluminense pode oferecer.

No primeiro grupo, podemos inserir o caso dos municípios de Paracambi, Itaguaí e Guapimirim, e no segundo o exemplo do município de Seropédica, que inclusive

passa pela necessidade de “inventar uma tradição cultural” para o pertencimento a composição da Baixada Fluminense³⁹.

A perspectiva de “exclusão”, mais precisamente de auto-exclusão, legitima-se na condição híbrida que alguns territórios oferecem e que servem, então, como “*trunfos de legitimidade territorial*”. Paracambi, por exemplo, recai neste caso. No âmbito da entrevista realizada com Evandro Castilho, diretor de cultura da secretaria de turismo e cultura do município de Paracambi mostra, inclusive, a imprecisão de situar sua cidade regionalmente:

“ Olha! Na minha opinião é o seguinte. Paracambi ta num..meio que no centro né?! Da, questão de Baixada e de Sul Fluminense. Aqui você tem, é.. Paracambi pegando esse eixo Seropédica, Itaguaí, Japeri, Nova Iguaçu, mas como você tem, também, Paracambi já pra serra pegando Paulo de Frontin, Mendes, Vassouras, né?! Barra do Piraí. Então , é...agente entende que Paracambi ta no meio disso...”⁴⁰

Essa condição de “meio termo” referente à localização espacial de Paracambi, atribui-lhe a possibilidade de inclusão na região do Vale do Café, pois ele ganha mais privilégios/vantagens em relação à condição de região turística. Na entrevista, ao mesmo tempo aparece, sem que seja citada a “representação hegemônica de Baixada”, com um sentido desgastado diante da prática turística na região do Vale do Café. Isso fica claro quando Carlos Castilho diz que “*o Vale do Café ganha uns pontinhos a mais né?!*”

Essa representação difundida pela prefeitura municipal explicita o movimento de auto-exclusão da composição territorial da Baixada e de inserção na região do Vale do Café. Tal sentido de representação pode ser visualizado através de *folders* de eventos culturais do município, como aparece nas figuras 11 e 12.

³⁹ É importante lembrar uma as práticas espaciais que compõem o processo de ação de diferentes grupos sociais no espaço, a “*fragmentação - lembramento*” (citada no capítulo 2), que revela a dimensão de uma geopolítica da inclusão-exclusão.

⁴⁰ Trecho da Entrevista realizada com Carlos Castilho, Diretor, ao dia 18 de maio de 2009, em resposta a pergunta sobre a vantagem ou desvantagem de estar próxima a região da Baixada Fluminense.



Figura 11 – Representação da Região do Vale do Café com destaque para a localização de Paracambi. Representação presente no folder do evento “café, cachaça e chorinho” de 2007 (modificado pelo autor)

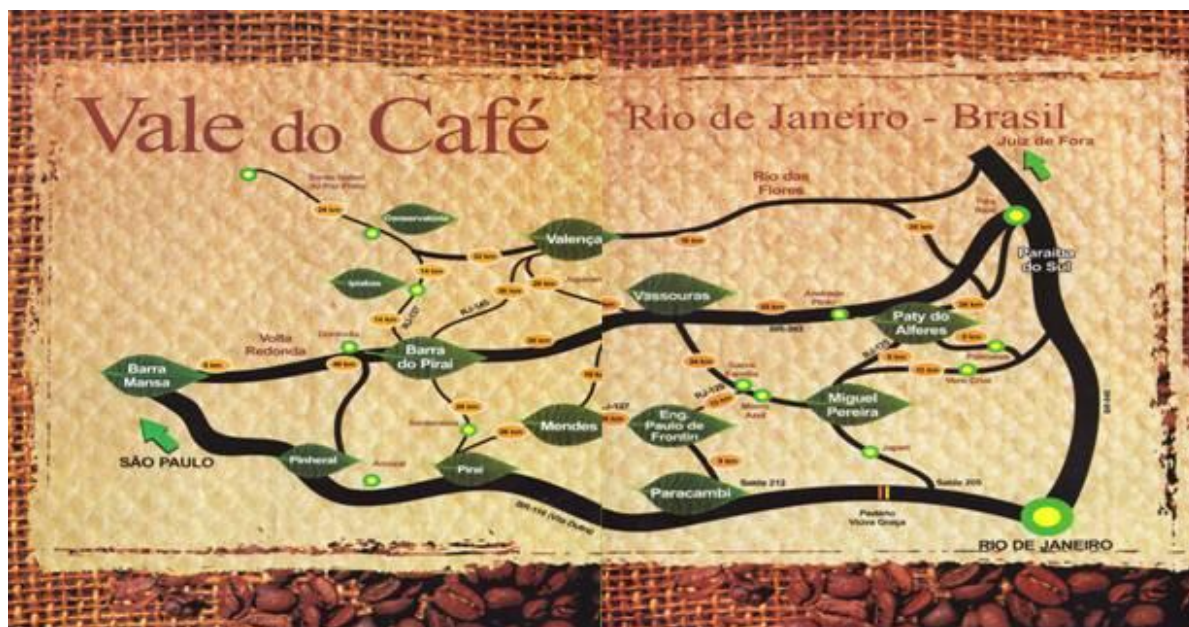


Figura 12 – Representação da Região do Vale do Café com destaque para a localização de Paracambi. Representação presente no folder do evento “Café, cachaça e chorinho” de 2009 que ocorreu de 17 a 21 do mês de abril.

As representações anteriores afirmam a prática da parte da ação da secretaria de turismo de Paracambi, na inserção em uma região do Vale do Café. A prefeitura Municipal de Paracambi vem, nesse sentido, se aproximando culturalmente dessa região. A exemplo, podemos citar os dois principais eventos da secretaria de turismo e cultura: *“Café, cachaça e chorinho”* – evento que reúne músicos nas praças das cidades, onde se explora todo o ciclo do café, bem como a culinária local dos municípios que fazem parte desse roteiro; e o *“Festival Vale do Café”* – que se propõe a difundir o circuito turístico da região com festividades programadas de todos os municípios do Vale.

A legitimidade de auto-exclusão de Paracambi na composição da Baixada Fluminense é situado, portanto, na localização próxima aos municípios da região turística do Vale do Café, servindo como um “portão de entrada” na região, e na condição dos problemas que a representação hegemônica da Baixada Fluminense atribui a este município. Além desses fatos, Valeria Motta, Superintendente de Turismo da Prefeitura Municipal de Paracambi, destaca que essa “inclusão” na região turística do Vale do Café possui uma perspectiva histórica:

...foi uma determinação do ministério do turismo, onde vem se fazendo um trabalho desde 1999quando veio o PNMT – programa nacional de municipalização do Turismo -, em 2002. Paracambi já estava inserida na região do Vale do Café. E foi reconhecida, como realmente, uma cidade que tinha mais a ver com a região do Vale do Café do que geograficamente com a Baixada Fluminense”⁴¹.(Grifo nosso).

É importante sempre relembrar que as formas de enunciação buscam dar um posicionamento favorável do lugar de onde se fala. A representação descrita busca uma legitimidade política de pertencimento, uma vez que a trajetória histórica e legítima de uma ordenação em nível federal justifica a inclusão de Paracambi na região turística do Vale do Café, excluindo-se, portanto, da Baixada Fluminense, ao ponto do termo “geograficamente” aparecer como sinônimo de legítimo para enfatizar a inclusão na composição territorial do Vale do Café. Valéria Motta ainda cita *“que uma parte de*

⁴¹ Entrevista realizada aos dias 18 de maio de 2009 com Valeria Motta - Superintende de Turismo da Prefeitura Municipal de Paracambi.

*Paracambi pertencia a Vassouras e outra Parte a Itaguaí, então tivemos muita ligação direta com a história do Vale do Café*⁴². Aparece aí outro item para uma exclusão da Baixada Fluminense, uma vez que a história político-territorial não teria ligações com a antiga Vila de Iguassú.

Assim, torna-se possível para Paracambi desfrutar da representação que o Vale do Café oferece, onde a venda de sua imagem se associa “*a gastronomia do Vale, nos cenários e fazendas do século XIX*”⁴³. A prática de auto-exclusão da representação da Baixada não se limita, atualmente, ao olhar e prática da secretaria de turismo de Paracambi, mas a outras secretarias, como a de agricultura e a do meio ambiente. Ela ainda aponta: “*a secretaria de Desenvolvimento econômico, agora, que está tendo também uma outra visão. Acredito que vai trabalhar muito isso aqui*”. A referência de “*trabalhar muito isso aqui*” sobre menção da secretaria de desenvolvimento é associada aos ganhos com a prática do turismo que a secretaria e o município têm usufruído por participar da representação que compõe o Vale do Café.

É importante sempre lembrar que o trunfo de poder em se incluir na representação numa dada composição territorial é sempre utilizado como um discurso legítimo, que o torna verdadeiro. Esse discurso nem sempre vem associado à necessidade de inserção numa composição. Ela pode aparecer na perspectiva de afirmação de um poder econômico e social próprio, como é o caso de Itaguaí, que se afirma como a “Cidade do Porto”, para afirmar seu diferencial das outras cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro, em especial, da Baixada Fluminense.

Na pesquisa de campo realizada no município de Itaguaí, entrevistamos o Sr. Enos Lage Bento, coordenador de imprensa de Itaguaí⁴⁴. Em uma de suas falas, ele deixa clara a representação que hoje predomina sobre a perspectiva de afirmação de Itaguaí como um município, em vias de desenvolvimento ou de desenvolvimento quase consolidado, em detrimento da Baixada Fluminense, por conta das ações da atual gestão.

Essa representação se torna evidente quando perguntamos sobre o andamento das atividades econômicas do município de Itaguaí:

⁴² Ibidem

⁴³ Trecho retirado do subtítulo do folder do evento Café, Cachaça e Chorinho, 2009 - realizado de 17 a 21 de abril.

⁴⁴ Cabe destacar que a coordenadoria de imprensa é vinculada diretamente à Secretaria Municipal de Indústria, Turismo e esportes.

A parte de turismo, já te disse, está sendo bem feita...começou agora na gestão do “Charlinho”(atual prefeito), foi dada ênfase a essa parte do turismo...O que mais eu posso citar? É a parte de Industrial, muito importante! Que é o carro-chefe da secretaria do Alexandre (**Secretário de Indústria, Turismo e Esportes de Itaguaí**). Itaguaí se tornou uma cidade industrial. De cidade da Baixada Fluminense de repente se torna uma cidade Industrial em potencial com a inauguração e a criação do Porto de Itaguaí, que antes tinha o nome de Sepetiba... que o prefeito “Charlinho” conseguiu que em Brasília mudassem no congresso Nacional o nome do porto...(Mensão nossa)(Grifo nosso)⁴⁵

Cabe aqui um destaque na fala grifada “*de cidade da Baixada Fluminense...se tornou uma cidade industrial*”. A representação nítida de que na Baixada não há desenvolvimento econômico e prosperidade é entendida como uma mensagem subliminar. Uma representação hegemônica que não foi necessária dizer, mas é entendida nas entrelinhas, já que essa foi a primeira pergunta da entrevista. Contudo, a necessidade de afirmação de melhorias econômicas traz, obrigatoriamente, a desvinculação de uma representação da Baixada Fluminense.

A idéia de localização de Itaguaí em relação á Baixada Fluminense também é um fator de auto-exclusão por se localizar na Bacia de Sepetiba, por ser um município litorâneo, nas proximidades da Região Turística da Costa Verde⁴⁶. A prefeitura de Itaguaí promove, então, uma representação de suas atividades buscando explorar “...florestas tropicais e cachoeiras de águas cristalinas...acervo histórico do século XVII..o turista pode visitar as ilhas da Madeira, Martins e Jaguanum e parte da Ilha de Itacuruçá”⁴⁷.

A representação de Itaguaí como a “Cidade do Porto” é difundida amplamente no contexto do município, estando presente nos monumentos e *slogan* da prefeitura municipal de Itaguaí (ver figuras 13 e 14).

⁴⁵ Entrevista realizada com Enos Lage Bento, Coordenador de imprensa de Itaguaí ao dia 1 de junho de 2009.

⁴⁶ Região Turística localizada ao sul do litoral do Rio de Janeiro, que inclui os municípios de Mangaratiba, Rio Claro, Paraty, Angra dos Reis e Itaguaí.

⁴⁷ Guia Cultural do Rio de Janeiro. **Costa Verde**. Rio de Janeiro: Câmara de Cultura, Ano 3, nº 11.



Figura 13 – Foto do monumento localizado em frente à prefeitura municipal de Itaguai – referência à representação de “Cidade do Porto”. Fonte: Rocha, André. 201/06/2009



Figura 14 – Logomarca da Prefeitura municipal de Itaguai. Disponível em: www.itaguai.rj.gov.br. Data do acesso, 09/03/2009

O imaginário vinculado ao porto de Itaguaí como promotor de desenvolvimento e as práticas do turismo associada à região turística da Costa Verde são vigentes. Essas possibilidades constroem e difundem uma representação de desconexão em relação à idéia de Baixada Fluminense. Embora exista uma aproximação política do atual prefeito de Itaguaí com os demais prefeitos da Baixada (por conta da construção do Arco-rodoviário que ligaria o porto de Itaguaí a Itaboraí, na parte leste da Baía de Guanabara), a representação hegemônica de Baixada ainda tensiona o pertencimento de Itaguaí a esse conjunto.

Essa idéia fica clara na resposta de Enos Lage Bento, quando é perguntado se ele percebe Itaguaí inserido na Baixada Fluminense.

Não..eu não percebo não. Nós não temos nada a ver com a Baixada!
Porque Itaguaí...olha só: Itaguaí só entra na Baixada Fluminense quando é pejorativamente, porque nos incentivos que o governo federal dá pra Baixada Fluminense não bota Itaguaí. Itaguaí não entra, aí não é Baixada! Aí ele é Costa Verde....Aí quando é na estatística de crimes, de doenças, de problemas ... aí Itaguaí entra como Baixada.... só é Baixada pejorativamente

Percebe-se assim que a problemática da indefinição do que é ou não Baixada interfere, inclusive, na seletividade espacial das políticas públicas. Quando Enos menciona o teor pejorativo, na realidade ele indica as perdas que Itaguaí tem diante dessa representação, porém destaca que não se beneficia dessa mesma representação quando menciona as políticas públicas do governo federal. O fato de Itaguaí possuir a possibilidade de se inserir em outra composição, ou mesmo construir uma “imagem” própria, dá margem à difusão de representações que colocam Itaguaí distante de uma Baixada Fluminense e tencionam sua composição territorial. Dessa forma, a geopolítica da inclusão-exclusão fornece subsídios para discutirmos, inclusive, a democratização de políticas públicas, uma vez que estas possuem uma dimensão de ação, que é “espacializada”. Se essa dimensão toma por partido uma representação de uma composição territorial, perdas e ganhos vão existir para aqueles territórios que possuem uma representação indefinida.

A representação hegemônica da Baixada Fluminense não é só um fator de auto-exclusão de Itaguaí. Essa imagem também se reflete no município de Paracambi. Ao

indagar com Carlos Castilho sobre os “porquês” da idéia de Baixada Fluminense não trazer muitos pontos no turismo local, o diretor de eventos de Paracambi, em resposta, indica a questão da representação hegemônica da Baixada:

“ Eu acho..eu acho que traz, mas hoje a gente tem a questão, até mesmo, da violência, né?!. Eu acredito se você tem no roteiro pra oferecer, aonde você, nesse roteiro tem, você passar por Paracambi e conhecer o Vale do Café..... hoje a gente vê ai, né?!, grandes campanhas aí tentando tirar essa imagem mas é uma realidade de todo o país, a questão da violência. E o Rio de Janeiro, a Baixada, ela acaba ficando marcada com essa questão da violência...”⁴⁸(*grifo nosso*)

A mesma representação hegemônica aparece na fala da superintendente de turismo da Paracambi, Valéria Motta. Porém, sem citar diretamente a Baixada, ela indica as características que a marcam. Ao perguntamos se a imagem de Baixada poderia prejudicar o turismo em Paracambi, ela responde:

“não... não...em termos de violência não, porque Paracambi nesse ponto, realmente..todos que vêm a Paracambi, o turista que vem à Paracambi, seja a negócio ou a lazer, ele vê um diferencial muito grande, porque o nosso município é um município muito tranquilo..Nosso município o índice de violência é praticamente inexistente, né?! A nossa cidade é muito limpa...pra você ter uma idéia nos conseguimos o selo de qualidade turística em 2003 que poucas cidade na época receberam por ter esgoto, por ter todo o tratamento, porque tudo isso envolve o turismo, né?!(grifo nosso)⁴⁹

Mais uma vez a dimensão de violência é representação que modela a exclusão, como um fator de repulsa na participação na composição de Baixada Fluminense. Esse posicionamento nos remete à idéia mencionada por José Claudio Alves, quando afirma que a Baixada, enquanto forma espacial, consolida-se ou tem seus limites e fronteiras

⁴⁸ Trecho da Entrevista realizada com Carlos Castilho, Diretor ao dias 18 de maio de 2009.

⁴⁹ Entrevista realizada aos dias 18 de maio de 2009 com Valéria Motta - Superintende de Turismo da Prefeitura Municipal de Paracambi. - Resposta referente à pergunta: a imagem de Baixada prejudica o turismo em Paracambi?

(re)estabelecidas diante de um novo fato de violência. A representação de violência compõe um fator de perda aos municípios que buscam incorporar a prática do turismo como fonte de recursos da cidade, como é o caso de Guapimirim, que se intitula Região Serrana.

A representação de Guapimirim é presente nos próprios veículos de informação da prefeitura. Há exemplos deste fato no presente “*web-site*”, ou página virtual, da Prefeitura Municipal de Guapimirim, indicando dados do município em sua localização:

O município de Guapimirim está situado no Estado do Rio de Janeiro, *fazendo parte da Região Serrana. A cidade está localizada num vale formado pela base do Dedo de Deus*, a 48m de altitude (IBGE-1996), distante 84 km (DER-1997) da capital do estado. Seguir pela Linha Vermelha até a saída para a Rod. Washington Luís, ou Rio-Juiz de Fora (BR-040). Entrar à direita na Rod. Rio-Teresópolis (BR-116) e seguir até o centro do município de Guapimirim. Com 361 Km2 (IBGE-2000) faz limites com os municípios de Teresópolis e Petrópolis, ao Norte, município de Itaboraí e fundos da Baía de Guanabara ao Sul. Municípios de Cachoeira de Macacu a Leste e, Magé a Oeste. (*grifo nosso*)⁵⁰

Como indicado no quadro 4, Guapimirim, por possuir características naturais de seu terreno em condições “híbridas” (parte em Serra e parte em Baixada) pode, quando lhe convém, inserir-se tanto na composição da Baixada Fluminense quanto na Região Serrana.

A problemática que envolve o município de Guapimirim também se consolida, portanto, na localização que este possui. Sobre isso Cleverson Dias, diretor de eventos da secretaria de turismo de Guapimirim, destaca que “*Guapimirim está numa área, como eu posso te dizer, que sofre influência desses municípios (região metropolitana e Baixada Fluminense), mas também sofre influência da região serrana*”⁵¹. Essa condição ambivalente de proximidade coloca “nas mãos de Guapimirim” um trunfo de legitimidade territorial capaz de se inserir em qualquer uma dessas composições, seja da

⁵⁰ www.guapimirim.rj.gov.br. Data de acesso: 15 de janeiro de 2009.

⁵¹ Entrevista realizada aos dias 15 de junho de 2009, com o diretor de eventos da secretaria de turismo de Guapimirim (*palavras nossas em destaque*)

chamada região turística da Serra Verde Imperial, seja na Região metropolitana, mais precisamente na Baixada Fluminense.

A inclusão no contexto da região turística da Serra Verde Imperial é percebida pela prática desenvolvida pela prefeitura no âmbito da secretaria de turismo, inclusive com a divulgação de eventos que colocam uma “rentabilidade maior” ao pertencimento de uma “proximidade de Serra”.

As representações difundidas no sentido de “ausência de violência” é uma prática constante da prefeitura municipal para manter esse *status* de cidade de serra⁵² e, ao mesmo tempo, desvinculando uma representação associada à Baixada Fluminense.

Tal representação de pertencimento a essa região turística da Serra Verde imperial é divulgada em *folders* de eventos culturais da prefeitura (*ver figura 15*) e encontra respaldo na condição de sua disposição territorial. No entanto, essa mesma prefeitura mantém suas práticas de ação junto à área metropolitana do Rio de Janeiro, mais precisamente a uma geografia política da Baixada Fluminense.

Quando questionamos Cleverson Dias sobre a localização geográfica de Guapimirim, indagamos por que não se exclui de vez da Baixada. Encontramos a seguinte resposta:

“A proximidade pra gente da Baixada cria um vínculo muito maior, quando você chega a Brasília ou mesmo lá no próprio governo do Estado e tal, buscar investimentos... é muito mais interessante pro governo do Estado investir na área metropolitana, entendeu?! Do que investir na Região Serrana que é mais longe....é “legal” investir nas cidades que estão próximas, no entorno,...será que é mais vantagens pro governo investir em Guapimirim ou Porciúncula?.. é por isso que é interessante político administrativamente estar na Baixada”

⁵² Idéias retiradas da fala de Ivana, diretora de turismo de Guapimirim. Ela ainda destaca que a prefeitura procura manter essa idéia de cidade pacata através de algumas práticas, tais como: proibindo bailes funk, festa rave, vendas de bebidas alcoólicas em forma de garrafas de vidro em dias de festa, policiamento constante etc.

Serra Verde Imperial

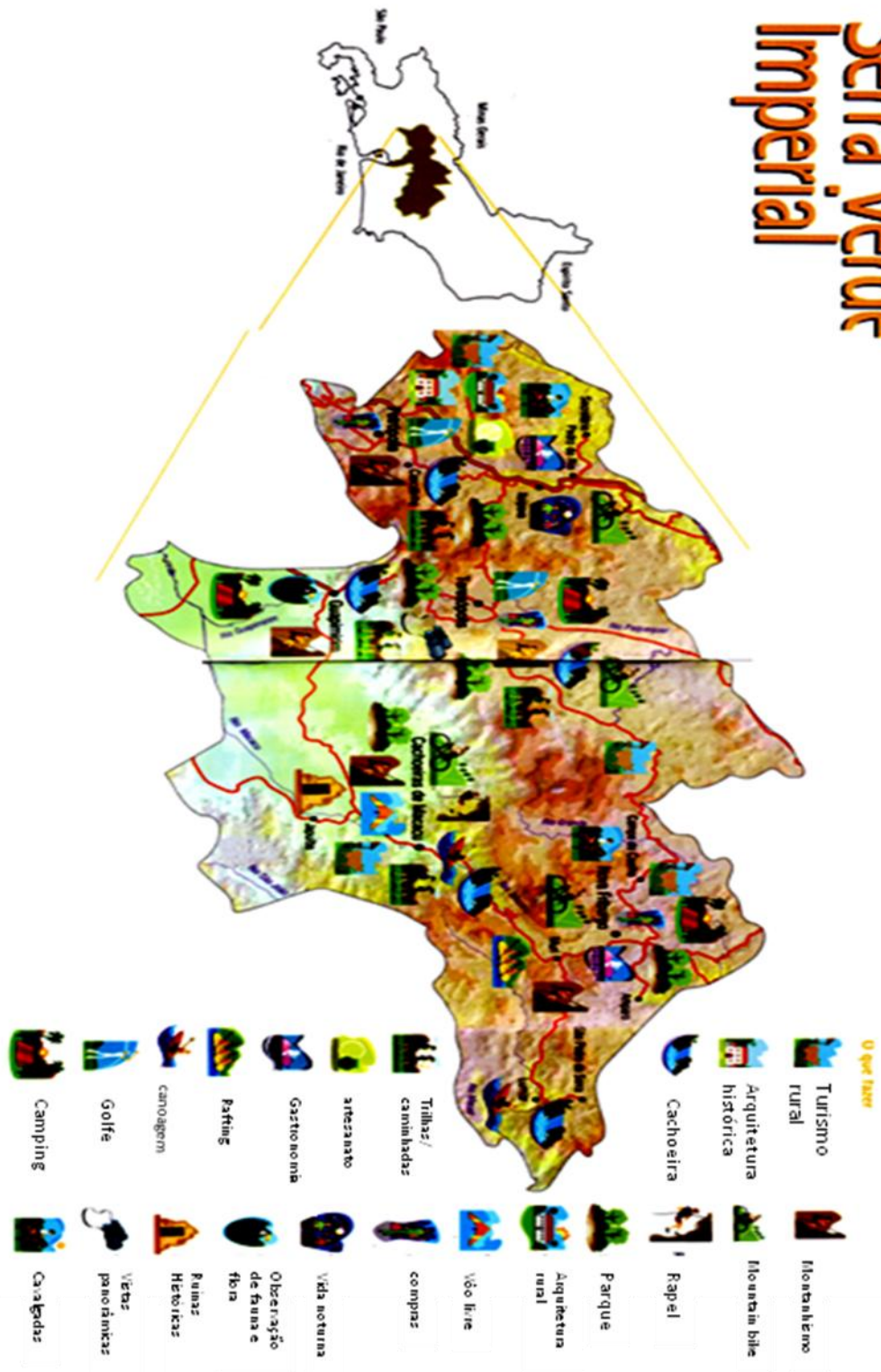


Figura 15 – Representação espacial da Região Turística da Serra Verde Imperial. Fonte - *folder divulgado pela Secretaria municipal de Turismo de Guapimirim em parceria com a TurisRio e secretaria de Estado de Turismo)*

O fato de pertencer à Baixada Fluminense também traz seus benefícios. A atual gestão de Guapimirim declara que a condição híbrida do município em questão atribui para o local muitos benefícios, em especial na perspectiva dos investimentos públicos que se concentram nas áreas próximas à metrópole. Como a “Baixada Fluminense” faz parte dessa área metropolitana, inserir-se nessa composição induz investimentos públicos em Guapimirim. E isso é aproveitado pelo poder político, como o trunfo que legitima seu pertencimento em qualquer uma das duas composições territoriais, como destaca o secretário de turismo de Guapimirim, Lenir Sobreira:

“Na verdade, nós somos um município de dupla classificação do conjunto da união. Porque nós temos parte do território onde nós abrigamos o pantanal fluminense (*em referência à Baixada*) e a outra parte na Mata Atlântica(*em referência à Serra*)....e a gente tenta administrar isso entre um e outro... por isso nós não somos nem da Serra nem da Baixada..”(referência nossa)

A proposta da prefeitura municipal de Guapimirim em torno do turismo e do ecoturismo como via de desenvolvimento local expõe a composição da Região Serrana em maior vantagem, uma vez que a representação hegemônica da Baixada Fluminense coloca impasses à atividade turística nesse município. No entanto, a situação de auto-exclusão se inverte no pertencimento de Guapimirim ao contexto da “Baixada Política”, atualmente liderada pelo Prefeito de Nova Iguaçu, Lindberg Farias. Isso porque a Baixada Política fortalece os elos partidários e propõe uma solidariedade territorial entre aqueles que vivenciam os problemas de falta de infra-estrutura urbana. Logo, Guapimirim pode se beneficiar dessa solidariedade territorial da “Baixada Política”.

Neste sentido, podemos citar o caso do município de Seropédica. Ao contrário dos outros três municípios citados, Seropédica não possui um trunfo da inclusão em outra composição. Seu território, emancipado de Itaguaí em 1993, não apresenta características históricas e culturais vinculadas à Baixada Fluminense, porém, como não apresenta, também, trunfos para se inserir em outra composição, procura construir uma história que crie laços mais firmes com a Baixada Fluminense.

Para o quadro político de reivindicações, estar isolado gera uma série de impasses que vão desde a falta de força de representação política numa esfera estadual ou federal, até à ineficiência de um projeto que compartilhe experiências culturais,

econômicas e sociais. Nesse sentido, Gilberto Lins, diretor de cultura da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Seropédica, aponta a situação do município em relação ao outros:

...nós temos aqui.. é..Paracambi já faz parte do Vale do Café, Itaguaí Já é Costa Verde, tem praias,tem um atrativo maior. Então Seropédica, aqui, teria a cultura da amoramas essa coisa fica um tanto que mais esquecida, então estamos tentando fazer esse resgate pra inserir Seropédica num contexto melhor do turismo na Baixada Fluminense....⁵³

Existe, junto à secretaria de turismo de Seropédica, a urgência de construir uma história que atrele o município a alguma história regional, em especial, com a Baixada Fluminense, pois para a prefeitura de Seropédica o município “fica na Baixada”⁵⁴, e a busca de inserir a história de Seropédica na história da própria Baixada Fluminense está não apenas pela proximidade “geográfica”, mas por conta do resultado das práticas dos outros municípios.

Na fala de Gilberto Lins, percebemos que Seropédica é “*um pedaço que sobra*” na geopolítica da inclusão-exclusão de territórios. Pertencer a Baixada é quase uma necessidade política, mesmo que seja pra desconstruir a imagem “*pejorativa da Baixada*”. O caminho para essa menção é “*construir uma outra história*”⁵⁵, já que a história de Seropédica foi associada a “*lugar de desova*”⁵⁶. Nesse sentido, percebemos que a representação hegemônica de Baixada serve como elo para a integração de Seropédica numa espacialidade política, em que a composição territorial da Baixada

⁵³ Entrevista com Gilberto Lins, Diretor de Cultura, da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Seropédica. Realizada aos dias 01 de junho de 2009.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ Entrevista com Gilberto Lins, Diretor de Cultura, da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes de Seropédica. Realizada aos dias 01 de junho de 2009 - Referente a menção de associação de Seropédica a História da Baixada Fluminense.

seja reflexo de uma prática política de cooperação. Essa cooperação nos remete a uma espécie de “invenção das tradições” da qual nos fala Eric HobsBawm⁵⁷.

A invenção da representação de uma história da Baixada Fluminense é necessária para legitimar o pertencimento de Seropédica a esse conjunto. A violência não poder ser o único “elo”, mas a cultura, o esporte, as grandes igrejas e as festas estarem organizadas de tal modo que possam integrar a idéia de Seropédica ao conjunto da Baixada. A criação de uma representação da tradição turística começa a ser difundida regionalmente, e inclusive, amplia seu escopo, na proposta da TurisRio que é incorporada pela Prefeitura de Seropédica (ver figura 14).

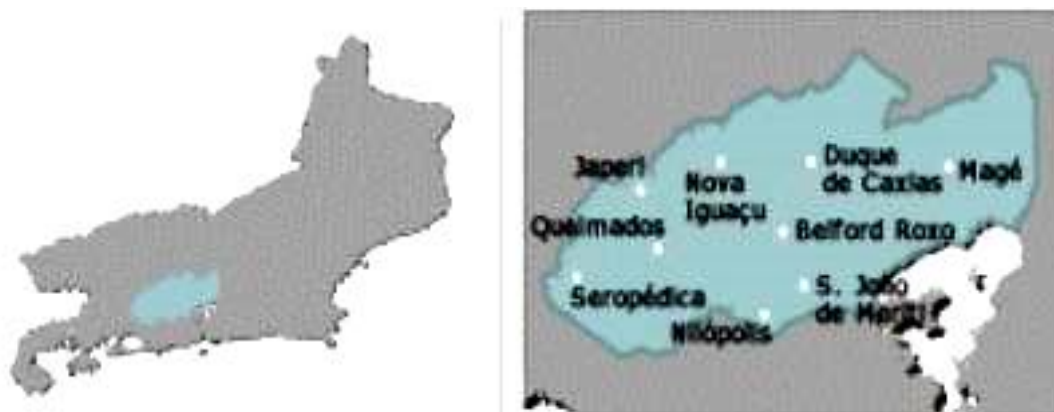


Figura 16 – Representação da Região Turística da Baixada proposta pela TurisRio retirada do portal virtual da prefeitura de Seropédica. Disponível em: www.portalseropedica.com.br. Data do acesso: 10 de janeiro de 2009.

É importante esclarecer que, das prefeituras tidas como pertencentes a composição territorial da Baixada Fluminense proposta pela TurisRio, Seropédica é a única que apresenta em seu “*website*”(página virtual) a representação do território turístico da Baixada, mostrando, inclusive, os municípios pertencentes a essa proposta, com a inclusão de Seropédica e a exclusão do município de Guapimirim.

⁵⁷ Sobre Invenção das Tradições entendemos como “o conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWM & RANGER, 2008, p.9)

A vinculação de Seropédica à baixada não se limita à dimensão da atividade turística. Diferente de Itaguaí, Seropédica se beneficia da representação de pobreza, miséria e violência para a inclusão de sua área administrativa no acontecer das políticas públicas destinadas à Baixada Fluminense. Gilberto Lins comenta que “*as obras do PAC chegam a Seropédica pela versão PAC-Baixada*”. Nesse sentido, pertencer a Baixada traz muito mais benefícios do que uma afirmação própria, como acontece com Itaguaí, e a ausência de um trunfo de legitimidade territorial para inclusão em outra região turística indicam a “invenção de uma tradição” para a inclusão na Baixada Fluminense.

Em síntese, os exemplos apresentados não são quesitos permanentes, porém são indicativos dos problemas da indefinição de o que é ou não é Baixada. As informações apontadas nos permitem projetar um mapa que expressa essa ambivalência presente na composição territorial da Baixada Fluminense, destacando os municípios fluminenses envolvidos nessa geopolítica da inclusão-exclusão (ver figura 17).

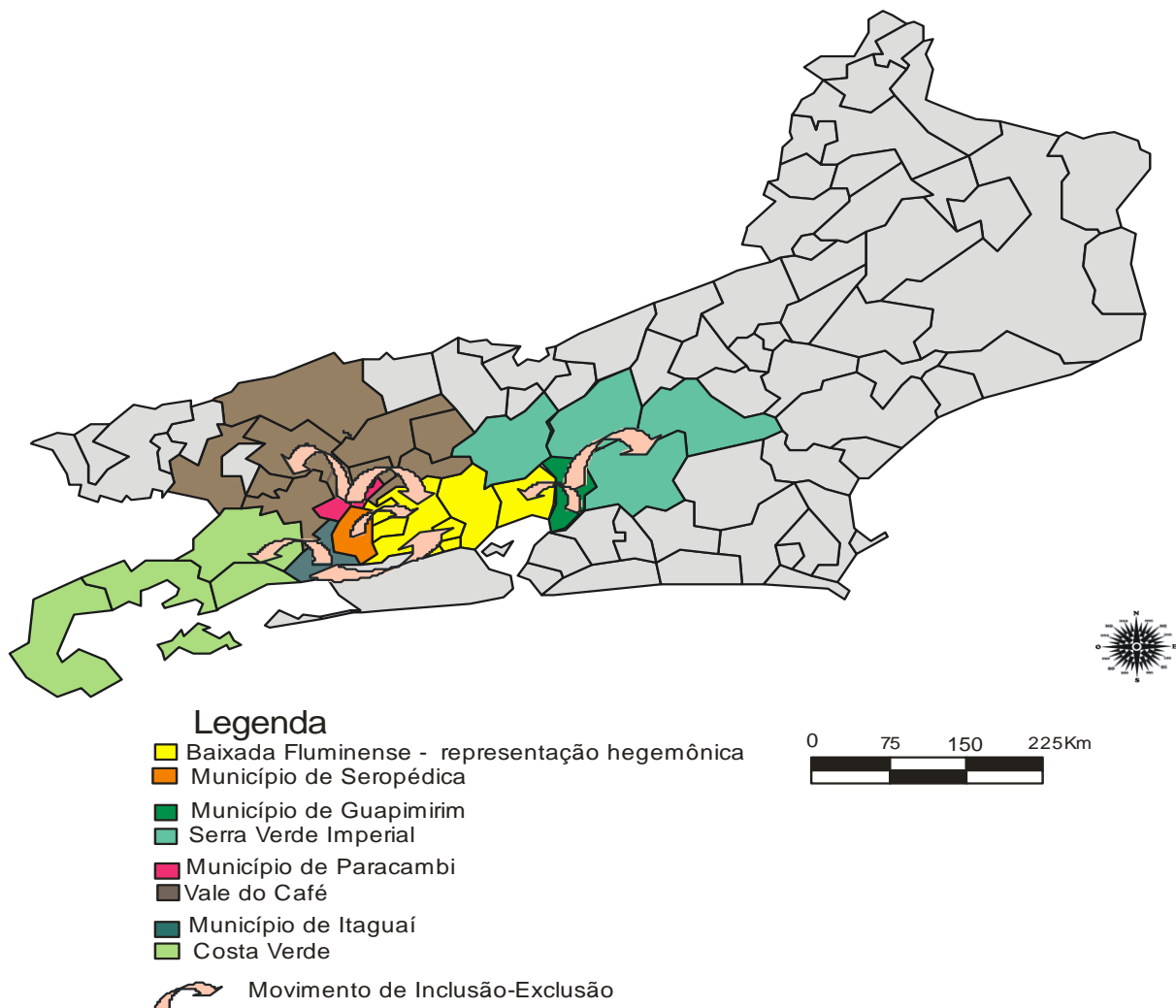


Figura17 - Baixada Fluminense: geopolítica da inclusão-exclusão. Organizado por André S. Rocha. (elaborado a partir da pesquisa empírica contida nesta dissertação)

Pensar a construção da representação hegemônica da Baixada Fluminense, em associação ao que se perde na inclusão ou exclusão de municípios no âmbito dessa representação de composição territorial, contribui para interpretarmos a existência de diferentes representações territoriais da Baixada. Essas representações têm sua base de reprodução nos interesses dos diferentes grupos sociais. Tais interesses projetam uma geopolítica da inclusão-exclusão, colocando em pauta a discussão: Baixada Fluminense: ser ou não ser, eis a questão?!

CONSIDERAÇÕES FINAIS...PARA NÃO CONCLUIR....

Na tentativa de compreender “os porquês” da indefinição da composição territorial da Baixada Fluminense, percorremos uma revisão teórica sobre o conceito de território e representação, na qual encontramos uma maneira de olhar a construção da “Baixada” para além de sua forma, entendendo, então, o seu conteúdo. Esse, por sua vez, é imbuído de trajetórias e de projetos de poder, que necessitam de um olhar apurado para uma constante (re)leitura de suas verdadeiras intenções.

Pensar a Baixada como representação nos possibilitou entendê-la além de uma particularidade, já que as representações não podem ser entendidas, apenas, como vindas de um único lugar. Elas são compostas numa constante disputa, choque, tensão e mesmo assimilação de interesses, com registros e intenções sociais e territoriais distintos. Essas representações são formas de conhecimento, representam o conhecimento prático que está em constante dinamismo, mediatizando a relação dos sujeitos com o mundo. Ao entendermos a Baixada como uma trama de representações, vimos que ela é (re)produzida numa constante tensão entre sujeitos, atores e agentes, que ao promoverem suas representações problematizam o conteúdo e, porque não dizer, a forma sócio-territorial da Baixada Fluminense.

Essa redefinição de formas e conteúdos ocorre ininterruptamente. Na perspectiva de que essas representações não se restringem, apenas, ao campo das idéias, entendemos que tais representações participam de um processo de produção do espaço, como já nos lembrara Henri Lefebvre. Quando essas representações disputam, ou propõem uma visão de mundo em dimensões de poder, fomentam um recorte de apropriação, mesmo que simbólica, do espaço. Neste sentido, as representações são projetos de poder sobre o espaço, que buscam, muitas vezes, consolidar o poder sobre ele. Essas mesmas representações desenham limites de ação de poder. Quando projetadas na dimensão espacial, esse poder estabelece a construção do território. Assim, lembrando Claude Raffestin, uma representação de poder sobre ideal de um espaço, é a representação ideal de um território. Ou seja, se as representações podem projetar territórios, e por elas são retroalimentados, seria a Baixada Fluminense uma representação territorial de poder.

A Baixada Fluminense como representação de um território traduz, então, os porquês de sua indefinição. Na trajetória desse trabalho, percebemos que o problema da indefinição da composição territorial da Baixada Fluminense está nas diferentes

representações de poder que se desenham sobre parcela do espaço da área metropolitana do Rio de Janeiro. Perceber que a dita “Baixada” é uma unidade de representação territorial de poder indica uma questão das disputas de legitimidade sobre este espaço. Disputas essas que perpassam os domínios simbólicos da cultura, da política, da economia e da vida cotidiana daqueles que praticam sua experiência vivida nesse espaço.

Essa tensão sobre o que é, ou o que não é Baixada Fluminense, consolidou-se justamente pelos choques / tensões e/ou justaposição/assimilação entre a “representação hegemônica da Baixada Fluminense” e os múltiplos interesses de grupos locais e externos que colocaram a Baixada como um produto de disputas de legitimidade.

Essa representação hegemônica se consolida nos idos das décadas de 1970 e 1990 a partir das práticas territoriais que colocaram essa área como periferia da periferia, lugar de violência e medo social. Essa condição posta é, também, construída através da grande mídia, propagadora da representação de violência que marca essa parcela do espaço fluminense, que foi capaz de criar uma distinção desta área no âmbito da região metropolitana do Rio de Janeiro, sem uma definição espacial definida, porém com uma dimensão limítrofe clara, a violência e o medo social. Essa representação hegemônica é atribuída àqueles que fazem parte da Baixada Fluminense. Coloca-se, então, uma dupla questão de perdas e ganhos, de ser ou não ser Baixada.

Na perspectiva da assimilação dessa representação hegemônica e de busca de vantagens que essa representação pode oferecer, prevalece a consolidação de uma “Baixada Política”. Percebemos o interesse de grupos políticos locais, que buscam associar uma personificação da Baixada com sua trajetória política, construindo uma arena regional onde se possibilita consolidar as estratégias de poder em torno de uma representação única e regional. Nela, a violência e o descaso social se tornam trunfos de representação política que favorece àquele que “domina” tal representação, ou mesmo é capaz de associar sua imagem política a esta representação de Baixada, como os casos citados de políticos locais, como José Camilo Zito, ou mesmo buscando a mudança dessa representação hegemônica para uma “Nova Baixada” como é o caso de Lindberg Farias. Essa proposição ainda nos intriga na questão da possibilidade de construir uma região, a Baixada, como um ator político e toda a discussão referente a esse questionamento.

Essas mesmas trajetórias caminham ao encontro dos interesses externos, que buscam consolidar seus projetos sobre a mesma área a partir do encontro entre as

representações de uma “Baixada Política” e dos projetos governamentais que atribuem uma nova dimensão territorial à Baixada, de acordo com os programas de intervenção territorial. Há, ainda, a necessidade de citar que os interesses de organização de uma arena política não se restringem aos grupos de políticos que ganharam uma projeção estadual ou mesmo nacional.

A necessidade de constituir uma política de inserção ou mesmo de exclusão dentro dessa Baixada Fluminense coloca a questão apontada anteriormente, de que há vantagens e desvantagens em participar dessa composição, ou seja, existe uma geopolítica capaz de administrar as perdas e ganhos de tal representação hegemônica. Estamos remontando, portanto, uma das causas que indica a problemática da indefinição territorial da Baixada Fluminense, uma geopolítica de inclusão-exclusão construída a partir de trunfos de legitimidade territorial.

Entendemos esses trunfos de legitimidade territorial como a possibilidade de projetar representações a partir de características territoriais de afinidade (histórica, econômica, social, política, étnica, natural etc.), que legitimam a inclusão ou exclusão de uma unidade espacial em diferentes composições territoriais.

Sobre esses casos, citamos aqui a situação dos municípios de Seropédica, Itaguaí, Paracambi e Guapimirim, cada qual com sua especificidade, porém trilhando sobre a mesma geopolítica de inclusão-exclusão. Ora participando efetivamente de uma Baixada Fluminense, construindo uma história que consolide sua participação, como é o caso de Seropédica, ora desconstruindo uma imagem pejorativa e se desvinculando para a afirmação e outras composições territoriais, como são os casos de Itaguaí (afirmando-se como a cidade do Porto e participante da Costa Verde Fluminense), Paracambi (inserindo-se no Vale do Café) e Guapimirim (inserindo-se no na Região da Serra Verde Imperial, sem, é claro, perder totalmente o vínculo com a “Baixada”, pois ela é lugar de investimentos).

Há uma seletividade espacial nas políticas públicas, que privilegia uma área organizada, uma Baixada Política. Inserir-se nessa área é um benefício na medida em que, sendo participante dessa composição, determinado espaço será, possivelmente, selecionado na ação dessas políticas públicas.

Essa geopolítica da inclusão-exclusão coloca, então, a evidência das múltiplas representações na disputa de legitimidade territorial da Baixada Fluminense. É, portanto, nessa perspectiva que percebemos a indefinição do número de municípios que fazem parte da Baixada Fluminense, como resultado de interesses de grupos sociais

distintos que perpassam os domínios da produção intelectual de alguns de seus moradores e pesquisadores, os quais tentam, a todo custo, tentar definir a composição territorial dessa área, revelando a complexidade de idas e vindas entre as representações e o território.

Se, de um lado, as representações são produções sociais, no campo simbólico e, como nos afirmou Claude Raffestin, elas também resultam em projetos de poder, sobre um território idealizado. Essas mesmas representações são alimentadas pelo próprio território, composto pela materialidade das práticas sociais, acumuladas num processo histórico, cultural e, muitas vezes, ideológico.

Há, portanto, uma jogada de representação-território que não deve ser ignorada. Nenhuma representação construída sobre a Baixada Fluminense pode ser interpretada, apenas, como uma representação de alguém para o objeto, mas um produto de muitas representações que colocam uma dialética entre o representante e o representado, ou seja, entre os grupos sociais e a Baixada. Nesse sentido, a Baixada Fluminense não é apenas uma área espacial, que deve ser explorada em sua forma, sendo necessário interpretar as intenções nela incidentes. Para cada Baixada, um projeto de poder se desenha, para cada desenho uma composição territorial, para cada composição territorial vislumbra uma nova Baixada. Assim, percebe-se uma intensa (re)composição desse território a partir das muitas representações de poder sobre o espaço.

Discutir qual é a unidade da Baixada Fluminense nos impediria perceber essa “jogada representacional” que toma de assalto a idéia de região da Baixada. O conceito de representação se mostra fundamental no entendimento desses inúmeros recortes, composições territoriais, desenhadas para a Baixada Fluminense. É, ainda, necessário um maior aprofundamento na associação de tal temática. No entanto, isto não invalida as construções feitas aqui, mesmo em um tom provocativo sobre a associação da temática em questão, pois projetar sobre o espaço uma visão do mundo, uma representação, resgatando Pierre Bourdieu, é uma forma de impor a dominação através de “*di-visão*” do mundo. Neste sentido, emergem algumas questões que necessitam de uma maior reflexão, posto para futuras pesquisas. São nossas perspectivas:

- a) Quais são as outras perspectivas da abordagem entre território-representação e que leituras se tornam possíveis diante do quadro da geografia política?

- b) A idéia levantada de “trunfo de legitimidade territorial” seria aplicável em outros contextos espaços-temporais, no âmbito do estado do Rio de Janeiro?
- c) Seria possível afirmar que a seletividade de políticas públicas acompanha uma representação do território ideal?
- d) É possível falarmos do território como um protagonista na reivindicação de políticas públicas, tendo em vista o caso da Baixada Política?
- e) Que outros impasses a geopolítica da inclusão-exclusão promove na organização política do estado do Rio de Janeiro ou mesmo no âmbito brasileiro?

Não queremos esgotar aqui as possibilidades geradas pela associação entre as representações e território sobre a Baixada Fluminense. Sabemos, também, que em nossa dissertação muitas das questões levantadas apresentam caminhos, mesmo que implicitamente, para futuras reflexões. Porém, se de alguma forma conseguimos introduzir provocações e questionamentos que envolvem a temática de modo teórico e empírico, que dêem condições de desdobramentos futuros sobre as idéias do binômio território-representação, e a “geopolítica de inclusão e exclusão” que envolve a temática da ambivalência territorial da Baixada Fluminense, ou mesmo de outros estudos empíricos, já nos damos por satisfeitos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- ABRIC, J. C. A theoretical and experimental approach to the study of social representation in situation of interaction. In FARR, R. & MOSCOVICCI, S(org's.) **Social Representations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- ALERJ. Decreto Estadual Nº 3222 de 02/05/2002.
- ALVES, José Cláudio Sousa. **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia/USP (Tese de Doutorado), 1998.
- _____. **Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias:APPH CLIO, 2003.
- _____. Violência e Extermínio na Baixada: o caso dos grupos de extermínio. IN: **Impunidade na Baixada Fluminense - Relatório 2005**. Comissão de Direitos Humanos e minorias. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006(p.35-46)
- BAILLY, Antoine. Les représentations en géographie. In: BAILLY, A. et all (dir.) **Encyclopédie de géographie**. Paris: Economica, 1995.
- BARRETO, Alessandra Siqueira. **Cartografia Política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (Tese de Doutorado), 2006
- BEZERRA, Nielson. Iguassu e Estrela: as fronteiras de uma sociedade assimétrica. IN: OLIVEIRA, Rafael da S. **Baixada Fluminense: novos estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Paradigma, 2004.
- BOBBIO, N(org.). **Dicionário de Política**. 14ªed.Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CASSIRER, R. **Filosofia de las formas simbólicas III**. Cidade do México: Fundo de cultura econômica, 1998.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: **Revista GEOgraphia**, Niterói, ano 1, nº 2, 1999.
- CORREA, Roberto L. **Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

- _____. Espaço : um conceito chave da Geografia. In: Castro, Iná; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. (Org's). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. **Trajétoias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- DE CERTEUAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- DEMATTEIS, Guisepe. **Le metafore della terra**. La geografia umana tra mito e scienza. Milano: Feltrinelli, 1985.
- DI MÉO, Guy. *Geographie Sociale et territoires*. Paris: Nathan, 2001
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 13ªed. São Paulo: companhia editorial nacional, 1987.
- _____. **Les formes elementaires de la vie religieuse**. Paris: PUF, 1968.
- ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ENNE, Ana Lúcia Silva. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”:** **Memória, representações sociais e identidades**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (Tese de Doutorado), 2002.
- EVANGELISTA, Hélio A. **A fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro segundo uma perspectiva geográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ (Tese de Doutorado), 1998.
- FERNANDES, Nelson N. **O rapto ideológico da categoria de subúrbio**: Rio de Janeiro: UFRJ (Dissertação de Mestrado), 1995.
- FIALHO, Edson & etll. Enchentes, meio ambiente e planejamento: um estudo de caso no município de Duque de Caxias. In: OLIVEIRA. Rafael. da S. **Baixada Fluminense novos estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Paradigma. 2004.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- GEIGER, Pedro P. & MESQUITA, Myriam G.C. **Estudos rurais da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956
- _____. & SANTOS, Ruth L. “Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense”. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XVI, n.º 03, julho- setembro de 1954. pp.291-313.
- _____. **Loteamento na Baixada da Guanabara, estudos rurais da Baixada Fluminense e notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

- GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia Cultural: estrutura e Primado das representações. In.: **Revista Espaço e cultura**. Rio de Janeiro: NEPEC/UERJ, nº19-20, JAN/DEZ, 2005.
- GÓES, Hildebrando de Araújo. **Relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: s/editor, 1934
- GUATARRI, Felix. Espaço e poder, a criação de territórios na cidade. **Espaço e Debates**. São Paulo, nº16, 1985.
- GUMUCHIAN, Hervé. **Représentation et aménagement du territoire**. Paris: Antropos, 1991.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da des-territorialização**: do “fim dos territórios a multiterritorialidade”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre a origem da mudança cultura. São Paulo: Loyola, 2002.
- HOBBSAWM, Eric; RANGE, Terence. **A invenção das tradições**. 5ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. *Censo 2000*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Data do acesso 27/julho/2005
- INSTITUTO DE PESQUISAS E ANÁLISES HISTÓRICAS E DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA BAIXADA FLUMINENSE – IPAHB**. Disponível em <<http://www.ipahb.com.br>> Data do acesso 14/11/2007.
- JODELET, D. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- _____. **Représentation sociales: un domaine en expansion**. In D Jodelet(ed), Les représentations sociales. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- LABORIT, Henri. **Dieu ne joue pas aux dés**. Paris: Grasset, 1987.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 13ªed. São Paulo: Papyrus, 2007
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o Brejo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Restinga**. Rio de Janeiro: IBGE, 1946
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

- LAZARONI, Dalva. **O município de Duque de Caxias**. Duque de Caxias: Ao livro técnico S.A. Indústria e Comércio, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Maspero,(1972); 1974.
- _____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- _____. **La Presencia y La Ausencia. Contribucion a La teoria de las representaciones**. México:FCE, 2006.
- LESSA, Carlos. **Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2003
- LIMA, Ivaldo. Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica. In: OLIVEIRA, M P. et all.(org's). **Território, Territórios – Ensaio sobre o ordenamento territorial**. 2ª ed. Niterói: DP&A editora,2006
- MASSEY, D. **Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: Da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. **Revista Pilares da História**: Duque de Caxias e Baixada Fluminense. Ano 4 – número 6. 2006.
- MAZZOTTI, Alda Judith Alvez, Representações sociais e educação: a qualidade da pesquisa com meta política. In OLIVEIRA, Denise C ; CAMPOS, Pedro H. **Representações sociais – uma teoria sem fronteiras**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005
- MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1950.
- MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense: identidades e transformações. Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação política de seu primeiro prefeito**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2002.
- MOREIRA, RUY. **Para onde vai o pensamento geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007.
- _____.As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. In: **GEOgraphia**. Niterói, nº5, ano 3, 2001
- MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações Sociais. In: JODELET, D. (org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001
- MOSCOVICI, S. Notes Towards a description of social representations: **Europe journal of social psychology**, 1988.
- _____. **Psychologie Sociale**. Paris: PUF, 1984.

- _____. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MORAES, A. C. R. **Geografia – pequena história Crítica.** 19ªed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- _____. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.**5ªed. São Paulo: Annablume, 2005.
- OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. Mudanças no espaço metropolitano: novas centralidades e dinâmicas espaciais na metrópole. In: Oliveira, F.J.G.; SILVA, C.A.;FREIRE, D.G(Org's). **Metrópole: governo, sociedade e território.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- OLIVEIRA, Denise C; CAMPOS, Pedro H. **Representações sociais – uma teoria sem fronteiras.** Rio de Janeiro: Museu da República, 2005
- OLIVEIRA, Rafael. da S. **Baixada Fluminense novos estudos e desafios.** Rio de Janeiro:Ed. Paradigma. 2004.
- PRADO, Walter. **História Social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros da cidade.** Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000
- RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação.In. SAQUET, Marcos Aurélio & SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades- Teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão popular, 2009.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- ROCHA, André; SANTOS FILHO, Sidney Cardoso. **Baixada Fluminense, RJ: entre os rumos do desenvolvimento e o rótulo de “cidades-miséria” - algumas considerações.** In: Seminário de Pós-graduação em Geografia UNESP - Rio Claro. **Rio Claro : CD Rom, 2006**
- ROCHA, André. **Considerações sobre a formação político-territorial de Belford Roxo e o papel do poder local no ordenamento territorial.** Rio de Janeiro : UERJ (monografia de especialização em Políticas Territoriais), 2007.
- ROCHA, Jorge Luís “De quando dar os Anéis – A estrutura fundiária da Baixada Fluminense e suas transformações” **Hidra de Iguassú**, nº3, Abril/Maio/Junho de 2000.
- RIBEIRO, Miguel A; MARAFON, Gláucio J. (org's). **Regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica.** Rio de Janeiro: Gramma, 2006.
- RIBEIRO, Miguel Ângelo(org.). **Território e prostituição na metrópole carioca.** Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002

- RUBIM, Selma Maria. **A migração Nordestina em Belford Roxo (1970-2000): o caso do Bairro das Graças**. Duque de Caxias: FEUDUC (monografia de especialização em Geografia do Brasil), 2007.
- SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo Central das Representações Sociais**. 2ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002
- _____. **Construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998
- SACK, R. D. **Human Territoriality. Its Theory and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. 11ªed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- _____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005
- _____. **A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS DE SOUZA. **Escavando o passado da cidade. A construção do poder político local em Duque de Caxias**. Dissertação de mestrado em História, UFF, 2002
- _____. **Terras de muitas águas**. Duque de Caxias: papelaria itatiaia, 1996.
- SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SECRETARIA DE ESTADO E INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL DO RIO DE JANEIRO – SEIG**. Programa Nova Baixada. Rio de Janeiro: SEIG/DER-RJ, 2005.
- SEGADA SOARES, Maria Teresinha. “Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, vol2, n24, 1962.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade Estilhaçada – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. Mesquita: Entorno, 2007.
- SÍTIO DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESATADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAM** <http://www.firjan.org.br> **Data do acesso: 20/06/2007**
- SÍTIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS - PMDC** <http://www.duquedecaxias.rj.gov.br> – Data do acesso 27/04/2007

SÍTIO DO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO –
CIDE <http://www.cide.rj.gov.br> – Data do acesso 30/08/2006

SITIO DO TESOIRO NACIONAL – TSN - <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>
Data do acesso 25/04/2007.

SOARES DA COSTA, Sandra Regina. **Universo Sonoro Popular: um estudo da carreira de músicos nas camadas populares.** Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ (Tese de Doutorado), 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, Iná; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo C. (Org's). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TORRES, Gênesis. Xerém e seus nichos de história. In: **Revista Pilares da História: Duque de Caxias e Baixada Fluminense.** Duque de Caxias. Ano 3, nº 5, 2005.

TURCO, Angelo. **Geografie della complessita interpretando il Senegal.** Milano: Unicopli, 1985.

TUAN, Y.F. **Espaço e Lugar.** São Paulo: Difel, 1983.

TV-ANGÚ. Transporte. Disponível em: <http://www.youtube.com>. Data do acesso: 21/07/2008

VALCARCEL, José Ortega. **Los horizontes de la geografia, teoria da La geografia.** Barcelona: Ariel, 2000.

VALVERDE, Rodrigo Orlando. Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade. **Revista Espaço Tempo.** São Paulo: GEOUSP, nº15, 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)